



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

BEATRIZ FARIAS DA SILVA

CRIANÇA NA RUA, CRIANÇA NO URBANO:
INTERVENÇÃO EM CAMINHOS ESCOLARES

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO**

BEATRIZ FARIAS DA SILVA

**CRIANÇA NA RUA, CRIANÇA NO URBANO: INTERVENÇÃO EM CAMINHOS
ESCOLARES**

ARAPIRACA

2023

BEATRIZ FARIAS DA SILVA

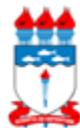
CRIANÇA NA RUA, CRIANÇA NO URBANO: INTERVENÇÃO EM CAMINHOS
ESCOLARES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Elisabeth de Albuquerque Cavalcanti Duarte Gonçalves.

ARAPIRACA

2023



Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Campus Arapiraca
Biblioteca Campus Arapiraca - BCA

S586c Silva, Beatriz Farias da
Criança na rua, criança no urbano: intervenção em caminhos escolares Beatriz Farias da Silva. – Arapiraca, 2023.
147 f.: il.

Orientadora: Prof. Dra. Elisabeth de Albuquerque Cavalcanti Duarte Gonçalves.
Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo).-
Universidade Federal de Alagoas, *Campus Arapiraca*, Arapiraca, 2023.
Disponível em: Universidade Digital (UD) – UFAL (*Campus Arapiraca*).
Referências: f. 137-142.
Apêndices: f. 143-147.

1. Espaços públicos 2. Planejamento urbano 3. Criança na cidade 4. Urbanismo
tático. I. Gonçalves, Elisabeth de Albuquerque Cavalcanti Duarte II. Título.

CDU 72

BEATRIZ FARIAS DA SILVA

Criança na rua, criança no urbano: Intervenção em caminhos escolares.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à banca examinadora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas e aprovado em 22 de dezembro de 2023.



Documento assinado digitalmente
ELISABETH DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI DUARTE
Data: 23/01/2024 20:43:36-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

(Orientador(a) – Prof^a. Dra. Elisabeth de Albuquerque Cavalcanti Duarte Gonçalves,
Universidade Federal de Alagoas- UFAL)

Banca examinadora:



Documento assinado digitalmente
ALESSANDRA SOARES DE MOURA
Data: 23/01/2024 20:59:02-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

(Examinador(a) Externo(a) – Me. Alessandra Soares de Moura,
Universidade Federal da Bahia- UFBA)



Documento assinado digitalmente
MARIA ESTER FERREIRA DA SILVA VIEGAS
Data: 24/01/2024 15:21:25-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

(Examinador(a) Interno(a) - Prof. Dra. Maria Ester Ferreira da Silva Viegas,
Universidade Federal de Alagoas- UFAL)



Documento assinado digitalmente
RAFAEL RUST NEVES
Data: 25/01/2024 08:18:13-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

(Examinador(a) Interno(a) - Prof. Dr. Rafael Rust Neves,
Universidade Federal de Alagoas- UFAL)

As minhas queridas avós, Fátima e Juvita (*in
memorian*) pelas doces lembranças da
infância.

AGRADECIMENTOS

Ser arquiteta e urbanista nunca foi meu sonho de infância. Quando criança já quis ser de tudo, desde os clássicos como professora, policial, bombeira e atriz, até os mais incomuns, como espiã e nadadora. Cresci um pouco e coloquei na cabeça que queria ser astrônoma, mas mudei de ideia após algumas aulas de física. Depois, decidi ser profissional de educação física. No fim, aconteceram tantas coisas não planejadas, que quando dei por mim, escolhi arquitetura e urbanismo. E não poderia estar mais feliz.

Queria agradecer a Deus. Quem me conhece bem, sabe que não sou a pessoa mais religiosa do mundo. Só que durante a graduação tiveram tantas falas como “Me ajuda, Deus”, “Que Deus toque no coração da professora na correção do projeto” ou “Deus, por favor, faz o professor aumentar o prazo de entrega” que julgo ser injusto não agradecer a Ele agora que deu tudo certo. Então, muito obrigada, Deus.

Agradeço demais aos meus pais, por fazerem o possível para que eu me dedicasse e tivesse acesso à melhor educação pública e à todas as vivências que o esporte me proporcionou e que com certeza moldaram a pessoa que sou hoje. Agradeço minha mãe e irmã por serem mulheres tão corajosas e inspiradoras, que sempre me apoiaram. Amo vocês!

Aos meus amigos e futuros colegas de profissão Cleisyane, Guilherme e Juliana, pelo companheirismo nos projetos e nas comemorações de aniversários, pelas madrugadas projetando ou pelas tardes de conversas por vídeo.

Aos meus amigos de longa data, pelo apoio, momentos de descontração e por estarem presentes em tantas etapas importantes na minha vida.

Ao Pedro por ser alguém em que posso confiar e contar. Sou muito feliz por te ter ao meu lado.

Ao Projeto IUPI por ser luz em meio aos meus cacôs. Obrigada por ficarem felizes quando consegui meu primeiro estágio, entenderem quando via planta baixa nas paredes brancas do hospital e vibrarem por qualquer mínimo avanço nesse trabalho. Agradeço também minha fiel companheira, Dra. Tchibum, que se mostrou ser minha melhor versão e possibilitou a vivência das mais diversas experiências.

A Atlético Zênite por me fazer relembrar meu tempo de atleta. Fui muito feliz voltando à piscina, mesmo que para isso eu perdesse algumas aulas.

Agradeço aos meus professores pela enorme contribuição que tiveram no meu crescimento profissional e pessoal. Em especial, Edler, Rafael e Simone Torres, que em algum

momento me auxiliaram nesse trabalho e em incontáveis outras situações. Muito obrigada também a professora Amanda Cristina, que se mostrou sempre muito disponível.

A minha orientadora, Beth, por todo o suporte, paciência e conversas. Obrigada por amar estudar sobre esse tema e pela certeza de que eu faria um bom trabalho. Espero ter conseguido.

A diretora do Centro de Educação Infantil Prof^a Deusdeth Barbosa da Silva, Vera Salgueiro, a professora Rita, as crianças da turma Pré 2D, pais e responsáveis. A coordenadora do CRAS Cazuzinhas, Joelma Ribeiro, e toda a comunidade do Residencial Brisa do Lago, sem vocês essa pesquisa não seria concluída. Agradeço o enorme acolhimento.

A todos que de alguma forma, em algum momento, me auxiliaram a chegar até aqui, meu muitíssimo obrigada!

“[...] Deve ter alamedas verdes

A cidade dos meus amores

E, quem dera, os moradores

E o prefeito e os varredores

E os pintores e os vendedores

As senhoras e os senhores

E os guardas e os inspetores

Fossem somente crianças. ”

(BUARQUE, 1977, Os Saltimbancos)

RESUMO

São inúmeras as perspectivas em que é possível se observar uma cidade. O planejamento urbano moderno, além de beneficiar um único modelo de cidadão, promove a institucionalização dos espaços. A escola é o primeiro lugar do bairro em que as crianças criam uma relação, excluindo, claro, sua própria residência. Se todos os dias as crianças saem de suas casas para ir à escola, esse trajeto precisa ser investigado. Se o fazem a pé, é por naturalmente escolherem a escola mais próxima de casa, sendo fundamental que se qualifique o trajeto. Assim, o objetivo geral do trabalho é a apresentação de diretrizes para melhoria das principais vias que conectam casas à escola no Residencial Brisa do Lago, localizado na cidade de Arapiraca- AL, despertando o potencial educativo e de lazer do espaço público. Os principais procedimentos metodológicos foram: 1) revisão bibliográfica sobre temas que permeiem o objetivo, como planejamento urbano, relação entre criança e cidade e projetos que buscam a reintrodução da criança no espaço urbano; 2) análise do residencial e entorno do centro de educação infantil; 3) elaboração de atividades a serem realizadas com as crianças, baseadas na sociologia da infância e antropologia; 4) aplicação das tarefas, que incluem desenhos e discussões; 5) análise dos dados coletados. Como resultado, foram propostos seis eixos de atuação, com a modificação da morfologia atual das vias, utilização do urbanismo tático, incentivo à criação de atividades e qualificação do espaço livre, à participação infantil no planejamento urbano e seu envolvimento nas intervenções, além do e monitoramento destas, garantindo sua efetividade.

Palavras-chave: planejamento urbano; criança na cidade; espaço público; urbanismo tático.

ABSTRACT

There are numerous perspectives from which it is possible to observe a city. Modern urban planning, in addition to benefiting a single model of citizen, promotes the institutionalization of spaces. School is the first place in the neighborhood with which children establish a relationship, except, of course, their own residence. If children leave their homes every day to go to school, this journey needs to be analyzed. If they do so on foot, it is due to naturally choosing the school closest to home, making it essential to improve the quality of the route. Therefore, the general objective of the present work is to bring guidelines for the improvement of the main routes that connect homes to schools in the Brisa do Lago Residential area, located in the city of Arapiraca, AL, enhancing the educational and recreational potential of the public space. The major methodological procedures were: 1) literature review on topics related to the objective, such as urban planning, the relationship between children and the city, and projects that seek to reintroduce children to urban spaces; 2) analysis of the residential area and the surroundings of the preschool center; 3) development of activities to be carried out with children, based on the sociology of childhood and anthropology; 4) enforcement of said activities, including drawings and discussions; 5) analysis of the collected data. As a result, six lines of action were proposed, involving the modification of the current road morphology, the use of tactical urbanism, encouragement of creation of activities, and the improvement of open spaces, as well as the involvement of children in urban planning and interventions, including their participation and supervision to ensure effectiveness.

Keywords: urban planning; children in the city; public space; tactical urbanism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vista aérea do cruzamento dos eixos Monumental e Rodoviário em Brasília- DF	25
Figura 2 - Vista do eixo Rodoviário em Brasília- DF	25
Figura 3 - Placa de sinalização no Residencial Ouro Verde	30
Figura 4 - Pórtico de acesso do Residencial Ouro Verde	30
Figura 5 - Rua paralela ao muro do residencial Ouro Verde	31
Figura 6 - Placa de sinalização “Perigo: Crianças” presente em cidades europeias	35
Figura 7 - Placa de sinalização “Crianças” presente em cidades brasileiras	35
Figura 8 - Placa de trânsito “Crianças livres” na cidade de Madriguera, Espanha	37
Figura 9 - Proximidade e acesso aos equipamentos urbanos por idade	39
Figura 10 - Formação de novas conexões sinápticas entre neurônios no cérebro em diferentes momentos da primeira infância	40
Figura 11 - Praças de Arapiraca e a casinha com balanço e escorregador	43
Figura 12 - Caminhos até a praça	44
Figura 13 - Ilustração de Frato intitulada “Crianças desenhistas”	46
Figura 14 - Francesco Tonucci discursa durante criação da Rede Brasileira de Cidades das Crianças	50
Figura 15 - Reunião do Comitê das Crianças	51
Figura 16 - Cavalete com a representação de uma charge de Frato	52
Figura 17 - Ponto de ônibus com pinturas da campanha Pé de Infância	53
Figura 18 - Parede de escola com pinturas da campanha Pé de Infância	53
Figura 19 - Praça com pinturas da campanha Pé de Infância	54
Figura 20 - Calçada de prédio público com pinturas da campanha Pé de Infância	54
Figura 21 - Totem da campanha Pé de Ouvido e crianças com mudas da campanha Pé de Árvore	55
Figura 22 - Capa dos documentos com as metodologias e resultados das oficinas com as crianças	56
Figura 23 - Antes e depois da intervenção temporária no bairro Cristo Redentor, Fortaleza- CE	57
Figura 24 - Antes e depois da intervenção temporária no bairro Cristo Redentor, Fortaleza- CE	58
Figura 25 - Antes e depois da intervenção temporária no bairro Cristo Redentor, Fortaleza- CE	58

Figura 26 - Antes e depois da intervenção temporária no bairro Cristo Redentor, Fortaleza- CE	60
Figura 27 - Antes e depois da intervenção no bairro Planalto Ayrton Senna, Fortaleza- CE ...	60
Figura 28 - Intervenção no bairro Planalto Ayrton Senna, Fortaleza- CE	61
Figura 29 - Localização da cidade de Arapiraca- AL	63
Figura 30 - Sede da antiga prefeitura, localizada na Praça Luís Pereira Lima	64
Figura 31 - Exemplo de uso da Praça Luis Pereira Lima	64
Figura 32 - Cuscuz de mundiça da Praça Luis Pereira Lima.....	65
Figura 33 - Novo “cuscuz de mundiça” no prédio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do bairro Primavera, em Arapiraca.....	66
Figura 34 - Esquema ilustrativo do Plano Municipal da Primeira Infância	68
Figura 35 - Os passeios instrutivos, por Frato.	69
Figura 36 - Crianças com seus desenhos e membros da comissão.....	70
Figura 37 - Frente da cartilha E(scutar) I(ncluir), criança!.....	71
Figura 38 - Verso da cartilha E(scutar) I(ncluir), criança!	71
Figura 39 - Planta lúdica do projeto “Minha praça melhor”	72
Figura 40 - Localização do Residencial Brisa do Lago.....	74
Figura 41 - Diagnóstico socioeconômico dos moradores do Residencial Brisa do Lago	75
Figura 42 - Estrutura e atividades oferecidas no EcoBrisa.....	76
Figura 43 - Fachada do Centro de Educação Infantil	82
Figura 44 - Corte AB da via arterial	85
Figura 45 - Ciclista ocupa a faixa de estacionamento da via arterial	86
Figura 46 - Cuidadora com duas crianças ocupando a faixa de estacionamento	86
Figura 47 - Moradores sentados no meio-fio do canteiro central.....	87
Figura 48 - Residências e vias locais.....	88
Figura 49 - Expressões das crianças nos muros e calçadas	88
Figura 50 - Escalas de usos e apropriações da cidade	96
Figura 51 - Recorte do roteiro de atividade.....	97
Figura 52 - Foto do primeiro dia de atividade	100
Figura 53 - Foto do segundo dia de atividade	101
Figura 54 - Início da elaboração dos desenhos.....	102
Figura 55 - Desenhos do grupo “cavalinho”	102
Figura 56 - Detalhes dos desenhos do grupo “cavalinho”.....	103
Figura 57 - Desenhos do grupo “cachorrinho”	104

Figura 58 - Detalhes dos desenhos do grupo “cachorrinho”	104
Figura 59 - Desenhos do grupo “gatinho”	105
Figura 60 - Detalhes dos desenhos do grupo “gatinho”	106
Figura 61 - Foto do terceiro dia de atividade.....	107
Figura 62 - Carta para o prefeito produzida pelas crianças	111
Figura 63 - Foto do último dia de atividade	112
Figura 64 - Representação das diretrizes do eixo mobilidade	122
Figura 65 - Representação das diretrizes do eixo espaços livres.....	126
Figura 66 - Representação das diretrizes do eixo atividades.....	129

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Modo de deslocamento das crianças até a escola	108
Gráfico 2 - Características do trajeto casa- escola.....	109
Gráfico 3 - Localização da residência das crianças	109
Gráfico 4 - Sobre brincar na rua	110

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização do bairro Olho D'água dos Cazuzinhas.....	73
Mapa 2 - Levantamento fotográfico do Brisa do Lago	77
Mapa 3 - Uso e ocupação do solo no Residencial Brisa do Lago	80
Mapa 4 - Hierarquia do sistema viário do Brisa do Lago.....	83
Mapa 5 - Concentração de pessoas nas vias do Brisa do Lago	90
Mapa 6 - Área verde e arborização do Brisa do Lago	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Análise dos pontos negativos apontados nos desenhos.....	114
Quadro 2 - Análise dos pontos negativos apontados na carta	115
Quadro 3 - Viabilidade dos pontos desejados apontados nos desenhos e carta.....	116
Quadro 4 - Análise dos pontos desejados e viáveis apontados nos desenhos e carta	117
Quadro 5 - Diretrizes para o eixo mobilidade	120
Quadro 6 - Diretrizes para o eixo de espaços livres	124
Quadro 7 - Diretrizes para o eixo atividades	127
Quadro 8 - Diretrizes para o eixo infraestrutura.....	130
Quadro 9 - Diretrizes para o eixo de planejamento	132
Quadro 10 - Diretrizes para o eixo de monitoramento	133

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AGAPI	Arapiraca Garante a Primeira Infância
CEI	Centro de Educação Infantil
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DIST	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território
EEFTI	Escola de Ensino Fundamental de Tempo Integral
HIS	Habitação de Interesse Social
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
NBR	Normas técnicas Brasileiras
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PMPI	Plano Municipal para a Primeira Infância
RHF	Residencial Horizontal Fechado
UBS	Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

1	SE ESSA RUA FOSSE MINHA.....	18
2	A RODA DO ÔNIBUS RODA, RODA PELA CIDADE: DINÂMICAS E RELAÇÕES URBANAS.....	23
2.1	Cidade para quem?	23
2.1.1	Cidade para o mercado	27
2.1.2	Cidade para veículos	32
2.2	Era uma vez a criança.....	37
2.2.1	Havia uma pandemia no meio do caminho	41
2.3	Criança e os espaços da cidade.....	42
2.3.1	Brincando e aprendendo nos caminhos escolares	45
2.4	Criança na rua: Ações para a reintrodução das crianças na cidade	48
2.4.1	Jundiaí, cidade das crianças.....	49
2.4.2	Programa Caminhos da Escola.....	56
3	ERA UMA CASA MUITO ENGRAÇADA, MAL PROJETADA, MUITO AFASTADA: ARAPIRACA E OS RESIDENCIAIS DE HIS	62
3.1	Cidade sorriso, cidade formosa: apresentação de Arapiraca	62
3.1.1	Políticas públicas para reintrodução da criança no espaço urbano em Arapiraca	66
3.2	O Conjunto Habitacional Brisa do Lago.....	72
3.2.1	A escola em uma comunidade vulnerável	81
3.2.2	As ruas para aumentar o senso de comunidade	82
3.3	Brincando, desenhando, participando.....	93
4	XUXALELÊ OBA, EU QUERO VER ESSA CIDADE BALANÇAR: INTERVINDO COM AS CRIANÇAS	99
4.1	Quem quiser brincar com a gente, pode vir, nunca é demais: construindo uma nova cidade.....	99
4.1.1	Conhecer o trajeto	100
4.1.2	Conhecer também os direitos	107
4.2	Chame todo mundo para brincar de amarelinha: análise das informações coletadas	112
4.3	Eu quero ver, tindolelê, nheco nheco, xique, xique, balancê: implementação das diretrizes.....	118
4.3.1	Mobilidade.....	119

4.3.2	Espaços livres	123
4.3.3	Atividades.....	127
4.3.4	Infraestrutura	129
4.3.5	Planejamento	131
4.3.6	Monitoramento	132
5	EU MANDAVA LADRILHAR.....	134
	REFERÊNCIAS	137
	APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ATIVIDADES COM AS CRIANÇAS	143

1 SE ESSA RUA FOSSE MINHA...

A forma como uma cidade é planejada interfere diretamente na qualidade de vida dos seus habitantes. Construir um lugar melhor, com o foco nas pessoas, é um dos desafios dos arquitetos e urbanistas, que refletem sobre desenho de quadras, traçado de vias, oferta de áreas públicas e contato com a natureza. Havendo a possibilidade de trazer diversos benefícios ao bem-estar e oferecendo oportunidades de descanso e diversão, essa década foi definida para que ocorra a restauração de ecossistemas, incluindo áreas urbanas (ONU, 2017). Uma restauração socioambiental que fortaleceria as relações urbanas e faria com que a cidade se tornasse mais acolhedora.

Entre as diversas perspectivas para se observar uma cidade, existe aquela de espaço de disputas sociais, econômicas ou políticas. Onde prevalecem os interesses de agentes integrantes às classes sociais dominantes e se excluem outras camadas sociais, culturais e etárias, resultando em um mercado predatório, como o imobiliário, e gentrificação. Esse local tornou-se um objeto de fluxo de capital, onde se fazem investimentos e não mais moradias e espaços públicos de qualidade, mostrando um cenário em que existem aqueles que querem melhores condições e outros que visam apenas extrair ganhos (Maricato, 2013).

Há também uma outra perspectiva, que não exclui totalmente a anterior, mas que vê a cidade como um lugar de encontros, onde se pode passar e perder o tempo. Um lugar onde as crianças podem crescer descobrindo coisas novas e observando os adultos. E se o envolvimento das crianças com o meio urbano for real, elas farão de tudo para que a cidade se adeque as suas necessidades, sendo obrigadas a torná-la melhor, já que a criança traz consigo uma diversidade natural, o que garante que todas as necessidades serão contempladas. A objeção daqueles que argumentam que a maioria dos habitantes não são crianças se faz irrelevante, pois, na verdade, trata-se de adotar uma nova perspectiva e filosofia para avaliar, planejar e modificar a cidade. Se uma cidade é capaz de suprir as necessidades e desejos das crianças, não será difícil levar em conta as necessidades dos idosos, das pessoas com deficiência, de outras comunidades, entre outras (Tonucci, 2015).

Com o planejamento urbano privilegiando quem está inserido no mercado e a ação do setor imobiliário de valorização de lotes próximos a locais com infraestrutura consolidada, surgiram nas cidades grandes áreas de habitação informal ou a má localização de habitações de interesse social (HIS). Junto a necessidade de desenvolvimento econômico e de transporte, que é obrigado a cobrir grandes distâncias para onde encontram os equipamentos comunitários ausentes em áreas afastadas, o rápido crescimento urbano e as concentrações de moradores da

cidade traduzem uma pressão sobre a infraestrutura de tráfego. Muitas áreas residenciais novas são construídas de acordo com os princípios e ideologias que dão baixa prioridade as atividades ao ar livre (Gehl, 2014).

Essas regiões, afastadas do centro da cidade, possuem uma residência que é, maioritariamente, subdimensionado e de baixa qualidade, onde o espaço ao ar livre tem um impacto muito grande nas atividades socializadoras, realizadas nas ruas, praças ou outro espaço público (Gehl, 2014). Esse uso do espaço livre público é importante para que ocorra uma integração entre os moradores da vizinhança e aumente o senso de comunidade do local. O laço formado na comunidade é necessário para uma experiência urbana e importante para as crianças, tendo infância como um momento de construção.

Com a valorização da infraestrutura de tráfego, sucateamento do transporte público e falta de incentivo a mobilidade ativa, uma outra perspectiva para se analisar uma cidade é que os carros dominam as ruas. O excessivo número de veículos nas ruas é reflexo da ampliação da necessidade de meios de transporte individuais como a única forma de deslocamento por parte dos adultos, o que, como em um ciclo vicioso, implica ainda mais na redução de mobilidade e da autonomia das crianças nas áreas urbanas, aumentando a sensação de insegurança, já que os automóveis são grandes responsáveis pelo risco de acidentes. Em 2019, ocorreram 214 óbitos por atropelamento de crianças entre 0 e 9 anos, na condição de pedestres ou ciclistas (Ministério da Saúde *apud* ABRAMET, 2021). É preciso reivindicar a volta da rua como um lugar comunitário.

Com a insegurança, presença excessiva de veículos e ausência de “olhos nas ruas¹”, as crianças possuem um modo de vida de confinamento em ambientes fechados, bastante prejudicial para seu desenvolvimento. Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), as crianças devem ter um acesso diário mínimo de uma hora de atividades ao ar livre, com oportunidades de brincar, aprender e conviver com a natureza. Diz também sobre as especificidades de cada faixa etária: com as crianças na primeira infância, que compreende a idade de 0 a 6 anos, o foco deve ser no brincar livre, nas experiências sensoriais e no adulto servindo como um companheiro de exploração e descoberta. Já com as crianças maiores, o foco deve ser em aumentar o raio de exploração, de curiosidade, autonomia e exposição a “riscos benéficos”, que engajam a livre escolha e ensinam a lidar com consequências. (Becker *et al*,

¹ Conceito criado por Jane Jacobs e defendido em seu livro “Morte e Vida de Grandes Cidades”, de 1961. Discorre, resumidamente, sobre como uma vizinhança que se conhece pode agir como uma rede de apoio, promovendo um espaço mais vivo e seguro, através de calçadas atrativas e caminháveis, janelas voltadas para a rua, entre outros elementos.

2019). Em uma pesquisa divulgada em 2016 pelo movimento internacional Aliança pela Infância, intitulada “Valor de Brincar Livre”, que entrevistou 12 mil pais ao redor do mundo que tenham pelo menos um filho com idade entre 5 e 12 anos, constatou que 98% dos pais, acreditam que brincar livre ajuda crianças a desenvolverem habilidades importantes, entre elas criatividade, socialização, empatia, coordenação, memória, concentração, entre outras. Na realidade brasileira, 87% dos pais disseram que as crianças não estão brincando o suficiente, 63% acreditam que seus filhos não têm as mesmas oportunidades de brincar que eles tiveram na infância e metade diz não contar com ambientes amigáveis onde seus filhos possam brincar. Contudo, o dado mais preocupante revela quanto ao tempo de brincadeira ao ar livre, cada vez mais raro: 40% das crianças do país brincam em espaços abertos durante uma hora ou menos em um dia e 6% delas nunca brincam ao ar livre em um dia normal (Aliança pela Infância, 2016).

Nas últimas décadas, as crianças se tornaram protagonistas de diversas ações para atender as suas necessidades, no entanto, incluindo muito pouco ou nada, o acesso ao meio urbano. Em Arapiraca, segunda maior cidade do estado de Alagoas e principal cidade do agreste do estado, foi idealizado em 2013 o programa AGAPI, sigla para Arapiraca Garante a Primeira Infância, política pública que atua integrada a primeira infância, incluindo ainda a gestante e os cuidadores. A Lei N°3.190/2016, que diz respeito a criação desse programa, esclarece que sua finalidade é garantir o atendimento dos direitos da criança na primeira infância e a promoção do seu desenvolvimento integral, através de ações com foco no bem-estar físico, mental, afetivo, cognitivo e social e ainda proporcionar, entre muitos fatores, a proteção da criança com o apoio da sociedade, a brincadeira e lazer, espaço e meio ambiente (Arapiraca, 2016b), sendo estes temas que fazem parte do planejamento urbano. No entanto, estão envolvidas na condução desse programa os setores de assistência social, saúde, cultura, educação e esporte cultura, excluindo a esfera do desenvolvimento urbano e meio ambiente, que mostra como a integração entre infância e cidade não é vista como uma política para crianças e dificultará a implementação completa do programa, já que a cidade é um corresponsável do desenvolvimento infantil.

De acordo com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, a estimativa populacional, no ano de 2020, em Arapiraca, são de 19.991 crianças na faixa etária de 0 a 6 anos (Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2020). Segundo o Censo Escolar de 2020, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o Inep, foram realizadas 2.744 matrículas em creches e 5.689 em pré-escolas, totalizando pouco mais de 8400 matrículas em 115 estabelecimentos de educação infantil. No Centro de Educação Infantil Professora

Deusdeth Barbosa da Silva, no Residencial de Habitação de Interesse Social Brisa do Lago, localizado no bairro Olho D'água dos Cazuzinhas, no extremo sudeste do perímetro urbano de Arapiraca, no mesmo ano, foram realizadas 446 matrículas, contemplando a primeira infância e educação especial (QEDU, 2022). Esses locais de aprendizado são o primeiro lugar do bairro em que as crianças criam uma relação, excluindo, claro, sua própria residência. Se todos os dias as crianças saem de suas casas para ir à escola, esse trajeto precisa ser investigado. Se o fazem a pé, é por naturalmente escolherem a escola mais próxima de casa, sendo fundamental que se qualifique o trajeto. Assim, como é possível fazer com que a criança usufrua do espaço público, especificamente as ruas, na cidade de Arapiraca?

Naturalmente, a cidade possui uma grande extensão territorial, o que torna complexo e demorado a adequação de toda sua área, logo, um ponto de partida seria as proximidades das escolas com um mapeamento de ruas prioritárias. Essa ação é sobressalente em locais mais precários e com menos infraestrutura, como é o caso do Residencial Brisa do Lago, que conta com casas que não possibilitam o brincar, pais com subempregos e que diariamente enfrentam grandes deslocamentos, provendo pouca oportunidade para brincar com os filhos, e, com a possibilidade de participação da criança na sensibilização dessa área, atuarão fortalecendo o senso de comunidade, já que tudo ocorreria em uma escala menor.

Sendo assim, o trabalho justifica-se pela importância em pensar na reintrodução da criança no espaço urbano, através, primeiramente, de caminhos escolares, trajetos que conectam casa e escola, mas, muito mais do que isso, abordar questões como segurança, autonomia, mobilidade, lazer, socialização e desenvolvimento da criança.

O objetivo geral deste trabalho é elaborar diretrizes para melhoria das principais vias que conectam casas a escola no Residencial Brisa da Lago, localizado na cidade de Arapiraca- AL, despertando o potencial educativo e de lazer do espaço público. Os objetivos específicos são: 1) Evidenciar a relação entre criança e meio urbano; 2) Investigar as dinâmicas das crianças no contexto do residencial Brisa do Lago; 3) Elaborar atividades a serem realizadas com as crianças, fundamentadas no princípio da mobilidade ativa e espaço público educativo e de lazer.

O trabalho se estrutura em mais três partes. O segundo capítulo, A roda do ônibus roda, roda pela cidade: dinâmicas e relações urbanas, apresenta as perspectivas da construção da cidade, mobilidade, espaços públicos e envolvimento das crianças. Traça um breve retrospecto do porquê as cidades possuem atual conjuntura e como as crianças foram se afastando, cada vez mais, dos locais de usos coletivos, transformando-se em sujeitos que estão sob a responsabilidade de alguns setores sociais, como a família e instituições de ensino. Em

contraponto, é apresentado exemplos de projetos, nacionais e internacionais, que discutem como reintroduzir as infâncias nos cenários urbanos.

O terceiro capítulo, *Era uma casa muito engraçada, mal projetada, muito afastada: Arapiraca e os residenciais de HIS*, contextualiza a cidade de Arapiraca e o Residencial Brisa do Lago. Expõe a história da cidade, considerando a interferência dessa nas infâncias urbanas e cita ações que estão sendo feitas atualmente para integrar as crianças ao espaço público e para que participem do planejamento urbano. Em seguida, apresenta o objeto de estudo, na escola do residencial e componentes específicos. Por fim, são justificados os procedimentos metodológicos utilizados para o desenrolar das atividades com as crianças.

Por fim, o quarto capítulo, *Xuxulelé oba, eu quero ver essa cidade balançar*: intervindo com as crianças, traz os produtos provenientes das interações com os alunos da escola escolhida. Apresenta uma descrição e apontamentos utilizando de imagens, gráficos e relatos das crianças sobre o trajeto que realizam entre suas respectivas casas e a escola, o tratamento das informações coletadas com distribuição em quadros e análises mais minuciosas para a definição de eixos de atuação. Para finalizar, há a apresentação das diretrizes propostas, dividida entre eixos, com estratégias e ações, para a conclusão da monografia.

2 A RODA DO ÔNIBUS RODA, RODA PELA CIDADE ² : DINÂMICAS E RELAÇÕES URBANAS

O objetivo desse capítulo é apresentar, de uma forma mais minuciosa, como as crianças são afetadas pelos desdobramentos dos problemas que vemos dos centros urbanos. Ao longo desse capítulo, serão apontadas algumas situações e reflexões sobre quais tipos de cidades estão sendo produzidas pelos planejadores e gestores urbanos para os cidadãos e as possibilidades que estão sendo retiradas das crianças ao excluí-las dos espaços públicos urbanos, principalmente das ruas. Se destacam nesse capítulo Jane Jacobs e Jan Gehl, o pedagogo e desenhista Francesco Tonucci, importante figura na luta pela participação social da criança na discussão sobre planejamento urbano e a arquiteta Mayumi Watanabe de Souza Lima que se dedicou ao planejamento, projeto e construção de espaços públicos, incluindo parques e escolas, se preocupando primeiramente com seus usuários, majoritariamente crianças e jovens.

2.1 Cidade para quem?

Viver na cidade permite que seus moradores experimentem situações que não são encontradas em nenhum outro lugar. As vivências urbanas são diferentes das presenciadas em casa, na escola, em zonas rurais, em outras cidades e, se analisarmos bem, em cada cidade as experiências se diferem entre um morador e outro. Já que o meio urbano possibilita tanto, deveria atender a todos e proporcionar a socialização, segurança e mobilidade, afinal “É preciso uma cidade inteira para educar uma criança” (Urban95, 2021a). O meio urbano deveria atender as demandas infantis.

Segundo Santos (1993), a partir dos anos de 1970 houve mudanças no processo de urbanização nas cidades brasileiras. Estas mudanças, tanto em suas configurações quanto em números populacionais, ocasionaram edificações verticalizadas, impermeabilização do solo, diminuição de áreas verdes, privatização de espaços públicos e aumento do fluxo de carros (O começo da vida 2: lá fora, 2020). Com isso, “era raro que alguém observasse o que acontecia com a vida na cidade e os pedestres” (Gehl, 2014, p. 209), resultando em uma cidade que deixou de ser coletiva e favoreceu o rompimento de vínculos de apropriação do espaço público. Diante desses conflitos e disputas de usos e apropriações que ocorrem nas cidades, é preciso levar em

² O ÔNIBUS (The Wheels on the Bus). Intérprete: Xuxa. Compositores: D. P. e Vanessa Alves. *In*: XUXA só para Baixinhos 2. Intérprete: Xuxa. Rio de Janeiro: Som Livre, 2001. (1:28). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=szqKMgkXpZw>. Acesso em: 23 fev. 2023.

consideração os olhares e desejos infantis para a garantia de uma sociedade e espaços mais democráticos.

Além disso, esse processo de urbanização também incluiu a noção de planejamento institucionalizado. A realização de cada tarefa, agora, tem o seu lugar específico, como, por exemplo, o lugar de brincar ser apenas em parque, impedindo que as crianças criem suas próprias experiências. Uma boa prática urbana deve melhorar o espaço comum, integrando oportunidades e desafios para as crianças (Gehl, 2014).

Para entendermos algumas das perspectivas possíveis ao se observar uma cidade, é necessário compreender as diretrizes que guiaram esse planejamento urbano moderno ao longo dos anos. Concebido no século XIX, contexto pós-revolução industrial e êxodo rural, que provocou um grande crescimento demográfico nas cidades e uma grande crise sanitária, o pré-urbanismo se desenvolveu através de pensadores, médicos, higienistas, historiadores, economistas ou políticos, que buscavam resolutivas para os problemas decorrentes da revolução e afetavam o proletariado urbano, se dividindo em dois modelos de pensamento, os progressistas e culturalistas. Em meados do mesmo século, surge o Urbanismo, com teoria e prática sendo realizadas por especialistas, geralmente arquitetos (Choay, 1994).

O Urbanismo também seguiu os modelos de pensamento anterior e, no ano de 1928, o urbanismo progressista funda um grupo para se difundir internacionalmente, o Congresso Interacional de Arquitetura Moderna (CIAM). De acordo com Tony Garnier, idealizador da Cidade Industrial, os progressistas separavam as zonas de trabalho das zonas de moradias, e estas de locais de lazer (Choay, 1994). Jane Jacobs, escritora crítica ao planejamento moderno, diz que a cidade de Le Corbusier, um dos principais nomes do Urbanismo Moderno, era

[...] muito ordenada, muito clara, muito fácil de entender. Transmitia tudo num lampejo, como um bom anúncio publicitário. Essa visão e seu ousado simbolismo eram absolutamente irresistíveis para urbanistas, construtores, projetistas e também para empreiteiros, financiadores e prefeitos. Ela deu enorme impulso aos "progressistas" do zoneamento, que redigiram normas elaboradas para encorajar os construtores a reproduzir ainda que parcialmente o sonho (Jacobs, 2011, p. 26).

Todos os princípios pregados pelos progressistas para uma cidade moderna estava presente em um único lugar. A Carta de Atenas, desenvolvida em 1933, definia as funções da cidade como habitar, trabalhar, circular e cultivar o corpo e o espírito (Corbusier, 1993). A partir destas, mostraram-se os planos propostos, enfatizando o zoneamento, a setorização e a distribuição dos fluxos, a fim de racionalizar as dinâmicas urbanas. Especificamente sobre as ruas, o documento propõe a separação de acordo com o seu uso, sendo ruas de residência para acessos, com uma característica mais particular, ruas de trânsito, isoladas das residências, que

são equivalentes às vias coletoras, e, por fim, vias principais, destinadas apenas aos veículos e livre de interferências para permitir maior velocidade (Corbusier, 1993).

No Brasil, a mais famosa cidade moderna é Brasília, no Distrito Federal. Projetada e desenvolvida em 1956, por Lúcio Costa, a cidade detém de uma forma e composição interessante, onde os edifícios governamentais se destacam (figura 1) e os residenciais estão envoltos por uma extensa área verde. No entanto, a nível dos olhos, os espaços urbanos são grandes, as ruas são largas, com calçadas longas e retas, sem qualquer estímulo visual e que, por necessidade e falta de transporte privado, precisam ser percorridos a pé (figura 2) (Gehl, 2014).

Figura 1 - Vista aérea do cruzamento dos eixos Monumental e Rodoviário em Brasília- DF



Fonte: Paulo H. Carvalho/ Agência Brasília³ (2019)

Figura 2 - Vista do eixo Rodoviário em Brasília- DF



Fonte: Google Earth (2023)

³ Disponível em: <https://agenciabrasilia.df.gov.br/2019/05/16/o-cruzamento-de-dois-eixos-e-uma-cidade-unica/>. Acesso em: 18 mar. 2023.

Este é apenas um dos problemas causados em decorrência ao insistente planejamento urbano moderno. As características de zoneamento e institucionalização dos espaços está presente em todas as localidades brasileiras, como modelo único de se pensar a cidade. Caberia ao poder público gerenciar a urbanização através de políticas de planejamento, sendo esta uma ferramenta estatal para ordenar e regular ações individuais no processo de construção do espaço construído, certificando que o interesse público esteja sendo alcançado (Freitas, 2019). Uma das alternativas é o planejamento participativo, onde alguns grupos adquirem acesso aos instrumentos legítimos de expressão e a participação na autoridade institucional, o que faz com que seja um processo representativo, não alcançando todas as comunidades, principalmente as minorias, como é o caso das crianças.

Souza (2003) defende o planejamento urbano como campo amplo e interdisciplinar, que engloba geógrafos, sociólogos, urbanistas, entre outros, reunindo tanto o conhecimento técnico como a atuação da sociedade civil, ativistas e movimentos sociais, fugindo da centralização do Estado em teorias do planejamento (Souza, 2003).

[...] cada vez mais o Estado abre mão de seu papel regulatório, substituindo largamente o planejamento por um imediatismo mercadofílico, é sintomática de uma tendência perigosa: a de aplicação da lógica “gerencial” privada para o espaço urbano, esvaziando a dimensão política ou subsumindo-a parente uma racionalidade empresarial. Seria esse o tecnocratismo “pós-moderno”, para muitos tão charmoso? (Souza, 2003, p.55)

Para as crianças o planejamento continua tecnocrático, já que não as reconhecem como novos atores as condições de planejar o urbano, mantendo ações que não modifica a estrutura anterior, de zoneamento e institucionalização dos espaços. Uma alternativa seria a alteração do tipo de planejamento urbano, seja para o autonomista ou insurgente. O autonomista apresenta o planejamento e a gestão como ferramentas de promoção de desenvolvimento urbano, com a concretização de desejos dos sujeitos, resultando em melhoria da qualidade de vida e ganho de justiça social. A autonomia coletiva não dependeria apenas das instituições sociais que garantem essa justiça social, a liberdade e possibilidade de pensamento crítico, como também do constante incentivo a indivíduos lúcidos e críticos, dispostos a defender essas instituições. Dessa forma, a autonomia constitui um sentido fortemente ligado ao aspecto histórico-cultural (Souza, 2003).

Já o planejamento insurgente tem seus teóricos reconhecendo que todas as questões discorridas servem para perpetuar desigualdades de poder que existem e buscam investigar como o planejamento pode ser usado para iniciativas transformadoras (Freitas, 2019).

Nessa nova abordagem, os atores das práticas de planejamento não são profissionais treinados contratados pelo estado para elaborar políticas voltadas para o interesse público (Miraftab, 2012; Souza, 2001). A mensagem da insurgência é, portanto, uma

de determinação e resistência. Atividades conduzidas por cidadãos marginalizados determinados a transformar políticas urbanas para alcançar suas necessidades - que pode ou não serem apoiadas por planejadores profissionais - têm sido entendidas como práticas de planejamento insurgente (Freitas, 2019, p. 291).

Planejamento insurgente é, portanto, um processo radical que pode desconsiderar o conhecimento técnico, sendo realizado por grupos marginalizados, como é o caso das crianças, necessariamente questionando o desenvolvimento urbano estruturalmente desigual exibido pelo modelo dominante. Enquanto a revolução infantil no planejamento urbano não acontece, os pontos que caracterizam as cidades atuais serão reforçados, juntamente com os cenários que são encontrados no meio urbano e principalmente como isso afeta as crianças na sessão a seguir.

2.1.1 Cidade para o mercado

Há poucas décadas, pobres e ricos viviam perto uns dos outros. É claro que suas casas eram diferentes, algumas de pobres e outras de ricos, mas estavam nos mesmos bairros. Depois foi dado um valor diferente aos terrenos, de acordo com a proximidade do centro da cidade e isso veio a alterar tudo. Os pobres não podiam restaurar as suas casinhas insalubres e sem casa de banho, então <<preferiram>> vendê-las para que pudessem se mudar para os suburbios, para casas todas iguais e idênticas às que apareciam na televisão (Tonucci, 2015, p. 25, tradução nossa).

O urbanismo moderno e os zoneamentos das áreas urbanas tendo como base a setorização das atividades provocou a criação ou ampliação da segregação socioespacial, por desconsiderar toda as particularidades da dimensão humana. Assim, o processo de urbanização está ligado ao crescimento da pobreza, com a expansão urbana sendo fomentada pela exclusão dos pobres de áreas privilegiadas, alimentando um modelo de crescimento onde algumas atividades se dão graças ao empobrecimento da população (Santos, 1993).

Sobre essa manutenção da pobreza pelas cidades, Santos (1993) diz:

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é o suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial (Santos, 1993, p.10).

As cidades modernas contam com planos pouco flexíveis, que dariam certo apenas em sociedades bem resolvidas no quesito de diversidades econômicas e sociais. Diferentemente do que imaginavam os modernistas, o que é exibido das cidades são porções de assentamentos precários ou conjuntos habitacionais periféricos. O espraiamento do tecido urbano e a disparidade entre a infraestrutura oferecida nas áreas consolidadas em comparação à novas ocupações mostram como a cidade está sob o comando dos interesses de grandes corporativos, que devoram os recursos públicos uma vez que estes são orientados para os investimentos

econômicos, em detrimentos gastos sociais (Santos, 1993).

A valorização imobiliária, ou seja, a propriedade que têm os imóveis de se valorizarem, está na base da segregação espacial e da carência habitacional. E, em torno dela, ou seja, em torno da apropriação da renda imobiliária, é travada uma surda luta no contexto urbano. Fazendo um raciocínio muito esquemático, de um lado estão os usuários da cidade, os trabalhadores, aqueles que querem da cidade condições para tocar a vida: moradia, transporte, lazer, vida comunitária etc. Esses veem a cidade como valor de uso. Do outro lado estão aqueles para quem a cidade é fonte de luxo, mercadoria, objeto de extração de ganhos. Esses encaram a cidade como valor de troca. A luta que se trata na cidade pela apropriação de renda imobiliária é a própria expressão da luta de classes em torno do espaço construído. (Maricato, 1997, p.44)

As políticas voltadas aos espaços públicos pensados e desenhados para o atendimento das questões apresentadas pelos bairros localizados nas periferias, são ainda mais desrespeitosas em relação à criança, pois não as consideram como cidadãos com direitos. Se os pontos apresentados para uma boa infância urbana quase não têm abertura dentro das discussões das áreas centrais, quando olhamos para os lugares mais desfavorecidos economicamente e socialmente, essas questões ganham dimensões ainda mais excludentes, já que é no espaço físico que as desigualdades transparecem, como disse Santos (1993) e reforça Lima (1995).

o território [é] demarcado pelo poder em todos os sentidos. Não é por acaso que a distribuição das habitações, dos serviços e dos equipamentos ocorre desigualmente na cidade, em sociedades desiguais, assim como não surpreende a demarcação virtual do espaço, do centro para a periferia, do grupo dos maiores para o grupo dos menores [...]. Como ficam então os espaços de brincar das crianças dominadas pelo poder econômico e, dentre elas, aquelas que pertencem às camadas menos poderosas da sociedade? (Lima, 1995, p.187 *apud* Vicente, 2008, p. 153)

O espaço urbano, em especial o espaço público, sofreu incontáveis transformações ao longo das décadas, principalmente após o grande aumento populacional e o urbanismo moderno. É nessa realidade de transformações socioespaciais em que as crianças são prejudicadas, já que até, segundo Lima (1989), no século XVIII a rua era o local da vida cotidiana entre adultos e crianças, tendo uma grande importância em sua vida social. Na rua aconteciam as festas populares, os encontros e o comércio, além de agir como uma extensão da casa, onde as crianças podiam brincar, por exemplo (Buitoni, 2009).

Os estudos de Mayumi Lima (1989), mostram que “as crianças, mais do que os adultos, utilizavam as ruas como espaço delas, na medida em que elas não tinham espaço dentro de suas casas. A casa não se destinava para a permanência fora da hora de dormir e de comer” (Lima, 1989, p.91 *apud* Lima, 2017, p. 15). Com a institucionalização dos espaços, a rua passa a ter a função predominante de circulação e as crianças passam a ser confinadas em espaços fechados – a casa, a escola, o *playground*. Perde-se o convívio natural entre adultos e crianças no espaço urbano (Buitoni, 2009).

Assim, percebe-se que o público infantil teve, de fato, uma atenção especial dos

modernistas. Incentivaram a criação de espaços específicos para o brincar por verem as ruas como um ambiente nocivo, inseguro e ameaçador, o que outrora fora uma extensão natural do quintal das residências. Com todo o processo de degradação das ruas e aumento da sensação de insegurança, houve a necessidade da criação de espaços para esse fim, sendo frequentado apenas pela elite.

Em estudo sobre as consequências da autossegregação para a vida urbana em cidades médias, com foco na cidade de Arapiraca-AL, que considerou residenciais horizontais fechados (RHF), Neves (2022), analisou as transformações urbanas motivadas por esses empreendimentos, expondo as mudanças na relação que seus moradores criaram com o restante da cidade. Foi percebida uma redução na porcentagem referente à passeios em praças e parques públicos, se comparado a antes de residirem no RHF, o que implica que esse espaço de lazer não possui a mesma relevância que anteriormente tivera.

Especificamente sobre as crianças, tem como encadeamento o enfraquecimento da relação com os espaços livres públicos, com prejuízos sociais, culturais e políticos, já que essas áreas são importantes para possibilitar o conhecimento de outras realidades, de pessoas diversas, de diferentes manifestações artísticas, debates, entre outros. O entanto, o que há é o fortalecimento os vínculos com os parquinhos das áreas de lazer privadas, com estas substituindo o lazer público, implicando em um modo de vida urbano mais compartimentado e seletivo, podendo transformar as crianças em adultos intolerantes à diversidade (Neves, 2022).

O Residencial Ouro Verde, localizado às margens da AL 220, na cidade de Arapiraca- AL é um exemplo de como os residenciais horizontais fechados comercializam a segurança, a natureza, áreas de lazer e contato da criança com as ruas. Na figura 3, é possível ver uma placa de sinalização, criada pelo residencial para uso apenas no interior desse, que adverte os veículos sobre a possível presença de crianças brincando nas ruas.

Figura 3 - Placa de sinalização no Residencial Ouro Verde



Fonte: Autoral (2023)

É inegável a grande importância que esse ato traz para as crianças que moram no residencial. No entanto, o que é igualmente inegável são todas as questões sociais, econômicas e urbanísticas provocadas pela inserção dessas estruturas no espaço da cidade. Um RHF age como um elemento isolado e adverso a morfologia urbana, protegido da cotidianidade da cidade e sendo pouco permeável (figura 4). Cabe aqui uma colocação feita por Lima, que ao se referir aos edifícios de educação, cita que são “(...) malfeitos e malconservados, reforçam a ideia útil para o sistema de que pobre e mal servido é por merecimento.” (Lima, 1989, p.65 *apud* Vicente, 2018, p. 131), como mostrado na figura 5, que destaca, além das fachadas mais simples, com adulto com uma criança de colo.

Figura 4 - Pórtico de acesso do Residencial Ouro Verde



Fonte: Google Earth (2022)

Figura 5 - Rua paralela ao muro do residencial Ouro Verde



Fonte: Google Earth (2023)

Possuir o lugar ideal e seguro para se morar, a cultura de espaços destinados exclusivamente aos jogos e brincadeiras, realizados nos parques infantis, e o exclusivo de aprendizado, nas escolas, são ideias do planejamento moderno.

São equívocos do autoritarismo não só de natureza corporativa e uma produção especializada, desligada da vida das pessoas, mas também, e, sobretudo, resultado da transformação da criança em categoria social determinada, para qual a creche, escola, os parques e locais de jogos são fornecidos sob a forma de sistemas fechados, mercadorias a serem consumidas passivamente, que não comporta integrar neles o maravilhoso, imaginário e o espontâneo (Lima, 1989, p. 54 *apud* Araújo, 2019, p.33)

Sobre lugares destinados ao uso das crianças, a arquiteta destaca como esses espaços são construídos para o controle. O poder, da sociedade de classes, das instituições representativas dessa sociedade e dos adultos em geral se apodera do espaço da criança e o transforma em um instrumento de dominação, realizada através da organização e distribuição desses lugares, a limitação dos movimentos, falta de clareza quanto as informações visuais e a falta de conforto ambiental. A autora diz que esse controle é voltado para a produção de adultos domesticados, obedientes e disciplinados, desprovidos de vontade própria e receosos quanto indagações (Buitoni, 2009).

[...] é o Estado que decide qual o nível de saúde que a criança pode alcançar ou o tipo de educação que melhor lhe convém, não por e para ela, mas em função dos interesses do capital, seja para fazê-la cidadão disciplinada e obediente útil para as empresas, seja para o Estado.

Assim, o futuro das crianças não é determinado nem pela sua vontade nem mesmo pela de seus pais, mas pela vontade de um Estado que representa os interesses hegemônicos da sociedade. (Lima, 1989, p.34 *apud* Vicente, 2008, p. 152)

Há uma obsessão pelo controle que atravessa todos os comportamentos adultos em relação a criança. Ainda segundo Lima (1989), de modo geral, os mais velhos precisam se sentir donos da situação, ter conhecimento sobre todas as alternativas que a criança poderá escolher,

tudo em nome da segurança, não das crianças. A liberdade da criança significa a insegurança do adulto, e em nome da tranquilidade, é podado a imaginação e criatividade (Buitoni, 2009). Esta questão também é ilustrada na figura 3, onde, de acordo com Neves (2022), os adultos enxergam os espaços internos dos RHF's como espaços sem preocupações, reforçada pelo próprio ambiente “representada em uma frase muito comum, informada em placas de sinalização nesses empreendimentos: “aqui as crianças brincam livres”, que pode ser traduzida como: “aqui os pais vivem despreocupados”” (Neves, 2022, p.340).

Lima (1989) ainda diz sobre os dois tipos distintos de uso do espaço. Primeiramente o espaço como elemento ativo de condicionamento da criança para a construção do futuro adulto passivo, conforme o desejado pela sociedade de consumo e a segunda forma sendo a do espaço como instrumento para a formação de adultos criativos e inteligentes, onde as crianças tenham liberdade para criar e experimentar, apropriar-se do espaço e o transformar (Buitoni, 2009).

No quadro dessas preocupações, isto é, do espaço adequado para o desenvolvimento das crianças e os limites que os projetos podem alcançar, a construção da criança, isto é, os espaços organizados e realizados pelas próprias crianças podem indicar algumas trilhas para o trabalho dos adultos [...] pouco conhecimento temos tido em relação a construção do espaço pelas crianças (LIMA, 1989, p. 73-74 *apud* ARAÚJO, 2019, p.33-34)

Sem o incentivo para que crianças intervenham nos espaços que frequentam, resta aos pais formarem os filhos conforme o padrão estabelecido e esperado, reproduzindo o sistema de dominação em que cresceram. Sendo assim, o espaço físico é tratado como instrumento de poder e perpetua a dominação existente. Outro elemento que também denota um domínio de um grupo de pessoas perante o outro é a valorização dos veículos, que será melhor tratado a seguir.

2.1.2 Cidade para veículos

As escolas, limitando-se o julgamento a seu programa e à sua disposição arquitetônica, estão em geral mal situadas no interior do complexo urbano. Muito longe da moradia, elas colocam a **criança em contato com os perigos da rua**. Além disso, é frequente que nelas só se dispense a instrução propriamente dita, e a criança, antes dos seis anos, ou o adolescente, depois dos treze, são regularmente privados de **organizações** [para as crianças, os *playgrounds*] pré ou pós-escolares que responderiam às necessidades mais imperiosas de sua idade. O estado atual e a distribuição do domínio edificado prestam-se mal às inovações por meio das quais a infância e a juventude seriam não somente protegidas de inúmeros perigos, mas ainda colocadas nas **únicas condições que permitem uma formação séria**, capaz de lhes assegurar, ao lado da instrução, um pleno desenvolvimento tanto físico quanto moral. (Corbusier, 1993, p.29, grifo nosso).

Lewis Mumford (1895-1990), filósofo, historiador, sociólogo e analista do urbanismo moderno, publicou em 1945, no primeiro número da revista “Urbanística”, uma reflexão sobre a atividade urbana desenvolvida até o momento. Segundo ele, essa atividade concentrou-se quase que exclusivamente ao redor da vida do homem adulto em idade laboral e, mais especificamente, em torno de alguns aspectos, como comércio, indústria, administração, circulação e transportes. Ademais, mesmo com todo o contexto da pós-guerra, o historiador denunciava principalmente o esquecimento das crianças (Tonucci, 2006).

A cidade esqueceu daqueles que não se enquadram, ou seja, dos que não são nem homens, nem adultos e que não estão em idade laboral. Somando a quantidade de pessoas que não estão presentes nessas três categorias, é possível perceber que juntas constituem a maioria dos cidadãos, o que significa que a cidade beneficia uma minoria. Considerando particularmente o aspecto do transporte, basta observar o espaço destinado na cidade aos veículos. Assim, “motorista” se tornou outra característica a ser considerado pela cidade para atender esse modelo de cidadão privilegiado. Para Jane Jacobs (2011)

Ele [Le Corbusier] procurou fazer do planejamento para automóveis um elemento essencial de seu projeto, e isso era uma ideia nova e empolgante nos anos 20 e início dos anos 30. Ele traçou grandes artérias de mão única para trânsito expresso. Reduziu o número de ruas, porque "os cruzamentos são inimigos do tráfego". Propôs ruas subterrâneas para veículos pesados e transportes de mercadorias, e claro, como os planejadores da Cidade-Jardim, manteve os pedestres fora das ruas e dentro dos parques (Jacobs, 2011, p. 26)

Os automóveis transformaram as ruas em locais perigosos, cheios de barreiras e ocupou os espaços públicos, excluindo a possibilidade de utilização para quem se desloca a pé ou de bicicleta. Segundo Jacobs (2011, p.30) as ruas e calçadas são “órgãos vitais” da cidade, onde se as ruas “parecerem interessantes, a cidade parecerá interessante; se elas parecerem monótonas, a cidade parecerá monótona”. E complementa dizendo que “quando temem as ruas, as pessoas as usam menos, o que torna as ruas ainda mais inseguras.” (Jacobs, 2011, p.31). Toda essa dinâmica pode ser interpretada dentro de um ciclo, já que, com as ruas tomadas pelos veículos, não há motivo para que a rua seja interessante, o que afasta a população dessas, tornando as ruas mais inseguras, sendo que, umas das maneiras de conviver com uma cidade insegura é refugiando-se em veículos (Jacobs, 2011, p.40).

Esse ciclo é um dos fatores determinantes para a redução da presença de crianças nas ruas, principalmente quando desacompanhadas de algum adulto. A diminuição dos espaços públicos somada a redução da mobilidade e da autonomia infantil, como consequência do aumento de automóveis e da sensação de insegurança, interferem diretamente no

desenvolvimento e [no] aprendizado do viver coletivo, da partilha, da solidariedade, das regras traçadas em comum, justamente numa época histórica em que o

crescimento demográfico, as crises econômico-sociais e a pluralidade cultural exigem de cada um, a capacidade de saber-se ser humano, isto é, inserido e de atos responsáveis, tanto dos coletivos próximos quanto de uma comunidade internacional (Lima, 1995, p.190 *apud* Vicente, 2018, p.159)

É possível entender, dessa forma, como a cidade tem um papel fundamental na construção e desenvolvimento das relações humanas. Pensando nas infâncias vivenciadas no meio urbano, não se pode desejar por espaços institucionalizados e exclusivos para atender a necessidade da criança, pois seriam locais que limitariam oportunidades de aprendizados e conhecimento. Com elas nas ruas, os demais moradores não apenas as supervisionariam, mas também as incorporariam à sociedade. As crianças imitam as atitudes dos adultos e, conseqüentemente, o comportamento responsável deles em relação à calçada e às ruas. Isso pode ser facilmente assimilado pelas crianças e levado à vida pública. Entretanto, dentro do espaço confinado dos *playgrounds*, onde não há o contato com a sociedade, essas noções de mundo são dificilmente adquiridas (Jacobs, 2011, p.64).

Nas cidades, são os automóveis que impõem a sua lógica e a sua estética. Sobre essa estética, Jacobs (2011) discorre sobre a culpa dos automóveis na destruição das cidades e como locais dela são transformados para dar lugar a locais sem sentido para os pedestres, como eixos viários, estacionamento e postos de gasolina. Dessa forma “a feição urbana é desfigurada a ponto de todos os lugares se parecerem com qualquer outro, resultando em Lugar Algum” (Jacobs, 2011, p. 228).

Um exemplo dessa estética são as placas de sinalização. Na Europa, existe um padrão de sinalização e em Portugal, a revisão do Código da Estrada feita através do Decreto-Lei n° 2/98, introduziu alterações no significado dos sinais de trânsito, onde destaca-se, entre outras, a clarificação de certos conceitos. O Artigo 7° diz respeito aos sinais de perigo que “indicam a existência ou a possibilidade de aparecimento de condições particularmente perigosas para o trânsito que imponham especial atenção e prudência ao condutor” (Portugal, 1998, p.3). O Artigo 19°, do mesmo decreto, esclarece quais são os sinais de perigo, sendo um deles o sinal de “crianças: indicação de um lugar frequentado por crianças, como escola, parque de jogos ou outro similar”.

Figura 6 - Placa de sinalização “Perigo: Crianças” presente em cidades europeias



Fonte: Nyobe⁴ [s.d.]

No Brasil, não é muito diferente. De acordo com o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito (CONTRAN, 2007, p.115) “o sinal A-34 adverte o condutor da existência, adiante, de área adjacente utilizada para o lazer de crianças”. Assim como no exemplo anterior, também deve ser utilizado junto às áreas de recreação infantil. Essa sinalização é de advertência, mas, em teoria “tem por finalidade alertar aos usuários as condições potencialmente perigosas [...]”. Deve ser utilizada sempre que o perigo não se evidencie por si só” (CONTRAN, 2007, p.115).

Figura 7 - Placa de sinalização “Crianças” presente em cidades brasileiras



Fonte: iSinaliza⁵ [s.d.]

⁴ Disponível em: <https://www.freeimages.com/pt/photo/danger-school-traffic-signal-1444922>. Acesso em: 24 mar. 2023

⁵ Disponível em: <https://www.isinaliza.com/placa-criancas-a-34/p>. Acesso em: 24 mar. 2023

Na cidade moderna, as crianças se tornaram um perigo para os carros, sendo que o correto seria o contrário. Para que se mantenha a integridade física, são mantidas em locais separados, feitos especialmente para elas: cercadinho ou quarto, nas brinquedotecas e quando em áreas externas, no parque. Essa proposta de construção de espaços institucionalizados se torna uma medida autoritária, por impor seus usos e excluir as crianças de outras oportunidades urbanas de convívio e de possibilidades espontâneas e imaginativas de apropriação de áreas públicas da cidade. Outro ponto negativo é que geralmente se apresentam sob formas limitadas, com brinquedos que já determinam as formas de brincar, ao mesmo tempo em que se impossibilita que as demais áreas urbanas sejam apropriadas por suas fantasias e expressões.

Crianças sem acesso aos espaços livres públicos possuem uma visão distorcida da cidade. De acordo com Lima (1989), as crianças que moram em áreas urbanizadas, utilizam a rua apenas para circulação e que apenas se deslocavam de carro, tinham dificuldade de orientação no próprio bairro onde viviam, consideravam a rua perigosa, não tinham relações sociais com os vizinhos e tinham dificuldade para reconhecer animais e plantas. Além disso, raramente frequentavam parques públicos e mal conheciam as qualidades e defeitos da cidade (Lima, 2018).

Um método eficiente para reduzir o número de veículos deve ocorrer a partir de táticas que rivalizam com as necessidades viárias dos automóveis. Uma pressão constante e gradual para se criar condições menos favoráveis a eles, provocaria um decréscimo no número de pessoas que os utilizam. Segundo Jacobs (2011, p.243), “a questão não é a redução de automóveis *nas* cidades, mas a redução de automóveis *pelas* cidades”. Assim, um método seria o passeio público adequado e atraente, criação de parques urbanos que avançam sobre as ruas e estimular o aumento da eficiência do transporte público (Jacobs, 2011).

Uma rua movimentada consegue garantir a segurança, deferentemente de uma rua deserta. Nesse sentido, a rua deve possuir usuários transitando pelas calçadas ininterruptamente, e, para que esse tipo de rua seja viabilizado, é necessário que estabelecimentos e outros locais públicos sejam dispostos ao longo das calçadas, contribuindo para o percurso de pedestres. As pessoas seriam atraídas e os próprios comerciantes atuam como “olhos das ruas”, resultando no conceito de vigilância, sendo ela preponderante para o bom funcionamento das ruas e calçadas com relação à segurança (Jacobs, 2011).

Cientes de todas as contribuições que a volta das crianças no espaço urbano traz para a cidade, alguns locais já buscam soluções. Na cidade de Madriguera, província de Segovia, na Espanha, havia uma placa de trânsito igual a mostrada na figura 6, que, como era ignorada,

foi substituída por outra, que embora não seja aprovada, é mais impressionante, como mostra a figura 8.

Figura 8 - Placa de trânsito “Crianças livres” na cidade de Madriguera, Espanha



Fonte: Juan Alcor⁶ (2019, tradução nossa)

A valorização dos veículos trouxe uma série de problemas, já que “Em geral, a paisagem humana nas cidades foi descuidada durante anos, como resultado direto da prioridade dada ao tráfego de veículos” (Gehl, 2014, p.209). Incentivar a volta das crianças as ruas pode ser uma medida para que o espaço urbano possa melhorar substancialmente. Tonucci (2015) propõe que a criança sirva como um indicador ambiental, onde, se há crianças que brincam, que andam sozinhas nas cidades, significa que esta está saudável, se ocorre o contrário, a cidade está doente. Entretanto, para que as crianças possam sair de casa sozinhas, o ambiente urbano precisa mudar, completa e gradualmente, podendo, para isso, partir do ponto em que se entende como a cidade e os espaços públicos impactam nas infâncias e se adequando a estas.

2.2 Era uma vez a criança

Nas cidades europeias, até os séculos XV e XVI, no início da Idade Moderna, as crianças eram bastante presentes e integradas aos grupos adultos nas atividades e na vida

⁶ Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/juanalcor/48993107782/>. Acesso em: 24 mar. 2023

pública, com elaboração de jogos, brincadeiras e participação em festas populares, onde ambos ocupavam os mesmos espaços. Nessa época, ainda não havia uma classificação ou entendimento da infância, sendo assim, eram crianças por um curto período, apenas enquanto consideravam-nas indefesas. Assim, ainda novas, com cerca de sete anos, passavam a interagir com os adultos como se fossem iguais, aproveitando da liberdade e apropriação dos espaços públicos, ocupando-os com cidadãos de diferentes classes sociais e faixas etárias (Ariès, 2006).

Voltando um pouco mais no tempo, indo até a Idade Média, Ariès (2006) discorre que as escolas não eram destinadas as crianças, e sim ao clérigo, o que significa que os aprendizados na infância eram construídos, excluindo o ambiente doméstico, junto a mestres que ensinavam uma atividade ou profissão. São com os educadores do século XVII que a “infância longa” se estabelece, oferecendo uma formação moral e intelectual que isolou as crianças dos adultos, com a promessa de mantê-las inocentes. Com a implantação das escolas e o longo período em que as crianças as frequentavam, a infância se estabelece como uma etapa intermediária entre a fase de criança pequena indefesa e a vida adulta. Somando a escolarização, a identificação da infância e a criação do sentimento de família, a estrutura das sociedades modernas é modificada, gerando uma transformação social dos espaços urbanos (Ariès, 2006).

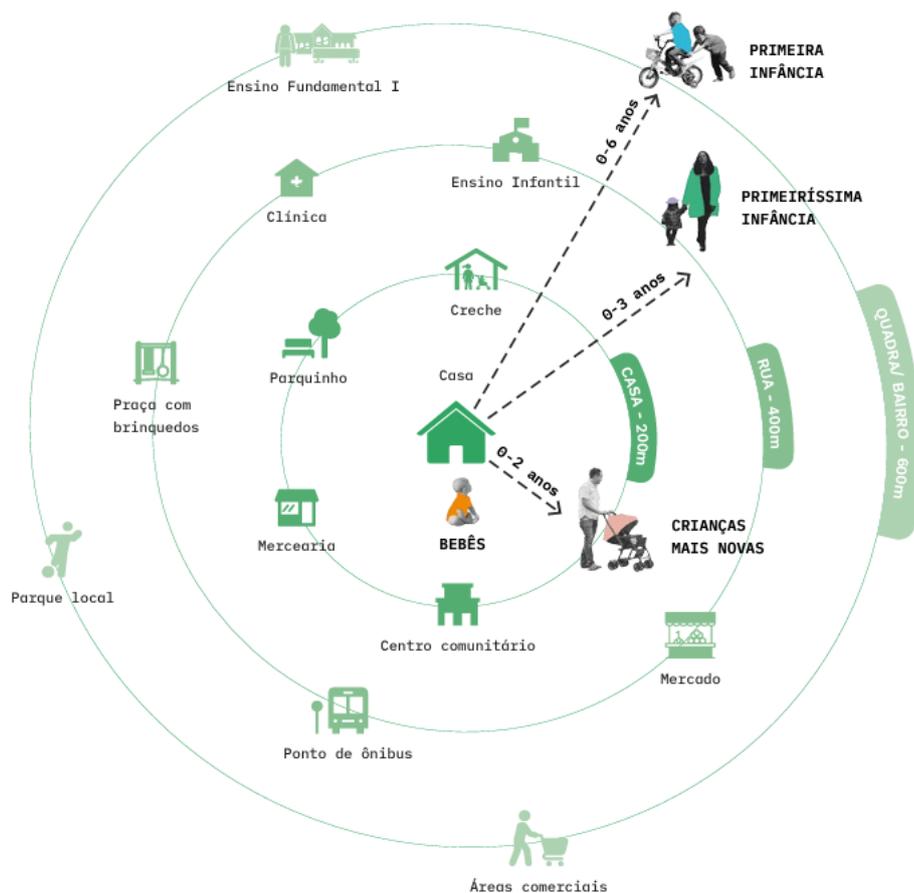
A vida privada ganha força no século XVIII, entre as famílias burguesas, que tinham a necessidade de se preservar do ambiente público. Com o encolhimento da sociabilidade, houve o reforço da intimidade e danos às relações de vizinhança, amizades e tradições, que, acrescidas das transformações resultantes dos processos de industrialização e do aumento da população urbana, a partir dos séculos XVIII e XIX, as cidades e os espaços livres públicos se modificam, assumindo os aspectos de funções especializadas (Ariès, 2006).

É após a segunda metade do século XX que as áreas urbanas vão concretizando a institucionalização e se fragmenta, com a criação de espaços para abrigar o que anteriormente era feito na rua, como o brincar. “Nesse contexto, as crianças constituem o segmento mais frágil da população e, por isso mesmo, simples espectadores das mudanças boas ou más que ocorrem à cidade e aos seus moradores, agora transformados em meros produtores e ocupantes.” (Lima, 1995, p.184 *apud* Vicente, 2018, p. 46).

A retirada ou redução do número de crianças nos espaços públicos tem um contexto histórico e é decorrente de uma transformação cultural. Esse grupo ainda ocupa os espaços, mas a transformação urbana acarretou uma mudança social forçada, de renúncia aos espaços públicos e afastamento da escala humana, onde, como mencionado anteriormente, os automóveis são privilegiados, com ampliação de seus locais de circulação e os espaços urbanos ficando cada vez mais distantes.

Para as crianças da primeira infância, a vida urbana é aproveitada em pequena escala. Primeiramente ocorre o domínio das ruas e das instalações próximas a residência em que mora, como escola, praça, posto de saúde, mercadinho, entre outros, que podem ser acessados de uma forma mais fácil e até mesmo independente. Conforme a criança cresce, o raio de alcance na cidade aumenta em estágios, se expandindo para o bairro e finalmente, para a cidade. No entanto, para os primeiros anos de vida e para apoio a toda uma rede de cuidadores, que majoritariamente é formada por mulheres, o ideal é que equipamentos urbanos estejam próximos, pois “a probabilidade de uma criança usar um equipamento diminui se o local estiver a mais de 800 metros de sua casa” (Instituto de Arquitetos do Brasil; Fundação Bernard van Leer, 2021, p. 29). A figura 9 analisa o acesso a serviços e equipamentos urbanos sob a ótica da primeira infância e como essa aproximação varia de acordo com as necessidades, a idade e o desenvolvimento físico da criança.

Figura 9 - Proximidade e acesso aos equipamentos urbanos por idade



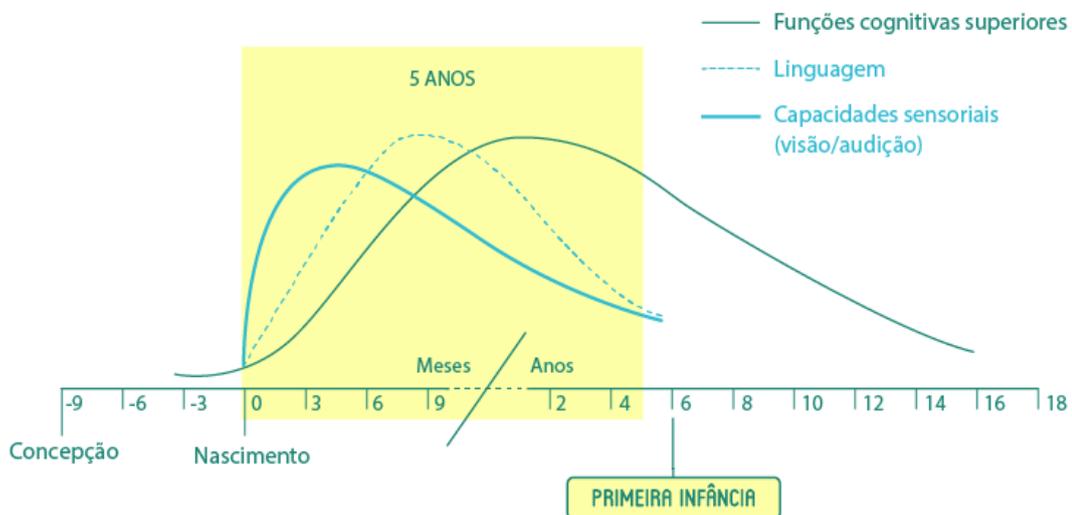
Fonte: Instituto de Arquitetos do Brasil Brasil; Fundação Bernard van Leer (2021)

O mundo das crianças até os 6 anos é experimentado de forma diferente aos adultos.

Esta afirmação parece simples, no entanto, quando observado o meio urbano, dificilmente essa análise é considerada por urbanistas e gestores. Para um pleno desenvolvimento infantil, se faz importante o incentivo ao brincar, seja com objetos ou com diferentes pessoas, para a obtenção de múltiplas aptidões. Por meio da brincadeira, desde os primeiros meses de vida, a criança aprende a explorar sensorialmente, a reagir a estímulos lúdicos e a exercitar as habilidades, que, conforme se tornam mais complexas, é oferecido oportunidades para aprender em contextos socioafetivos, onde são explorados a cooperação, autocontrole e negociação, além de estimular a imaginação e criatividade (Comitê Científico, 2014).

A primeira infância, é o período em que o cérebro se desenvolve mais rapidamente, já que são estabelecidas até 90% das conexões cerebrais, conforme mostrado na figura 10 (Instituto de Arquitetos do Brasil; Fundação Bernard van Leer, 2021). Sendo assim, as interações sociais contribuem para impulsionar a atividade cerebral, além da possibilitar a criação de memórias afetivas e apreço pelo ambiente, que perduram até a idade adulta, e quando negligenciada, pode-se perder todo o potencial de aprendizagem e desenvolvimento.

Figura 10 - Formação de novas conexões sinápticas entre neurônios no cérebro em diferentes momentos da primeira infância



Fonte: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, modificado de Charles A. Nelson, from *Neurons to Neighborhoods* (2000)

Os primeiros anos da vida de uma criança têm sequelas que podem durar a vida inteira. Esse período tem um papel decisivo na capacidade de aprendizado, já que o processo de desenvolvimento é intenso, sendo formadas bases para aquisições de capacidades emocionais, físicas e intelectuais (Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, [s.d.]). Entretanto,

fatores de risco como vulnerabilidade social, insegurança alimentar, violência, falta de acesso a serviços essenciais e problemas de saúde física e mentais, podem impactar negativamente o desenvolvimento no período da infância. No ano de 2020, uma nova e desconhecida ameaça afeta a vida da população global, com consequências devastadoras, sobretudo para as crianças.

2.2.1 Havia uma pandemia no meio do caminho

A pandemia do vírus Sars-Cov-2 (Covid-19) ampliou os fatores de risco supracitados, com impactos imediatos na primeira infância, que podem causar consequências duradouras. Diversas áreas da vida da criança sofreram com os efeitos da Covid-19, como a educativa, as afetando desproporcionalmente, visto que crianças de alguns grupos, como as que vivem em situações de vulnerabilidade, como baixo nível socioeconômico, as que foram historicamente submetidas a desigualdades estruturais baseadas em raça e as de países de baixa e média renda como o Brasil, foram mais prejudicadas (Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2022).

Uma das áreas mais afetadas, logicamente, foi a saúde, tanto física quanto mental. Foi constatado que 12.211 crianças brasileiras de até 6 anos ficaram órfãs de um dos pais entre março de 2020 e setembro de 2021 em decorrência da Covid-19 (Portal Migalhas, 2021), sendo que, em 2021, 53,4% do óbito de mães foram por infecção causada pelo vírus Sars-Cov-2 (Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2022). Além do luto pelos cuidadores, muitas crianças também foram vítimas da pandemia, onde, segundo o Sistema de Informação de Vigilância da Gripe (Sivep-Gripe), até meados de maio de 2021, o Brasil registrou 948 mortes de crianças de 0 a 9 anos, atingindo a marca de segundo país com mais mortes nessa faixa etária, atrás apenas do Peru (Estadão, 2021). Após tardiamente ser liberada a vacinação para esse público, a desinformação e o receio acerca da eficácia da vacina contra a Covid-19 também levaram à diminuição da cobertura vacinal para outras doenças, agravando uma enorme onda de negacionismo (Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2022).

O estresse gerado pela desinformação e medo da pandemia, a perda de familiares, aumento de violência e vulnerabilidades sociais, aumento do tempo de uso de telas, desorganização das atividades pedagógicas, impossibilidade de encontros presenciais e de sair de casa, assim como mudanças em sua saúde física, emocional e bem-estar, contribuíram para o surgimento de sofrimento psicológico ou agravamento de questões de saúde mental já existentes, uma vez que, a ocorrência de sintomas de depressão e ansiedade infantil durante a Covid-19 dobrou, em comparação com as estimativas pré-pandêmicas. É preciso mitigar os

impactos da pandemia e buscar formas de fortalecer essa geração, que mesmo tão nova, enfrentou tantos desafios, possibilitando o acesso a espaços diversos e acolhedores ao ar livre, contribuindo com a recuperação da saúde e bem-estar e recuperando de vínculos e conexões sociais (Becker *et al*, 2021).

Considerando uma criança que em 2023 completou 6 anos, estando na última idade compreendida na faixa da primeira infância, no ano em que foi declarada a pandemia, em 2020, ela possuía apenas 3 anos e com o afrouxamento das restrições ocorrendo em meados de 2022, um terço da vida dessa criança se passou em uma pandemia. É preciso reconhecer o direito às brincadeiras e convívios no ambiente externo, já que durante os últimos anos, isto foi negado. Espaços livres públicos de qualidade são imprescindíveis para reverter os impactos causados pela Covid-19 e principalmente para que elas possam se desenvolver de forma integral.

2.3 Criança e os espaços da cidade

A cidade vai além de dimensões físicas, lotes vazios e habitações precárias, além de automóveis, insegurança ou espaços institucionais, é também um lugar ideal para socialização e aprendizado das crianças. É nela que os pequenos exercem sua cidadania, compreendem que pertencem a um grupo social e participam de políticas públicas para melhorar um ambiente comum, o espaço público. A ação política da criança se realiza tanto como uma ação individual, com opiniões e capacidade de intervenção próprias, como sujeitos autônomos, quanto como ação coletiva, atuantes na mobilização para transformação social (Sarmiento, Fernandes, Tomás, 2007).

Os espaços destinados as crianças tendem a ter mobiliários já padronizados que não oferecem autonomia para expansão das suas habilidades motoras, cognitivas e sensoriais. Geralmente, esses espaços oferecem pouca interação entre as crianças e apenas uma forma de brincar, que seria a já conhecida pelos adultos, com movimentos repetitivos e pouca liberdade para criatividade, também podendo compartilhar dos mesmos materiais e uma limitada cartela de cores e variação de texturas. Na figura 11, é possível observar algumas dessas características nos *playgrounds* presentes na Praça Gilberto da Costa, no bairro Arnon de Mello, Praça Valfrido de Oliveira Lima, no bairro Primavera e Praça Frei Damião, no bairro Baixa Grande, todas na cidade de Arapiraca.

Figura 11 - Praças de Arapiraca e a casinha com balanço e escorregador



Fonte: Sete Segundos⁷ (2022); Prefeitura de Arapiraca⁸ (2021); Página da Prefeitura de Arapiraca no Instagram⁹ (2023)

Baseada nos conceitos da arquiteta Mayumi Watanabe de Souza Lima (1989), Lima (2017, p. 42) explana que “maioria dos equipamentos existentes com formas e significados pré-concebidos limitam seu uso a uma única interpretação e se adiantam à imaginação”. Ainda de acordo com a arquiteta, os projetos que focam no público infantil precisam estimular a iniciativa e a curiosidade, suficientemente pensados, mas incompleto o bastante para que a criança se aproprie e transforme esse espaço através da própria ação (Vicente, 2018). Portanto, dar a devida importância aos espaços destinados as crianças nas cidades é também reforçar relações entre adultos e crianças e o lugar que cada grupo assume na sociedade.

Ainda guiando-se por Lima (1989), é percebido que os espaços preferidos pelas crianças têm como características mais importantes sua relação com o ambiente e tamanho. Percebeu-se que elas idealizavam espaços fragmentados com grande quantidade de usos e funções, diferentes formas de aberturas, passagens e divisórias, aberturas múltiplas e pequenas e com comunicação visual de um ambiente a outro, em diferentes ângulos, além de diferentes níveis de piso, incidência de luz, cores e materiais diversos (Lima, 2017).

Porém, há uma tendência à padronização dos equipamentos e mobiliários infantis, e não o desenvolvimento de projetos de urbanismo integrados e humanizados. Andando pelas ruas da cidade, é possível perceber carros ocupando as calçadas, as áreas com sombreamento das poucas árvores, fachadas sem estímulos visuais, grandes muros e empanas cegas. Como a criança chegará ao espaço destinado especificamente para atender suas necessidades? A figura 12 mostra os caminhos- ruas e calçadas- que levam até a Praça Gilberto da Costa, no bairro

⁷ Disponível em: <https://www.7segundos.com.br/arapiraca/noticias/2022/07/08/208430-video-prefeito-luciano-barbosa-inaugura-praca-gilberto-da-costa-no-arnon-de-mello>. Acesso em: 27 mar. 2023.

⁸ Disponível em: <https://web.arapiraca.al.gov.br/2021/10/moradores-da-primavera-receberao-nova-praca-e-biblioteca-arapiraquina/>. Acesso em: 27 mar. 2023.

⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/prefeituradeapiraca/>. Acesso em: 27 mar. 2023.

Arnon de Mello, na cidade de Arapiraca.

Figura 12 - Caminhos até a praça



Fonte: Google Earth (2022)

É perceptível a ausência de incentivo a mobilidade ativa nos caminhos até os territórios infantis. A criança só será atuante na cidade quando tiver o domínio da escala da vizinhança, que ocorrerá apenas com o domínio das ruas, tendo o trajeto aos espaços institucionalizados, como praças e escolas, inserido nesse contexto. Mayumi Lima foi uma arquiteta que se destacou pelos seus livros e ações práticas para o desenvolvimento de espaços educativos, incluindo as vias, incentivando a apropriação desses por parte das crianças.

Para Lima (1983) espaço educativo é

Todo o espaço que possibilite e estimule positivamente o desenvolvimento e as experiências do viver, do conviver, do pensar e do agir consequente, é um espaço educativo. Portanto, qualquer espaço pode se tornar um espaço educativo, desde que um grupo de pessoas dele se aproprie, dando-lhe este caráter positivo, tirando-lhe o caráter negativo da passividade e transformando-o num instrumento ativo e dinâmico da ação dos seus participantes, mesmo que seja para usá-lo como exemplo crítico de uma realidade que deveria ser outra (Lima, 1983, p.2-3 *apud* Buitoni, 2009, p.44).

Sendo assim, para a autora, o espaço não seria algo naturalmente educativo e sim, se tornaria educativo a partir da apropriação dos usuários. Grande parte do aprendizado é obtido nas ruas, calçadas, praças, ou seja, em espaços externos aos muros das escolas e, para que todo o potencial educador da cidade seja aproveitado, deve-se pensar nos bairros como uma rede de equipamentos a serem utilizados por todos. Esse território próximo as escolas, pode ser associado a demais equipamentos de seu entorno, gerando um potencial muito maior que o edifício escolar isolado. Os equipamentos, associados, se complementariam e formariam uma rede completa, passível de ser apropriada pelas crianças e por demais moradores.

2.3.1 Brincando e aprendendo nos caminhos escolares

Todo o aprendizado adquirido quando pequenos vêm da vivência e experiências individuais e diretas e da observação daqueles ao nosso redor, pouco sendo aprendido através dos livros. Essa educação que ocorre do lado de fora da escola tem uma grande importância no desenvolvimento e formação infantil, por isso a relevância em estudar como acontecem as relações dentro da cidade, entre grupos sociais e as crianças, buscando a integração entre todas essas partes, a fim de adicionar à educação integral os aprendizados da educação informal adquirida nos espaços urbanos.

É inegável que a escola tem um papel muito importante na formação das crianças, não apenas como instituição educacional, mas como um local de troca entre elas e com os adultos ali presentes. No entanto, a cidade possui uma importância na aprendizagem desde os primeiros anos de vida, onde a brincadeira e o brincar assumem um considerável papel.

Antes que uma criança entre pela primeira vez em uma sala de aula, as coisas mais importantes já tiveram lugar: os aprendizados mais importantes, as bases sobre as quais deverão ser construídos todo o conhecimento posterior, ou já foram adquiridas ou dificilmente poderão ser recuperadas. (Tonucci, 2009, p. 152, tradução nossa)

Conforme Lima (1985), os espaços educativos devem oferecer estímulos para as apropriação e uso criativos. Para isso, é preciso elementos que estimulem a curiosidade e a imaginação, podendo ser recriados ou construídos pelas crianças, oferecendo materiais que permitam a experiência positiva da destruição e construção, da negação do óbvio e da proposta do inesperado.

O projeto do espaço educativo para criança é, portanto, um projeto necessariamente inacabado – intencionalmente incompleto – isto é, o projeto se completa somente com e pela ação da criança; isto não significa falta de projeto ou de proposta do educador ou do arquiteto, mas uma intenção claramente contida no projeto de fazer da criança o elemento ativo de construção do espaço. Esta criança, porém, não será de novo a abstração padronizada, criança na cabeça de quem projeta ou educa, mas cada criança real que pertence a um determinado grupo social, mora em determinado local e condição. O espaço deverá permitir, portanto, a interpretação variada que cada criança dará (Lima, 1985, [s.p.] *apud* Buitoni, 2009, p.59).

Figura 13 - Ilustração de Frato intitulada “Crianças desenhistas”



Fonte: Rubens Santana Amaro¹⁰ (1994.)

Como já discutido anteriormente, os espaços destinados as crianças são capazes de restringir e determinar o brincar, e, portanto, o processo de projeto precisa se incorporar a participação ou coautoria das crianças. Para isso, é fundamental compreender suas linguagens, formas de expressão e percepção do espaço. O contato infantil com os espaços urbanos se dá além da materialidade, sendo cheia de exploração, possibilidades, descobertas, construção de identidade, reflexões sobre familiaridade, estranhamento, experiências positivas e negativas e pertencimento. As crianças apresentam uma relação com os espaços ligadas ao que sentem e poder fazer neles, “existe o espaço-alegria, o espaço-medo, o espaço-proteção, o espaço-mistério, o espaço-descoberta, enfim os espaços da liberdade ou da opressão” (Lima, 1989, p.30 *apud* Vicente, 2018, p. 174-175).

Segundo Lima (1995), esse grupo se apropria do espaço pelo jogo, brincadeira, simulação e pela encenação que elas inventam e que através disso, desenvolve o seu conhecimento sobre o mundo concreto, a realidade social e seus papéis (Vicente, 2018). O convívio com a cidade é um elemento muito importante, que possibilita contato com as construções sociais, culturais e políticas que se integram aos espaços urbanos e a comunidade em que estão envolvidos, complementando a educação formal.

¹⁰ Disponível em: <https://slideplayer.com.br/slide/13553703/>. Acesso em: 10 abr.2023

Não obstante, devido as transformações que ocorrem nas cidades, para atender as demandas colocadas pelas condições econômicas e políticas, cada vez mais, as crianças veem que se reduziram os

espaços para o desenvolvimento e o aprendizado do viver coletivo, da partilha, da solidariedade, das regras traçadas em comum, justamente numa época histórica em que o crescimento demográfico, as crises econômico-sociais e a pluralidade cultural exigem de cada um, a capacidade de saber-se ser humano, isto é, inserido e de atos responsáveis, tanto dos coletivos próximos quanto de uma comunidade internacional. (Lima, 1995, p.190 *apud* Vicente, 2008, p.52).

O viver coletivo é justamente o que defende Jane Jacobs (2011) quando cita uma vida ativa com “olhos para as ruas” e “dança das calçadas”. É proposto que com esses movimentos constantes e observações ao que se passa nos espaços públicos, o ambiente urbano forneça áreas onde as crianças possam se desenvolver e como qualquer cidadão deveria, tomar para si a cidade, em segurança e sob a responsabilidade de todos a sua volta.

[...] o princípio fundamental de uma vida urbana próspera: as pessoas devem assumir um pouquinho de responsabilidade pública pelas outras, mesmo que não tenham relação com elas. Trata-se de uma lição que ninguém aprende por lhe ensinarem. Aprende-se a partir da experiência de outras pessoas sem laços de parentesco ou de amizade íntima ou responsabilidade formal para com você, que assumem um pouquinho da responsabilidade pública por você. (Jacobs, 2011, p.64)

O espaço livre público é destinado à construção física e humana e de manifestações da vida em público. Lugar para formação de memórias individuais e coletivas, trocas e conhecimentos, onde se dá o contato humano e acontecem experiências, que se potencializa quando vivido por todos, que diariamente seriam afetados por essas relações sociais.

Na experiência humana, o espaço nunca é um vazio. Ele é sempre o lugar repleto de significados, lembranças, objetos e pessoas, que atravessam o campo de nossa memória e dos nossos sentimentos, desperta tristezas e alegrias, prazeres e dores, tranquilidade e angústias. Para qualquer ser vivo o espaço é vital, não apenas para a sobrevivência, mas sobretudo para o seu desenvolvimento. Para o ser humano, o espaço além de ser um elemento potencialmente mensurável, é o lugar de reconhecimento de si e dos outros, porque é no espaço que ele se movimenta, realiza atividades, estabelece relações sociais. (Lima, 1995, p.187 *apud* Vicente, 2008, p.37)

Em decorrência disso, é necessário um preparo e incentivo da comunidade, principalmente cuidadores e professores, que valide a importância do contato da criança com o ambiente externo diário, e, no caso do trajeto até a escola, incentivar o caminhar ou a locomoção por algum outro meio ativo. A intervenção mais significativa do caminho é a reabilitação urbana, visando maior segurança viária, comodidade e conforto, permitindo, assim, que as crianças andem sozinhas. Muito mais do que isso, é um projeto no qual todos são beneficiados: crianças, cuidadores, professores e funcionários da escola, comerciantes, entre outros, estabelecerão um elo e trabalharão no desenvolvimento das infâncias. E é nesse espaço urbano, que mais do que

processos políticos, econômicos e culturais, serve como suporte para relações sociais, que as crianças se inserem, ou deveria ser mais inserida. Para que isso ocorra, há diversos projetos internacionais e nacionais que buscam a reintrodução da criança na cidade.

2.4 Criança na rua: Ações para a reintrodução das crianças na cidade

O projeto Cidade das Crianças (La Città Dei Bambini) teve início em Fano no ano de 1991, a partir de uma ideia de Francesco Tonucci, após a Itália aprovar a Lei nº 176/1991, que reconhece o direito da criança de brincar e o direito a um padrão de vida que permite seu desenvolvimento físico, mental e espiritual. A partir de 1996, virou um grupo de pesquisa no Instituto de Ciência e Tecnologia do Conhecimento (Istituto di Scienze e Tecnologie della Cognizione) do Conselho Nacional de Investigação (Consiglio Nazionale delle Ricerche- CNR) para apoiar e coordenar as cidades participantes do projeto internacional. Atualmente são quase 200 cidades de diferentes países da Europa e América Latina que compõem a Rede Internacional de Cidades da Criança (Istituto Di Scienze E Tecnologie Della Cognizione, [s.d]).

Com o projeto, Tonucci buscava promover uma mudança nos parâmetros do planejamento da cidade, colocando a criança no lugar ocupado pelo homem adulto trabalhador e proprietário de um automóvel. Assim, as crianças assumiriam um papel ativo no processo de mudança, participando da administração e apropriando-se novamente do espaço urbano, freando o processo degenerativo que ataca esses locais e alterando as prioridades nas decisões políticas de governo. A passagem de uma gestão que privilegia os automóveis para outra que, pelo contrário, privilegia a infância permite a requalificação da cidade sob todos os pontos de vista: segurança, sustentabilidade ambiental urbana e reforço no convívio social. A reconquista do meio urbano, a recuperação das várias formas de brincar e a circulação autônoma pela cidade são essenciais não só para o desenvolvimento saudável da criança, mas também e sobretudo para um melhor desenvolvimento da própria cidade.

As crianças, ao perderem as cidades, perderam a possibilidade de viver experiências que lhes são necessárias, para o seu correto desenvolvimento, como o brincar, a exploração, a aventura. As cidades, ao perderem suas crianças, perderam a segurança, a solidariedade, o controle social. As crianças precisam da cidade; a cidade precisa das crianças (Tonucci, 2009, p.147, tradução nossa).

Segundo Tonucci (2009), o projeto caminha em duas direções: o resgate da autonomia de movimento das crianças e a participação das crianças na gestão da cidade. A respeito do resgate da autonomia, o autor sugere que meninos e meninas devem ir às escolas sozinhas, a pé ou de bicicleta, após deliberação entre a família, estudo da rota da criança e

colaboração entre comerciantes que trabalham na rua e idosos, atraindo assim outras crianças e o restante dos cidadãos. O retorno da autonomia traria de volta a sobrevivência das cidades, relações entre pessoas e experiências de jogo, afastando as crianças da dependência das telas.

Em relação a participação no governo, o autor reflete como tudo o que uma cidade decide reflete também nas crianças, precisando, assim, encontrar meios de obter sua opinião. Uma forma disso acontecer seria o Conselho da Criança, onde o gestor pediria ajuda e conselhos para as crianças e descobriria seu ponto de vista. Nessa colaboração, meninos e meninas não representam apenas si mesmas, mas todos aqueles diferentes das pessoas que comumente assumem o poder, oferecendo um ponto de vista diferente e por vezes alternativo. Com isso, as crianças se colocam em uma posição bastante diferente do que geralmente lhes são exigidos, pela escola ou família, no entanto, elas não deverão assumir comportamentos adultos, incentivando os pensamentos infantis, que revelam o “outro”, o diferente e distante do pensamento adulto (Tonucci, 2009).

2.4.1 Jundiaí, cidade das crianças

Jundiaí é uma cidade localizada no estado de São Paulo, a 49 quilômetros de distância da capital do estado, sendo sede da Região Metropolitana de Jundiaí, devido a sua relevância quanto cidade do interior. Com uma população de mais de 443 mil pessoas, sendo que, de acordo com o censo de 2022, são aproximadamente 45 mil crianças de 0 a 9 anos, o município se intitula cidade das crianças após a adesão, em 2018, à Rede Mundial de Cidades das Crianças, durante encontro com o idealizador da rede, o pedagogo Francesco Tonucci, e, criação do programa municipal que leva esse mesmo nome, que reúne as políticas públicas voltadas à infância. Em 2020, passou também a integrar a Rede Urban95, onde diversas parcerias entre a rede e a prefeitura foram formalizadas (Jundiaí, [s.d.]).

Com tamanho protagonismo, a cidade foi escolhida para sediar o 1º Encontro Brasileiro de Cidades das Crianças e o Fórum Internacional das Infâncias, em março de 2023, onde foi criada a Rede Brasileira de Cidades das Crianças. Jundiaí servirá de modelo de boas práticas para demais cidades interessadas na adesão, sendo que apenas 3 são da região nordeste e nenhuma do estado de Alagoas (Jundiaí, [s.d.]).

Figura 14 - Francesco Tonucci discursa durante criação da Rede Brasileira de Cidades das Crianças



Fonte: Prefeitura de Jundiá¹¹ (2023)

Alinhado com as prerrogativas da Declaração Universal dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foram desenvolvidos alguns programas, iniciativas e campanhas que integram o programa municipal Cidade das Crianças, entre eles:

- a) Comitê das Crianças: Instituído em 2019, o Comitê das Crianças é um órgão que visa escutar as demandas e as sugestões das crianças para diversos segmentos do planejamento urbano. Anualmente, são escolhidas 25 crianças, sendo 24 dessas divididas entre meninos e meninas, residentes de cada região da cidade, conforme Plano Diretor (Lei nº 9.321, de 11 de novembro de 2019), contemplando 6 regiões, e um integrante para representar as crianças com deficiência. De acordo com o decreto Nº 32.515, de 8 de fevereiro de 2023, as crianças precisam ter, além do consentimento dos responsáveis, matrícula em qualquer instituição de ensino pública ou privada e idade entre 9 e 10 anos e 3 meses na data do sorteio. O objetivo é que ao final de um ano, após as várias expedições e visitas a equipamentos e locais da cidade, seja gerado um documento entregue ao prefeito, com pedidos e sugestões.

¹¹ Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/prefeituradejundiai/52769194838/in/album-72177720306970240/>. Acesso em: 13 mai. 2023.

Figura 15 - Reunião do Comitê das Crianças



Fonte: Prefeitura de Jundiá (2022)

- b) Ruas de Brincar: Também instituído em 2019, a iniciativa “Ruas de Brincar” tem como objetivo incentivar a retomada da autonomia das crianças pelas ruas da cidade, o resgate de brincadeiras tradicionais e o aprendizado entre gerações. Conforme estabelecido pelo decreto Nº 32.565, de 22 de fevereiro de 2023, são fechadas, domingos e feriados, das 9h às 17h, as vias públicas do município, excluindo-se aquelas onde haja, hospitais e linhas de ônibus, além de fluxo intenso de veículos por conta de atividade comercial ou de serviços, ou seja, vias locais em sua maioria. Após a reunião de esclarecimento com os cidadãos interessados, é preciso um abaixo-assinado com as assinaturas de pelo menos 75% dos residentes da área pretendida, juntamente com o desenho indicando o trecho do endereço solicitado. Em caso de deferimento, os solicitantes recebem a autorização formal para a interdição e o kit básico para sua implementação, que consiste guia de implementação, itens básicos para brincadeiras (como cordas, bolas e bambolês), além de dois cavaletes para posicionamento no trecho interditado, com as identidades visuais do programa Cidade das Crianças, com a frase “Perdoem pelo transtorno. Estamos brincando por vocês”, um desenho do artista Francesco Tonucci, que ali assina como Frato.

Figura 16 - Cavalete com a representação de uma charge de Frato



Fonte: Prefeitura de Jundiaí¹² (2023).

- c) Dia do Brincar: Estipula, por meio da Lei Municipal Nº 9.907/2023, assinada durante o 1º Encontro Brasileiro de Cidades das Crianças, que a primeira segunda feira do mês de outubro é o Dia do Brincar. Consistiria no fechamento de vias da cidade para que as crianças, seus cuidadores, familiares e amigos possam ocupar esses espaços. O dia segue ainda como letivo para a rede municipal de ensino, mas as crianças irão à escola para brincar.
- d) Pé de Infância: Iniciativa implementada na cidade em 2020, junto a adesão à Rede Urban95, que busca apoiar cuidadores de crianças de zero a seis anos através da implementação de ações, conteúdos, informações e intervenções urbanas. Diversos pontos da cidade receberam intervenções artísticas coloridas e cheias de formas e desenhos, com o intuito de incentivar não somente o brincar, o cantar e o contar histórias, mas também a mudança de olhar e perspectivas, por parte dos cuidadores e do Poder Público em dar ouvidos as crianças, promovendo hábitos saudáveis e interações positivas do adulto com a criança pequena, transformando espaços e cultivando um terreno mais fértil para a criança se desenvolver integralmente. Entre os locais que receberam a intervenção estão

¹² Disponível em: <https://cultura.jundiai.sp.gov.br/ruas-de-brincar/>. Acesso em: 14 maio. 2023.

pontos de ônibus, paredes de escolas, praças, prédios públicos municipais, Unidades Básicas de Saúde (UBS) e sinalização de trânsito.

Figura 17 - Ponto de ônibus com pinturas da campanha Pé de Infância



Fonte: Prefeitura de Jundiaí (2021)

Figura 18 - Parede de escola com pinturas da campanha Pé de Infância



Fonte: Prefeitura de Jundiaí (2021)

Figura 19 - Praça com pinturas da campanha Pé de Infância



Fonte: Prefeitura de Jundiaí (2021)

Figura 20 - Calçada de prédio público com pinturas da campanha Pé de Infância



Fonte: Prefeitura de Jundiaí¹³ (2021)

- e) Pé de Ouvido e Pé de Planta: Da campanha Pé de Infância, surgiram também seus dois desdobramentos, a campanha Pé de Ouvido, que espalhou totens pela cidade com QR codes que direcionam à histórias narradas por artistas da região,

¹³ Disponível em: <https://cultura.jundiai.sp.gov.br/espacos-culturais/fabrica-das-infancias-japy/>. Acesso em: 14 mai. 2023.

e a campanha Pé de Árvore, como incentivo pela arborização urbana para a criação de ambientes mais prazerosos para que as crianças possam brincar e se deslocar.

Figura 21 - Totem da campanha Pé de Ouvido e crianças com mudas da campanha Pé de Árvore



Fonte: Prefeitura de Jundiaí (2021)

Por fim, merece destaque o programa “Entre a Casa e a Escola”, que teve início em 2017 e propõe a requalificação do entorno das creches e escolas da rede pública municipal. A intervenção urbana é feita a partir da escuta dos alunos sobre seus caminhos, dando origem a diversas discussões sobre melhoria de calçadas, plantio de árvores, instalação de mobiliário e criação de pequenos espaços de lazer. A ideia para o projeto surgiu após a realização de uma pesquisa pela prefeitura da cidade, sobre a mobilidade dos 500 alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental da escola municipal Deodato Janski, primeira escola escolhida pelo programa, que indicou que 65% das crianças de 6 a 12 anos iam a pé para a instituição de ensino (Instituto Caminhabilidade, 2021).

Após essa contestação, houve as oficinas participativas com escuta as crianças para saber como elas gostariam que fosse seu caminho até a escola, além de reuniões com organizações da sociedade civil. Com isso, a requalificação dos caminhos escolares foi um incentivo à caminhabilidade de crianças e cuidadores, ao plantio de árvores na calçada para sombreamento, à criação de praças para descanso no meio do percurso, a instalação de parquinhos para complementar o brincar, tornando a mobilidade a pé muito mais atraente.

A metodologia adotada no programa de qualificação urbana se baseia na escuta da criança, identificando as necessidades observadas por ela para tornar o espaço atrativo. O desenvolvimento das soluções se dá de maneira coletiva, primeiramente com a identificação da área de estudo e levantamento de dados, depois com o processo de escuta às crianças, que inclui questionários e oficinas nas escolas, incluindo produção de desenhos. O diagnóstico do

percurso definido é técnico, realizado pelos urbanistas que trabalham na prefeitura e participativo. Por fim, há a definição das prioridades e elaboração dos projetos e implementação das ações, temporárias e permanentes (Jundiaí, 2020).

Figura 22 - Capa dos documentos com as metodologias e resultados das oficinas com as crianças



Fonte: Prefeitura de Jundiaí¹⁴ (2020); Marina Helou¹⁵ [s.d.]

Como resultado, foi verificado a consolidação de espaços públicos caminháveis e saudáveis dentro de comunidades com carência de áreas livres de qualidade. O urbanismo tático proporcionou o engajamento comunitário e educação sobre a cidade, itens que também foram citados como resultados. O programa Entre a Casa e a Escola gerou, até o momento, duas outras intervenções específicas no entorno de escolas, sempre contanto com a opinião e visão de mundo e cidade das crianças.

2.4.2 Programa Caminhos da Escola

Sediado em Fortaleza, capital do estado do Ceará, o Programa Caminhos da Escola teve início a partir da análise de dados publicados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que mostraram que os sinistros de trânsito são a principal causa de morte entre crianças de 5 a 14 anos no mundo (Fortaleza, 2021). O projeto propõe promover a segurança no trânsito e o desenvolvimento infantil, com intervenções em áreas que estejam próximas de instituições de ensino. Para viabilizar a segurança viária, foi priorizado os pedestres e ciclistas, com elementos para a redução da velocidade do tráfego na área e garantia da acessibilidade universal. Já o desenvolvimento infantil é promovido através do contato das crianças com a rua, um espaço

¹⁴ Disponível em: <https://jundiai.sp.gov.br/planejamento-e-meio-ambiente/programas/programa-entre-a-casa-e-a-escola/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

¹⁵ Disponível em: https://docs.google.com/presentation/d/1mUm2v4RpRsD0hIYSGKtsy-LIwj_Fv8Hkp4mt3p0ICPo/edit?usp=sharing. Acesso em: 19 mai. 2023.

público agora inspirador e educativo, incentivando o aprendizado e brincadeira, enquanto caminham para a escola (Instituto Caminhabilidade, 2021).

O primeiro projeto piloto do programa foi implantado no final de 2019, em uma parte da Avenida Monsenhor Hélio Campos, no bairro Cristo Redentor. Para selecionar as áreas prioritárias de intervenção, foi realizada uma análise minuciosa para identificar regiões com grande concentração de escolas públicas que tivessem condições críticas de segurança viária. Previsivelmente, a grande maioria dos locais apontados ficam na periferia, em comunidades historicamente desfavorecidas. Esse é o caso da área de intervenção, que conta com uma alta densidade populacional e baixa renda, onde estão instaladas três escolas que atendem mais de 3000 alunos, além de outros equipamentos públicos utilizados por mais de 4.000 pessoas (GDCI, 2020).

A intervenção foi, inicialmente, implantada de maneira temporária, com materiais de baixo custo e rápida execução, com uso de tintas, jarros, mesas, bancos, além de uma nova sinalização viária e regulamentação de velocidade a 30km/h. Essa decisão se mostrou acertada, pois a intervenção de rápida implantação funcionou como uma poderosa ferramenta para ampliar a participação dos moradores e de outros atores e permitiu que a equipe de projeto testasse soluções, coletasse dados para avaliação de desempenho e incorporasse esses aprendizados na proposta final (GDCI, 2020).

Por se tratar de um bairro informal, com uma geometria de ruas e espaços livres irregular, o projeto demandou maior flexibilidade e adaptabilidade. Para que os objetivos sejam alcançados, foram adotadas soluções como ampliação de calçada, cruzamentos compactos com travessias mais curtas e estreitamento de faixas de tráfego. Além disso, um trecho da área livre pavimentada em asfalto foi convertido em um espaço público seguro para crianças brincarem e conviverem, mantendo, ainda, o acesso ao sistema de ônibus municipais e escolares (GDCI, 2020).

Figura 23 - Antes e depois da intervenção temporária no bairro Cristo Redentor, Fortaleza-

CE



Fonte: Global Designing Cities Initiative (2020)

Figura 24 - Antes e depois da intervenção temporária no bairro Cristo Redentor, Fortaleza-CE



Fonte: Global Designing Cities Initiative (2020)

Figura 25 - Antes e depois da intervenção temporária no bairro Cristo Redentor, Fortaleza-CE



Fonte: Global Designing Cities Initiative (2020)

Figura 26 - Antes e depois da intervenção temporária no bairro Cristo Redentor, Fortaleza-CE



Fonte: Global Designing Cities Initiative (2020)

Outro bairro periférico contemplado com a implementação das intervenções do programa foi o Planalto Ayrton Senna, mais especificamente um local composto por duas ruas adjacentes, Rua Antônio Pereira e Avenida Chico Mendes. Na rua citada, está situada uma escola de ensino fundamental, onde crianças e cuidadores passam um tempo significativo e que até recentemente enfrentava uma série de problemas de segurança, como pedestres sendo obrigados a andar na rua entre os veículos, já que as calçadas eram estreitas e irregulares (GDCl, 2023).

Figura 27 - Antes e depois da intervenção no bairro Planalto Ayrton Senna, Fortaleza-CE



Fonte: Global Designing Cities Initiative (2023)

Após a conclusão do projeto, foi realizada uma pesquisa com moradores que constatou de mais de 90% das crianças consideram as novas condições da rua mais seguras para caminhar e brincar e mais de 80% dos cuidadores tinham maior probabilidade de levar seus filhos para a rua redesenhada.

Figura 28 - Intervenção no bairro Planalto Ayrton Senna, Fortaleza- CE



Fonte: Global Designing Cities Initiative¹⁶ (2022)

Observando as intervenções, principalmente no Nordeste, sinalizam a possibilidade de se transformar, com poucos recursos, o espaço urbano e aumentar a vitalidade das ruas. Os exemplos mostram como as pessoas anseiam por cidades mais amigáveis, e que o desejo de viver em uma cidade assim pode ser alcançado com uma atuação conjunta entre os gestores públicos, a iniciativa privada, a comunidade e principalmente as crianças.

¹⁶ Disponível em: https://vimeo.com/735568026?embedded=true&source=video_title&owner=39779117. Acesso em: 20 mai. 2023

3 ERA UMA CASA MUITO ENGRAÇADA ¹⁷ , MAL PROJETADA, MUITO AFASTADA: ARAPIRACA E OS RESIDENCIAIS DE HIS

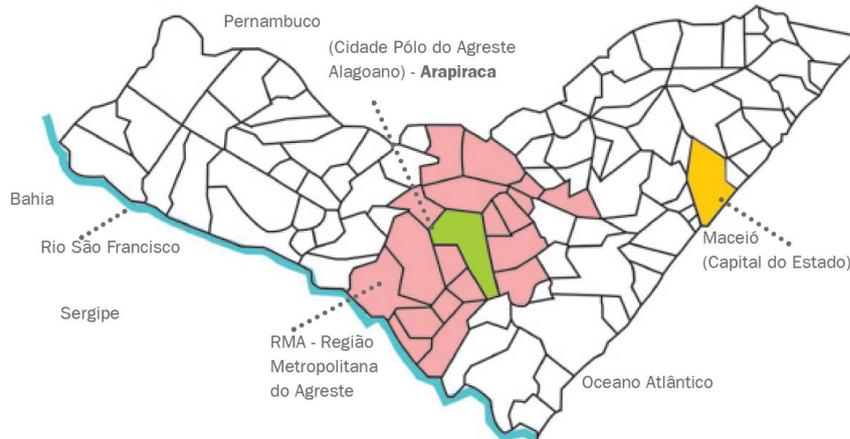
Esse capítulo tem como objetivo a descrição da abordagem metodológica realizada nessa pesquisa. Após o referencial teórico e o desmembramento da situação atual das cidades de modo geral, vistos no capítulo anterior, é feita a apresentação de Arapiraca, paralelamente as ações históricas que envolviam a participação infantil, destrinchando o que de mais atual e importante tem sido produzido para envolver as crianças no planejamento urbano, tecendo críticas e apontando os melhores caminhos para que isso aconteça. Após, é apresentado o objeto de estudo, Residencial Brisa do Lago, e os principais elementos que serão afetados pela intervenção, mais precisamente o CEI Professora Deusdeth Barbosa da Silva. O capítulo finaliza com todo o referencial teórico por trás dos procedimentos escolhidos para interagir com as crianças, utilizando de desenhos e da escuta, a fim de obter a visão de mundo que possuem e representá-lo ao final do trabalho.

3.1 Cidade sorriso, cidade formosa: apresentação de Arapiraca

A cidade de Arapiraca é a segunda maior do estado de Alagoas, possuindo, de acordo com o último censo realizado, 234.696 habitantes (IBGE, 2022), estando localizada no centro do estado e distante 126km da capital, Maceió. Com a criação da Região Metropolitana do Agreste Alagoano (RMA), no ano de 2009 (Lei Complementar N° 27), composta por 20 municípios, Arapiraca ocupa uma posição de destaque, por sua localização central e grande desenvolvimento econômico (Arapiraca, 2012).

¹⁷ A CASA. Intérprete: Boca Livre. Compositores: Vinícius de Moraes, Sergio Bardotti e Sergio Endrigo. *In*: A Arca de Noé. Intérprete: Vinícius de Moraes e diversos. Polygram, 1980. (2:15). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OA671yuoU6Y> . Acesso em: 26 abr. 2023.

Figura 29 - Localização da cidade de Arapiraca- AL



Fonte: Plano Decenal de Arapiraca (2012)

Seu desenvolvimento socioeconômico ocorreu a partir da criação da feira livre, em 1884, esta que foi uma grande propulsora para a expansão do até então povoado e contribuiu para a emancipação política do município, e da expansão da produção fumageira, a partir de 1930, com grandes áreas de cultivo. Todavia, a primeira informação que se sabe sobre o envolvimento das crianças na história data do ano de 1939 com a inauguração da primeira escola estadual da cidade, Adriano Jorge, que instituiu oficialmente o segundo, terceiro e quarto ano do ensino fundamental, na época curso primário, em 1940 (Arapiraca, 2012). A instituição de ensino permanece em funcionamento, localizada entre a esquina da Rua São Francisco e a Avenida Rio Branco, importantes vias para o desenvolvimento comercial, no bairro do Centro.

Já em 1946, houve a inauguração do edifício que abrigou a sede do governo municipal, instalado na Praça Luís Pereira Lima. O antigo edifício da prefeitura da cidade (figura 30), desde 2009, abriga o espaço cultural Museu Zezito Guedes como um espaço para exposição da história e patrimônios da cidade, além de coleções e exposições dos artistas locais. Devido ao uso dado anteriormente ao edifício, a praça, até hoje, é chamada pelos moradores de “Praça da Prefeitura”.

Figura 30 - Sede da antiga prefeitura, localizada na Praça Luís Pereira Lima



Fonte: Arapiraca (2017)

Foi nessa mesma praça, ao lado da prefeitura, que em 1962 foi fundada a primeira escola municipal da cidade, Hugo José Camelo Lima, que também atendia o público infantil. Com o grande fluxo de pessoas caminhando pela “Praça da Prefeitura” e vias próximas, devido ao edifício da prefeitura, a escola e a própria dinâmica do bairro, que até os tempos atuais configura como o principal centro comercial da cidade, a praça se tornou referência para o aumento da vitalidade urbana em Arapiraca. Na figura 31, é mostrado um encontro entre alunos para a recepção dos novos universitários, como um exemplo de uso da praça.

Figura 31 - Exemplo de uso da Praça Luis Pereira Lima



Fonte: Página da Arapiraca do Deboche no Facebook¹⁸ (2019)

¹⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2539631116079715&set=ontem-o-campus-ufal-arapiraca-completou-13-anos-na-foto-o-primeiro-trote-do-fera>. Acesso em: 03 jun. 2023.

Por volta da década de 1990, foi projetado um dos maiores símbolos da infância das crianças arapiraquenses, chamado de “Cuscuz de Mundiça” (figura 32). O brinquedo, constituído de cimento polido com uma escada de ferro, foi assim apelidado devido a sua forma se assimilar com a comida, bastante consumida pela população e símbolo da região nordeste, e tem como complemento a palavra “mundiça” em referência a aglomeração de crianças que disputavam para obter o melhor espaço no topo do brinquedo e então escorregar até a base para repetir o processo inúmeras vezes.

Figura 32 - Cuscuz de mundiça da Praça Luis Pereira Lima



Fonte: Página da Prefeitura de Arapiraca no Facebook¹⁹ (2019)

Além do diferente escorregador, havia também um labirinto, gangorra e balanços, como brinquedos mais tradicionais, que, em 2009, com a reforma da Praça Luiz Pereira Lima, foram demolidos (Arapiraca, 2017). Para recuperar memórias afetivas de, agora, adultos e possibilitar que crianças experienciem como era a infância na cidade, o símbolo do “cuscuz de mundiça” está sendo resgatado, com uma adaptação do brinquedo, agora menor, colorido e com uma pintura de ovo frito, integrando as áreas livres dos prédios públicos municipais, apelidado de “cuscuz de mundicinha” (figura 33).

¹⁹ Disponível em:

https://www.facebook.com/PrefeituraArapiraca/posts/2142519652480939/?locale=hi_IN&paipv=0&eav=Afa3lhEbw0aElyG4urHg8iha4uh-7HuvcWKFnav1hglBgJyPyhnhpTHDUQtETtilqic&_rdr. Acesso em: 03 jun. 2023.

Figura 33 - Novo “cuscuz de mundiça” no prédio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do bairro Primavera, em Arapiraca



Fonte: Alagoas Notícia Boa²⁰ (2022)

É evidente que as crianças não são documentadas na história, fazendo com que seja dificultoso elaborar uma linha entre a história da cidade e como as crianças viviam à época. O que imagina é que aconteciam, em localidades com menor movimento fora do centro da cidade e com predominância de crianças da classe média e pobres, as brincadeiras de rua, tradicionais em cidades do interior. O olhar para a infância ainda é recente, em Arapiraca, como será mostrado, só foi possível realizar a combinação entre infância e planejamento urbano nessa última década.

3.1.1 Políticas públicas para reintrodução da criança no espaço urbano em Arapiraca

O Plano Diretor Participativo do Município de Arapiraca foi instituído sob a Lei nº 2.424/2006, após a Constituição de 1988 já o obrigar em cidades com mais de 20 mil habitantes e o Estatuto da Cidade o reafirmar como parte integrante do planejamento municipal e instrumento da política de desenvolvimento e expansão urbana (Brasil, 2001). No município de Arapiraca, a cidade cumpre sua função social oferecendo a todos o direito a cidade, e entre outros, à mobilidade e acessibilidade e ao lazer, garantindo inclusão social para os presentes e futuros moradores. Além disso, apresenta os 18 objetivos que se busca suprir, onde dois desses citam o termo “mobilidade e acessibilidade”, falando especificamente sobre universalização e políticas setoriais, e apenas um cita a promoção de lazer, sobre elevar o padrão de vida da população urbana (Arapiraca, 2006).

²⁰ Disponível em: <https://alnb.com.br/municipios/arquiteta-amanda-cristina-resgata-tradicao-do-cuscuz-mais-famoso-de-arapiraca/>. Acesso em: 03 jun. 2023

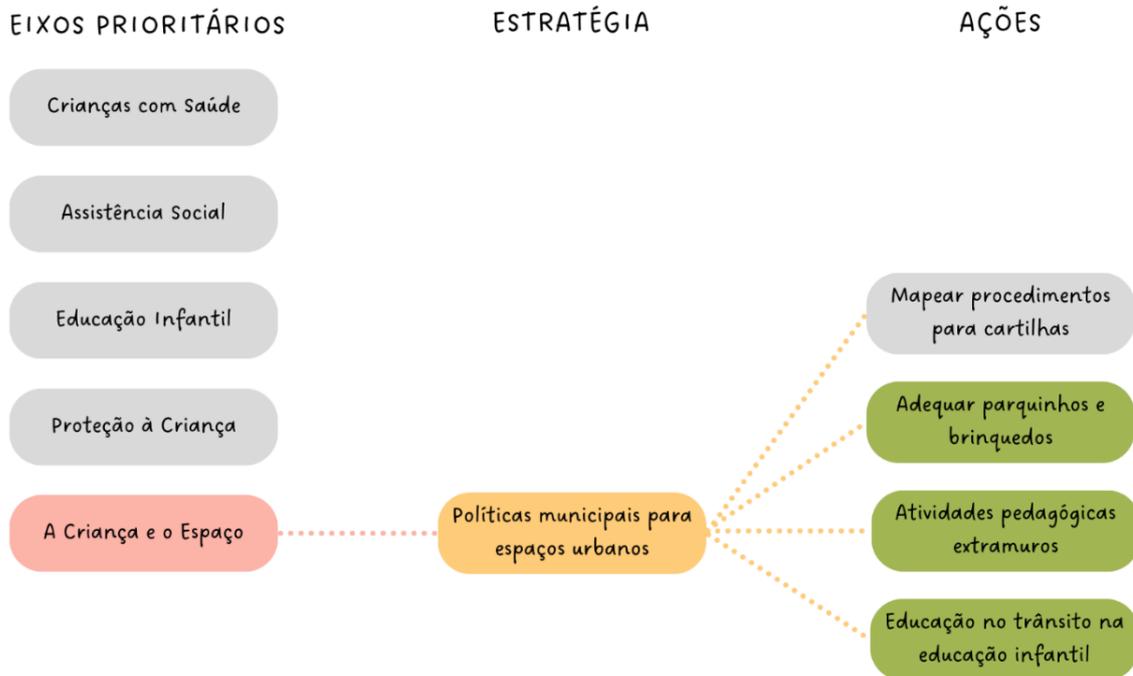
O capítulo 3 do Plano Diretor discorre especificamente sobre mobilidade e acessibilidade. Nele, considera a mobilidade de pessoas, não de veículos, e busca propor o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, viabilizando a mobilidade a pé e ressaltando a valorização do pedestre e implantando a acessibilidade universal, com citação a grupos sociais, como idosos, pessoas com deficiência ou com alguma restrição de locomoção (Arapiraca, 2006). Com isso, é possível perceber como no mais importante documento sobre o planejamento urbano do município, não discorre nada que diz respeito às crianças e seus deslocamentos, nem sequer sendo citadas como grupo social que também necessita ter acesso aos espaços livres públicos. No entanto, atualmente, as crianças estão sendo notadas pelos gestores municipais, que além de proporem melhorias em praças, parques e brinquedos, prática que só reforça os espaços institucionais, também apresentam atividades educacionais ambientadas na rua e participação política dos pequenos cidadãos.

Em março de 2016, foi instituído sob a Lei nº 3.181/2016, o Plano Municipal da Primeira Infância (PMPI), que tem como objetivo a proteção integral e defesa da criança no período que compreende a gestação até os seis anos de idade. Reconhece a criança como um sujeito de direitos, como redigido na Declaração Universal dos Direitos das Crianças, e tem a finalidade de promover a assistência social e direito à cidadania (Arapiraca, 2016a). Composto por 5 eixos prioritários, o PMPI traz consigo diversas ações para serem realizadas a curto, médio e longo prazo, dentro dos 10 anos em que possui de vigência, sendo este válido até 2026, contando com revisões a cada 2 anos que busca sempre adequá-lo aos novos desafios encontrados durante sua implementação (Arapiraca, 2016c).

O último eixo prioritário citado é intitulado “A Criança e a Cidade”, onde é relatado que, apesar de todo o crescimento que a cidade vem enfrentando ao longo dos anos, é reconhecido o ambiente, a cidade, como um espaço educativo. Diferentemente do programa AGAPI ou do Plano Diretor, aqui a rua já é citada como forma de conhecer e interagir com a cidade e reconhecimentos do espaço construído, reconhecendo a importância da criança na “(re)criação” da cidade.

Apesar de todo o avanço no reconhecimento, o eixo contém apenas uma estratégia, a de garantir políticas municipais que deem atenção a aspectos físicos, sociais e de aprendizado dos pequenos. A esquematização do PMPI levando em consideração ações que propunham a reintrodução das crianças nas ruas da cidade é mostrado na figura 34, com as formas coloridas sendo apontadas a seguir, enquanto as de cor cinza não acabem na discussão que se propõe neste trabalho.

Figura 34 - Esquema ilustrativo do Plano Municipal da Primeira Infância



Fonte: Plano Municipal da Primeira Infância (2016), adaptado (2023)

Todas as ações propostas que envolvem a criança no espaço urbano são questionáveis. O item sobre os parquinhos e brinquedos foi discutida no capítulo anterior, pontuando que são padronizados e limitantes de criatividade, não contribuindo para um maior desenvolvimento de suas habilidades motoras, cognitivas e sensoriais, limitando a apenas uma interpretação de como deve ser o brincar.

As atividades pedagógicas extramuros foi o mais próximo do ideal que se alcançou, mesmo assim, alguns pontos precisam ser levantados. Essa ação, apesar de reconhecer a possibilidade de se aprender fora da sala de aula, pode ser afetada pela ideia dos adultos da rua como um espaço de perigo, onde as crianças seriam limitadas no seu aprendizado, precisando seguir regras e não podendo explorar o ambiente livremente, como é mostrado na figura 35.

Figura 35 - Os passeios instrutivos, por Frato.



Fonte: Francesco Tonucci (1997)

A ação sobre educação no trânsito se mostra bastante prejudicial. Levando em consideração o planejamento urbano da cidade e a valorização dos automóveis que, como mostrado no capítulo 1, é comum das cidades brasileiras, é bastante comum reforçar, em atividades como essa, que os veículos possuem todas as prioridades, tentando apenas resguardar pedestres e ciclistas. Para esses, são ensinadas regras de segurança, ao contrário de incentivar um trânsito mais consciente e com mudanças de comportamentos por parte de motoristas.

No ano de 2022, teve início a atualização do PMPI, gerenciada por uma comissão formada por integrantes das secretarias de saúde, educação e esporte, desenvolvimento social e desenvolvimento urbano e meio ambiente, além da superintendência municipal de transportes e trânsito (SMTT). Contou com participação de crianças de até 6 anos, das turmas da pré-escola 1 e 2, que puderam expressar opiniões sobre a cidade através de desenhos, conversas e escritas (Arapiraca, 2022a).

Figura 36 - Crianças com seus desenhos e membros da comissão



Fonte: Ascom Arapiraca (2022)

Uma das integrantes da comissão de atualização do Plano é a arquiteta e urbanista Amanda Cristina Santos, que elaborou uma cartilha intitulada “E(scutar) I(ncluir), criança!” (figuras 37 e 38). Resultado de sua dissertação de mestrado com a temática sobre a percepção e pensamentos da criança sobre espaços urbanos, atrelado a cursos voltados para esse grupo nas cidades, a cartilha foi utilizada para a elaboração da metodologia que guiou as oficinas realizadas. O objetivo da cartilha é ser suporte para, principalmente, gestores municipais que desejam realizar escutas com crianças, apresentando formas de incluí-las na elaboração de políticas públicas, oferecendo também “um tipo de metodologia adaptável para a elaboração e execução de processos participativos com crianças da primeira infância nas cidades” (Santos, 2022, p.133).

Figura 37 - Frente da cartilha E(scutar) I(ncluir), criança!



Fonte: Amanda Cristina Santos (2022)

Figura 38 - Verso da cartilha E(scutar) I(ncluir), criança!



Fonte: Amanda Cristina Santos (2022)

Com a criação e participação direta da autora da cartilha, ações que incluem as crianças no planejamento urbano estão tendo início. O projeto “Minha praça melhor”, incluso no programa “Viver melhor” em parceria com a secretaria municipal de desenvolvimento urbano e meio ambiente, realiza oficinas de escuta as crianças para que elas participem do projeto de revitalização das praças. Em um mural com a planta setorizada lúdica desse espaço público (figura 39), meninos e meninas foram incentivados a refletir sobre quais elementos eles

gostariam que fizesse parte da futura praça e onde eles poderiam estar localizados (Arapiraca, 2022b).

Figura 39 - Planta lúdica do projeto “Minha praça melhor”



Fonte: Fábio Ferreira, Ascom Arapiraca (2022)

São perceptíveis os avanços que acontecem em Arapiraca quando se trata de participação infantil em políticas e espaços públicos. Diferentemente do que acontecia na criação dos documentos voltados para as infâncias, hoje, as crianças têm a possibilidade de participar ativamente na escolha de ações que impactarão suas próprias vidas e a da população em geral. Que as crianças possam participar do desenvolvimento de outras políticas e consigam compreender na cidade como um todo, escutando, principalmente, as crianças de áreas mais periféricas e desprivilegiadas.

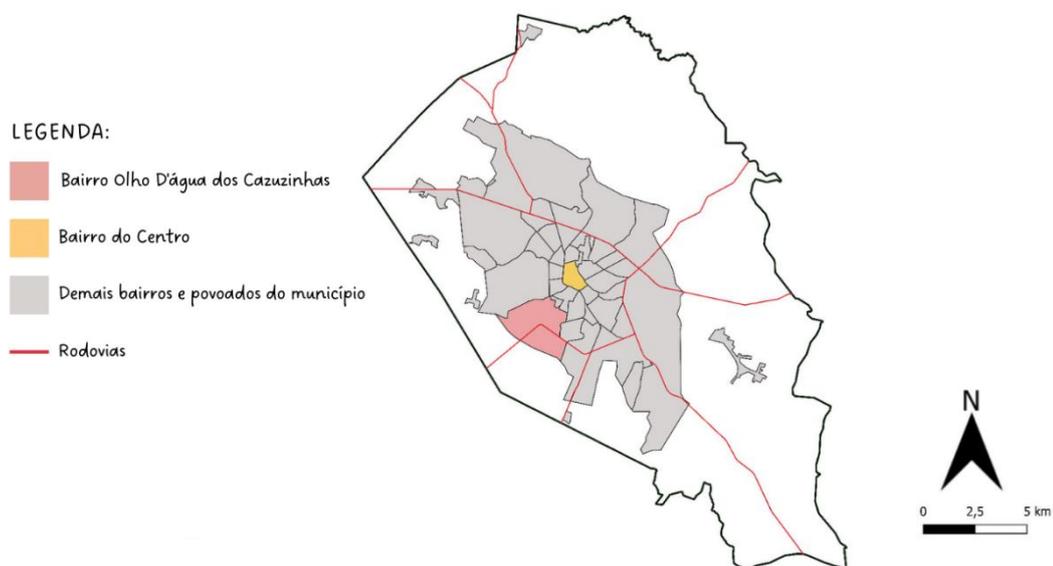
3.2 O Conjunto Habitacional Brisa do Lago

O Conjunto Habitacional Brisa do Lago foi escolhido por reforçar todos os aspectos apresentados no decorrer deste trabalho. O mais notável é a pressão, injustificável, sob os meios de tráfego de veículos, incluindo uma grande via arterial com canteiro central que se estende por todo o comprimento vertical do residencial. Por se tratar de habitações localizadas na extremidade do perímetro urbano e distante da área consolidada do próprio bairro, fortalece aspectos que conectam questões mercadológicas e acesso a cidade, apesar de, diferentemente de tantos outros residenciais de HIS, possuir muitos equipamentos comunitários que auxiliam

a suprir certas necessidades e projetos sociais, inclusive que englobam as crianças. Ademais, é perceptível o grande senso de comunidade, onde o planejamento do espaço público, especificamente das ruas se mostrariam de grande importância, contribuindo com os projetos que já existem, oferecendo melhor mobilidade e mais opções de lazer para uma comunidade desfavorecida financeiramente e com grande quantidade de crianças na primeira infância.

Localizado no limite sudoeste do perímetro urbano da cidade (mapa 01), no extremo do Bairro Olho D'água dos Cazuzinhas (figura 40), foi o primeiro empreendimento do gênero de habitação de interesse social no estado de Alagoas, conseguido por meio de parcerias formadas entre a Prefeitura Municipal, Governo Federal através do Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal, também com a participação da iniciativa privada. Surgiu nos moldes do Programa Minha Casa, Minha Vida, beneficiando famílias de baixa renda com a construção de aproximadamente 1900 unidades habitacionais, além de uma escola de tempo integral, uma creche, posto de saúde, uma unidade do CRAS, área de lazer com campo de futebol e parque infantil. As obras tiveram início em abril de 2010, conta com 70 hectares e a construção ficou a cargo da empresa Engenharq (Arapiraca, 2010), sendo finalizada em 2012.

Mapa 1- Localização do bairro Olho D'água dos Cazuzinhas



Fonte: Arapiraca (2016), adaptado por Cleisyane Moura (2023)

Figura 40 - Localização do Residencial Brisa do Lago



Fonte: Google Earth (2023), adaptado (2023)

A partir de visitas às residências realizadas durante a elaboração de um livro sobre o projeto de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território (DIST), uma parceria entre Caixa Econômica Federal e a Prefeitura de Arapiraca com o objetivo de promover políticas públicas para a comunidade, somados a dados coletados de cadastros do CRAS Cazuzinhas, foi elaborado um diagnóstico socioeconômico do Brisa do Lago, caracterizando a população residente em termos de idade, renda, gênero, raça e escolaridade (figura 41).

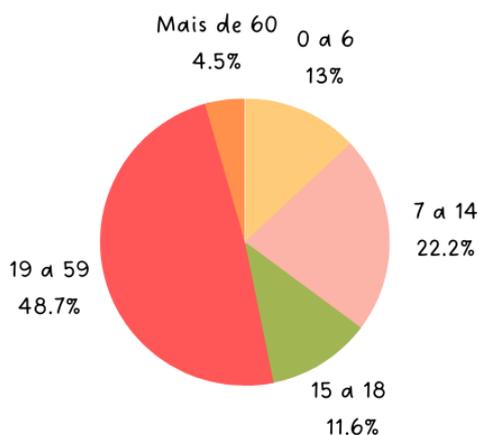
Foi constatado que as crianças da primeira infância são o terceiro maior grupo populacional, podendo ser o segundo maior se considerado a infância em sua totalidade, até os 12 anos. Esse dado é muito grave, principalmente quando o relacionamos com a renda familiar, já que das 2791 famílias, 1986 recebem até 89 reais por mês para sobreviver. Outro fator importante é a quantidade de mulheres que chefiam suas famílias, chegando a 92% dos grupos familiares, o que mostra que as diretrizes para intervenção também devem atingir as cuidadoras, com o objetivo de as auxiliar e favorecer sua mobilidade e permanência, consequentemente atingindo as crianças, principalmente na primeira infância.

Como esperado, dada toda a questão socioeconômica atrelado a cor e raça, o conjunto habitacional tem pardos como grupo em maioria, com a exclusão reforçada quando observado os dados sobre escolaridade, que ressalta a falta de acesso à educação e como toda a situação reforça e perpetua as questões de vulnerabilidade social e continuidade da baixa renda. A possibilidade de um espaço atrativo, que acolha pessoas das proximidades, pode incentivar a aparição de mais comerciantes e projetos comunitários que gerem renda, aumentando a qualidade de vida e do espaço livre público e incentivando uma economia local.

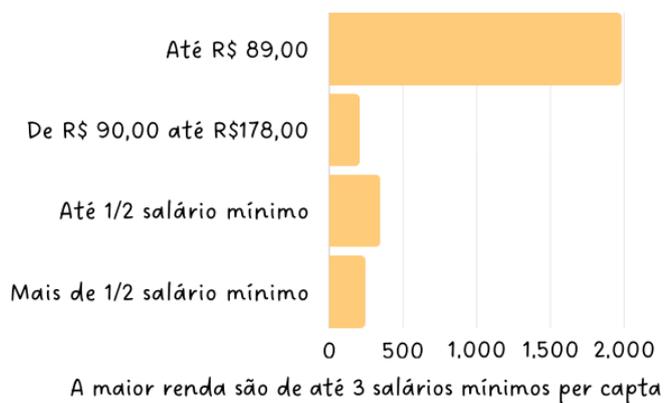
Figura 41 - Diagnóstico socioeconômico dos moradores do Residencial Brisa do Lago

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO

FAIXA ETÁRIA



RENDA FAMILIAR

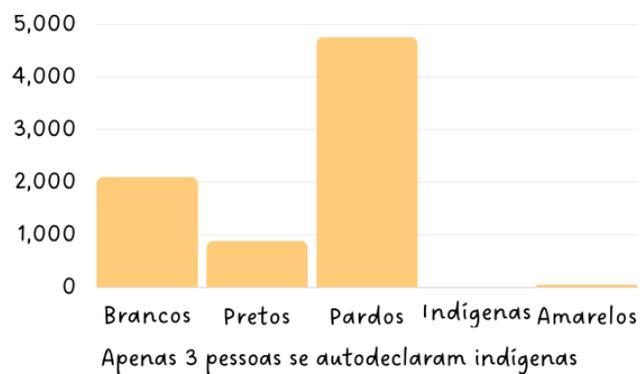


São 7805 pessoas que formam 2791 famílias, de 2 até 8 pessoas

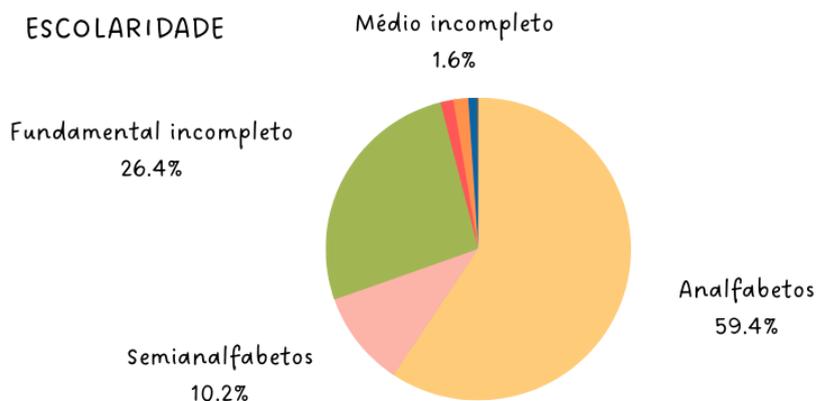
GÊNERO E LIDERANÇA FAMILIAR



RAÇA



ESCOLARIDADE



A cor laranja representa o ensino fundamental completo, com 1,4%. A cor azul, o ensino médio completo, com 0,8%. Com 0,2%, a opção outros pode representar ensino superior incompleto e completo.

Fonte: CRAS Cazuzinhas (2021) adaptado (2023)

Os diagnósticos do DIST contribuíram também com a criação de projetos sociais que potencializam características e conhecimentos dos moradores do residencial, além de consideram as crianças, como o EcoBrisa. O projeto de cunho social, ambiental, cultural e de turismo foi criado em 2015, com o intuito de minimizar os danos que eram observados com o crescimento da malha urbana e evitar danos ambientais na mata ciliar do Rio Perucaba, promovendo discussões e atividades, fomentando a preservação. O espaço busca impossibilitar a poluição dos corpos hídricos que compõe a área, o depósito irregular de lixo, uso impróprio das terras e retirada ilegal de madeira, conservando a natureza e garantindo a sobrevivência de espécies da fauna e flora local, promovendo acampamentos, atividades recreativas e visitas agendadas de crianças, em sua maioria, estudantes.

Figura 42 - Estrutura e atividades oferecidas no EcoBrisa



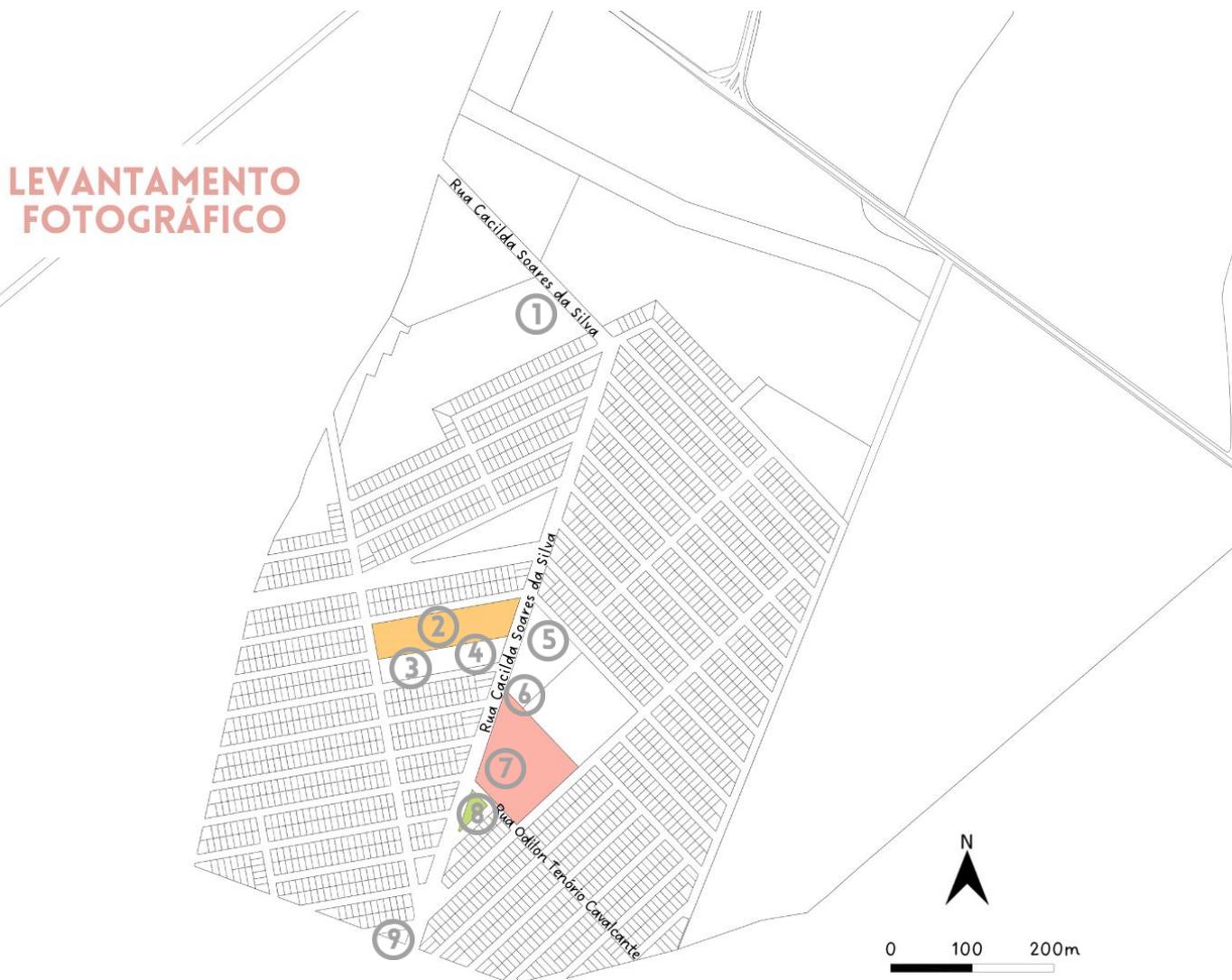
Fonte: Página do EcoBrisa no Instagram²¹ (2022)

Em local com baixa densidade populacional como é o caso do Brisa do Lago, a criação de espaços públicos adequados à infância e a possibilidade de participação popular nas decisões municipais sobre do próprio conjunto são algumas das potencialidades. Ao se promover uma intervenção de reintroduza as crianças nas ruas em uma área com consideráveis equipamentos comunitários e projetos sociais, ambos direcionados também ao público infantil, a intenção é que estes sejam atendidos com as modificações, priorizando claro, a escola infantil. O mapa 2 mostra onde estão localizados os equipamentos e espaços, em sequência, EcoBrisa, EEFTI Prof^a Maria Cleonice Barbosa de Almeida, CRAS Cazuzinhas, UBS Brisa do Lago

¹⁹ Disponível em: https://www.instagram.com/ecobrisa/?img_index=10 . Acesso em: 28 out. 2023.

Fernando Lourenço, futuro ginásio poliesportivo, campo de futebol, o CEI Prof^ª Deusdeth Barbosa da Silva, a Praça Comunitária e por fim, uma área verde menor.

Mapa 2 - Levantamento fotográfico do Brisa do Lago



LEGENDA:

Centro de Educação Infantil Prof^ª Deusdeth Barbosa da Silva

Escola de Ensino Fundamental em Tempo Integral Prof^ª Maria Cleonice Barbosa de Almeida

Praça Comunitária

Fonte: Arapiraca (2016) adaptado (2023)





Fonte: Página do EcoBrisa no Instagram²² (2019); aural (2023)

Após localizar os equipamentos comunitários no residencial, é possível observar a concentração destes e a proximidade com a via arterial, que se mostra como a principal rua do desenho viário. Naturalmente, é presumido que é neste trecho em que as áreas de serviço e comércio se concentram. Para a verificação da legitimidade dessa hipótese e como estão dispostos os lotes com edificações com outras utilizações, foi elaborado o mapa 03, que mostra o uso e ocupação do solo urbano no residencial.

²² Disponível em: https://www.instagram.com/ecobrisa/?img_index=10 . Acesso em: 28 out. 2023.

Mapa 3 - Uso e ocupação do solo no Residencial Brisa do Lago



Fonte: Arapiraca (2016) adaptado (2023)

A partir do mapa é observado que os lotes com uso misto, ou seja, que apresentam a função de comércio/serviço juntamente com a residência, aparecem em uma faixa intermediária, que está entre a via arterial e as bordas laterais do traçado das ruas, mostrando que os moradores buscam se afastar o menos que conseguem da via principal. Também é evidente o grande número de áreas de uso residencial, que trazem consigo alguns pontos positivos, como a integração social e consolidação de vizinhança, maior segurança viária pelo baixo fluxo de veículos, possibilidade de convivência, como por exemplo, os moradores

sentados em bancos na calçada e maior facilidade em implementar áreas de brincar ao ar livre. Esse último ponto mencionado também pode ser uma qualidade encontrada em outras áreas, como as próximas a escolas.

3.2.1 A escola em uma comunidade vulnerável

A escola se caracteriza como um espaço social no qual a maioria das crianças passa a maior parte do tempo. Em uma comunidade que enfrenta situações de vulnerabilidade social, é importante que a escola trabalhe com a perspectiva dos contextos em que estão inseridos os alunos, já que se trata da sua realidade. Essa abordagem educacional voltada para classes populares ou que sobrevive em situação de pobreza é algo relativamente recente, já que, até metade do século XX, a escola pública brasileira era algo ao qual poucos tinham acesso (Oliveira; Saraiva, 2015).

Sobre as escolas em comunidades periféricas, Mayumi Lima (1989) explana que as escolas passaram a instalar-se em sobras dos loteamentos, nas áreas que precisam ser legalmente destinadas a equipamentos públicos mostrando o retrato de uma sociedade que considera a crianças como “parte da sucata industrial que se aproveita ou não na produção futura, desde que ela não se oxide enquanto cresce.” (LIMA, 1989, p.38 *apud* BUITONI, 2009, p.66). Caso ocorra a não adaptação ao sistema regido pelo capital e não corresponda a exigência do mercado, ela deixa de ser criança e passa a categoria de menor, que, segundo a autora, é um objeto mais insignificante do que a criança.

Criança dos bairros de periferia, candidata permanente à condição de menor, recebe professor, escola e merenda de acordo com a distribuição desigual dos direitos na sociedade. (...) O espaço escolar não poderia ser outro: desinteressante, frio, padronizado e padronizador, na forma e na organização as salas, fechando as crianças para o mundo, policiando-as, disciplinando-as (LIMA, 1989, p.38 *apud* BUITONI, 2009, p.66).

A partir de políticas sociais e ações do Estado para enfrentamento das desigualdades, algumas ações foram realizadas para impedir, por exemplo, a diminuição no número de matrículas, uma das consequências da vulnerabilidade. Uma das ações mais conhecidas é o oferecimento de merenda escolar, uma ferramenta que as instituições de ensino têm para mitigar a insegurança alimentar dos alunos, assegurando que estes se alimentam durante o período das aulas e garantindo as principais refeições do dia. Outra ação é a oferta de um ambiente favorável para realização de atividades, socialização e convivência e para isso, a escola e seu entorno precisam ser requalificados.

O equipamento urbano que baseou toda a intervenção, saindo dele as crianças que

auxiliaram em todo o processo de escuta e diretrizes projetuais foi o Centro de Educação Infantil Profª Deusdeth Barbosa da Silva. Inaugurada em 2012, juntamente com o residencial, a escola atende crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, em período escolar de creche, em período integral, e pré-escola 1 e 2, da qual a primeira etapa frequentando a instituição no período da manhã e a segunda etapa no período vespertino. Abrigando-as em 17 salas de aula, sala de vídeo e um grande pátio central com alguns brinquedos tradicionais, sendo esse o espaço mais adequado para brincadeiras, já que a praça localizada em frente à escola está deteriorada.

Figura 43 - Fachada do Centro de Educação Infantil



Fonte: Google Earth (2023)

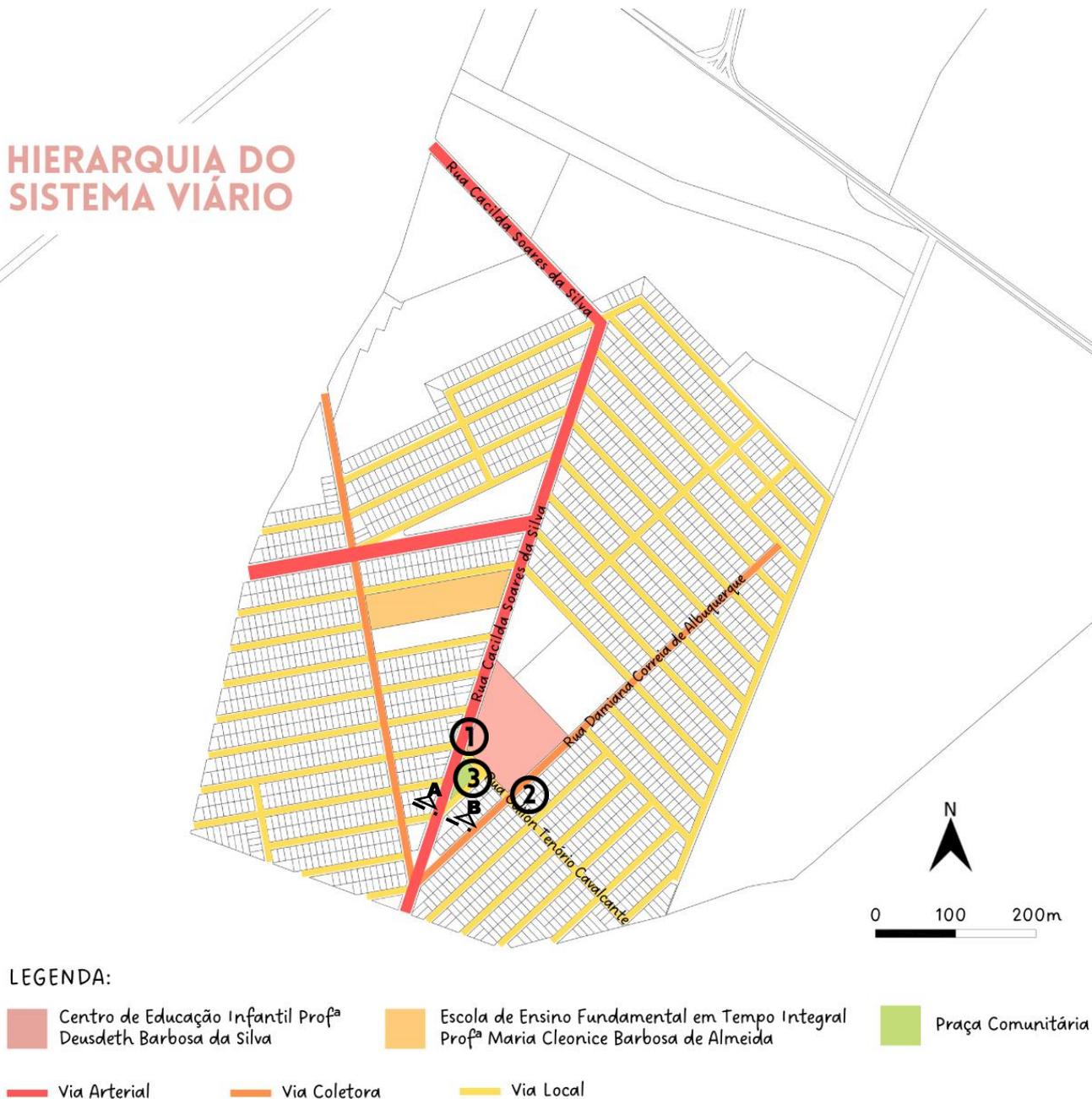
Todo o território escolar, ou seja, áreas no entorno como a Praça Comunitária, se qualificadas, podem incentivar a apropriação do espaço público para atividades educacionais, de lazer, cultura e esporte, se tornar uma área de brincar ao ar livre e de convivência e permanência, promover a integração social e, com tantas pessoas usufruindo desses espaços, é facilitada a instalação de sinalizações para garantir a segurança viária.

3.2.2 As ruas para aumentar o senso de comunidade

As via que contornam o CEI possuem, cada qual, uma hierarquia viária diferente. A via entre a escola e a Praça Comunitária, Rua Odilon Tenório Cavalcante, possui características que a assemelham a uma local, com aproximadamente 10 metros de largura e pavimentação de paralelepípedos. As vias locais merecem um destaque apropriado que será discutido a diante neste trabalho, por de apresentarem em grande número e pela própria composição do espaço quanto a quantidade de residências. A Rua Damiana Correia de

Albuquerque, disposta na lateral esquerda da edificação detém características de uma via coletora, com aproximadamente 12 metros de largura, pavimentação em paralelepípedos e morfologia que se assemelha muito às vias locais. Por fim, a via arterial, Rua Cacilda Soares da Silva, conta com aproximadamente 18 metros de largura, pavimentação asfáltica e um canteiro central arborizado. No mapa 4, é exibido a hierarquização das vias, com destaque as vias circundantes à escola.

Mapa 4 - Hierarquia do sistema viário do Brisa do Lago



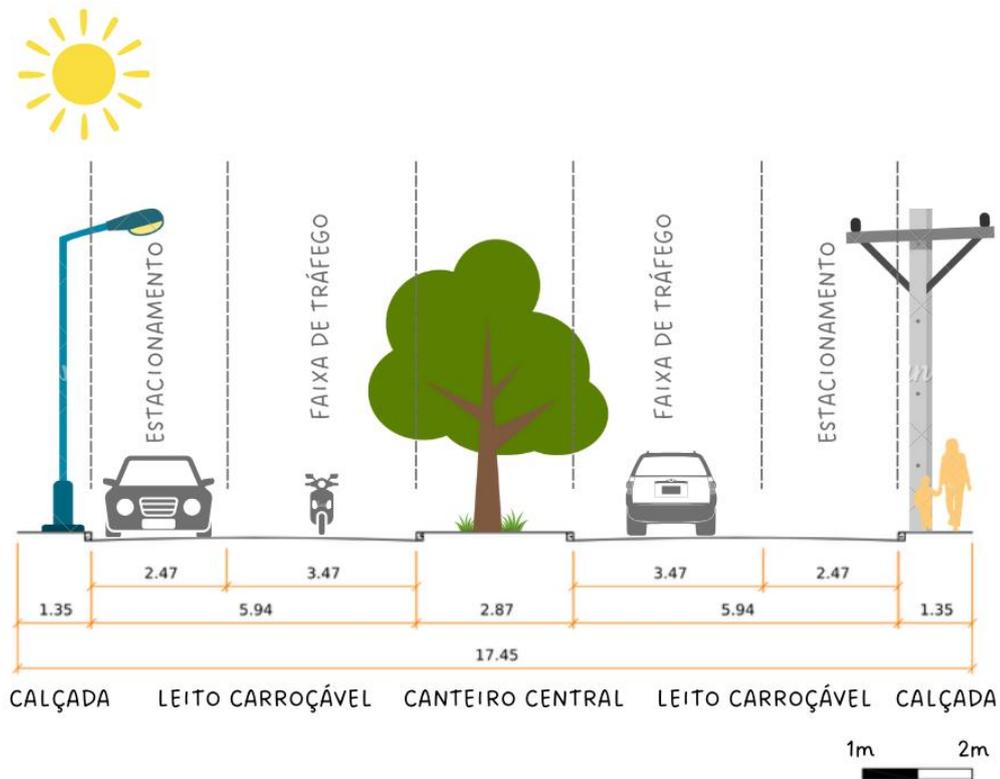
Fonte: Arapiraca (2016) adaptado (2023)



Fonte: Autorial (2023)

Quando observado o traçado viário do residencial, o primeiro elemento que se destaca é a grande via arterial. A rua Cacilda Soares da Silva é a principal via do conjunto habitacional, concentrando o fluxo de veículos e linha de ônibus, já que todas as outras ruas de menor hierarquia se conectam a ela, figurando como o principal acesso para entrada e saída do Brisa do Lago, guiando os meios de transportes em direção a AL-115. Com essa importância, torna-se uma referência para localização dos lugares, concentrando lotes com uso institucional, com a maioria dos equipamentos comunitários sendo ligados por essa rua, além de serviço e comércio, no entanto, apresentando também uma quantidade discrepante de lotes vazios. Para ter mais detalhes sobre sua configuração, foi realizada a medição dos elementos, representados no corte AB, mostrado na figura 44.

Figura 44 - Corte AB da via arterial



Fonte: Autoral (2023)

Atualmente, a configuração da via dispõe 68,08% de sua largura para o tráfego e estacionamento de veículos, 16,45% para o canteiro central, 15,47% para pedestre e nenhuma estrutura para outros meios de mobilidade ativa, como a bicicleta. Diferentemente do que se desenhou, motos e principalmente carros são minoria, enquanto os moradores se arriscam ocupando a faixa de estacionamento para caminhar (figura 45 e 46), em decorrência às calçadas inadequadas²³ que se estendem pela via e acometem todo o residencial.

²³ De acordo com a ABNT NBR 9050:2020, sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, a calçada deve ter uma faixa livre destinada exclusivamente à circulação de pedestres, livre de desníveis, obstáculos físicos ou vegetação de largura mínima de 1,20 m e 2,10 m de altura livre. Ademais, para a colocação de árvores, rampas de acesso para veículos ou pessoas com deficiência, postes de iluminação, sinalização de trânsito, lixeiras, entre outros, é destinada a faixa de serviço, com largura mínima de 0,70m. Desta forma, a largura mínima total das calçadas do Residencial Brisa do Lago deveria ser de 1,90 m, sem considerar a necessidade de uma faixa de acesso, que é possível apenas em calçadas com largura superior a 2,00 m (ABNT, 2020).

Figura 45 - Ciclista ocupa a faixa de estacionamento da via arterial



Fonte: Autoral (2023)

Figura 46 - Cuidadora com duas crianças ocupando a faixa de estacionamento



Fonte: Autoral (2023)²⁴

Todavia, também foi observada a função de espaço de convivência e permanência, principalmente próximo ao canteiro central, por ser uma área de arborização mais atraente (figura 47). Com a normalização em se ter grandes vias feitas para o tráfego de veículos, que faz com que um residencial de habitação de interesse social tenha uma via arterial, lugar onde, pela própria condição financeira da população, o fluxo de automóveis não é intenso e por essa via ter uma extensão que compreende todo o desenho do conjunto habitacional, atendendo

²⁴ Foto autorizada pela responsável.

qualquer que seja a rua que a criança more, a Rua Cacilda Soares da Silva é a principal via a sofrer a intervenção.

Figura 47 - Moradores sentados no meio-fio do canteiro central



Fonte: Autoral (2023)

Isso faz com se possibilite o fechamento de um dos lados da via, para criar uma área exclusiva de incentivo a mobilidade ativa, com espaços de atividades recreativas, culturais e de lazer, espaços verdes, mobiliários urbanos de permanência e estratégias para atrair modos de transporte sustentáveis, como bicicletas, sendo utilizado democraticamente por adultos e crianças, integrando a malha urbana à uma rede de mobilidade ativa, gerando integração social local, apropriação do espaço público e áreas seguras para a primeira infância.

Sobre as vias locais, que são todas bastante similares, apresentam, igualmente, calçadas irregulares, quanto a dimensão e acessibilidade, arborização insuficiente, fachada impermeável, ou seja, que não permite que os pedestres conheçam um pouco do interior da residência de fora, assim como quem está dentro visualize a calçada, fator que pode aumentar a sensação de insegurança, principalmente no período noturno e quando as ruas estão vazias. Qualificar essas ruas, por não terem um alto fluxo de veículos, seria benéfico por, neste sentido, serem áreas seguras para a primeira infância, além de promover a integração social local e o fortalecimento do laço de vizinhança.

Figura 48 - Residências e vias locais



Fonte: Autoral (2023)

Caminhando pelas ruas do residencial, percebe-se que as crianças não possuem equipamentos para alcançarem todo o potencial de desenvolvimento cognitivo, motor e sensorial. Para viverem suas infâncias, precisam improvisar e usar a criatividade de uma forma negativa, já que serve para suprir uma necessidade, um direito que devia ser garantido. Como resultado, é possível visualizar suas linguagens, expressões e brincadeiras, nas fachadas e calçadas, principalmente nas vias locais.

Figura 49 - Expressões das crianças nos muros e calçadas

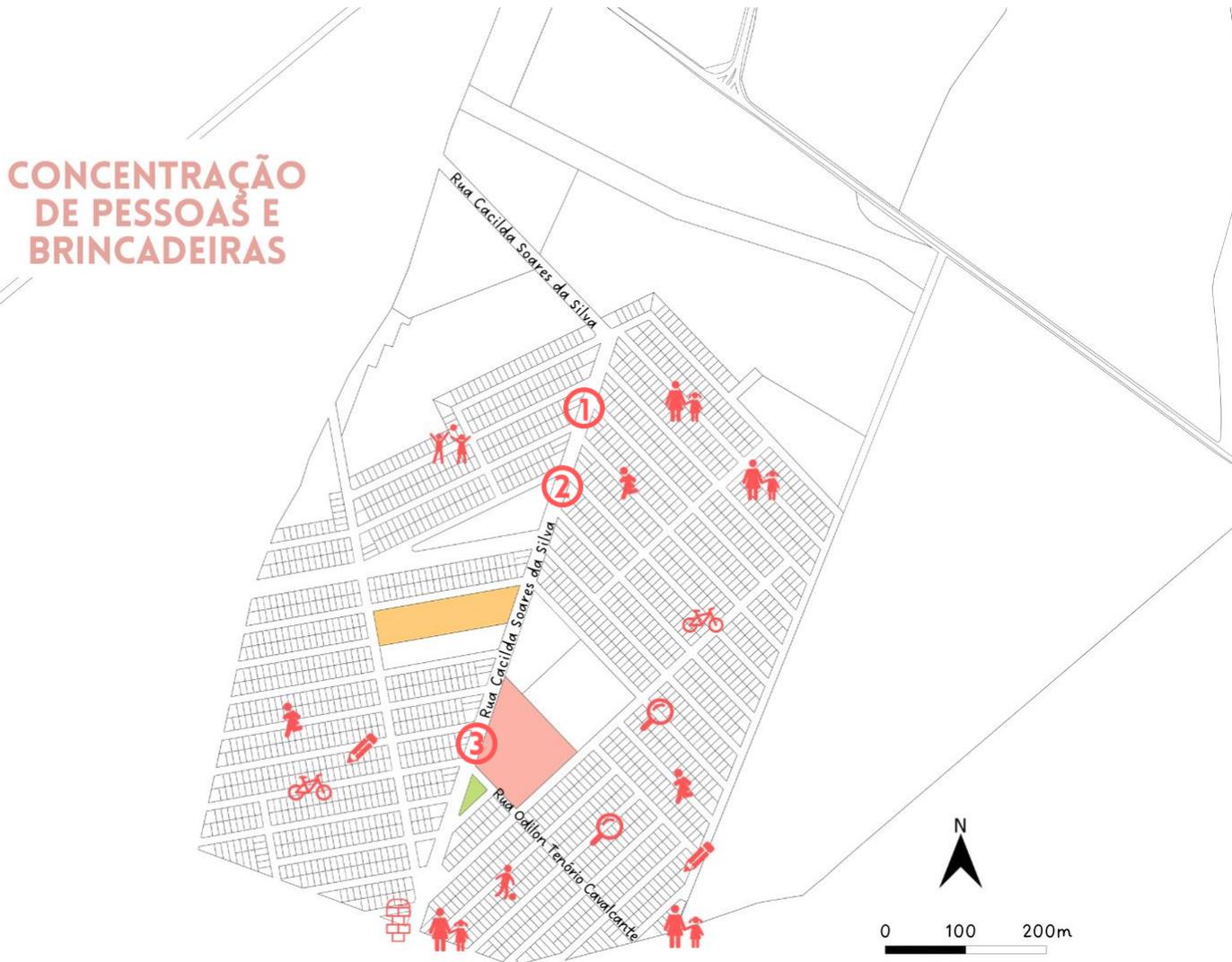




Fonte: Autoral (2023)

Como exibe o mapa 5, diferentemente dos adultos, as crianças, se concentram nas vias locais, realizando atividades como brincar, explorar e socializar. Uma justificativa para as diversas atividades infantis serem realizadas majoritariamente nesses espaços, se deve a proximidade de suas respectivas casas, maior sensação de segurança pelos responsáveis estarem observando ou vigilância comunitária. É importante ressaltar que as informações que dizem respeito as atividades infantis, e estão presentes no mapa, foram realmente observadas e coletadas pela autora nos dias 6, 7 e 8 de novembro.

Mapa 5 - Concentração de pessoas nas vias do Brisa do Lago



CONCENTRAÇÃO DE PESSOAS E BRINCADEIRAS

LEGENDA:

- Centro de Educação Infantil Profª Deusdeth Barbosa da Silva
- Escola de Ensino Fundamental em Tempo Integral Profª Maria Cleonice Barbosa de Almeida
- Praça Comunitária

Atividades infantis

- Brincar com bola
- Brincar de amarelinha
- Brincar de pega-pega
- Jogar futebol
- Andar de bicicleta
- Explorar
- Desenhar
- Socializar

Fonte: Arapiraca (2016) adaptado (2023)



Fonte: Google Earth (2022)

Além das vias locais, outro território que as crianças acessam de forma mais frequente é a Praça Comunitária e áreas verdes. A praça em frente a escola possui uma grande importância por atuar como suporte para a socialização e aprendizagem da criança através das brincadeiras e, quando atrelado a equipamentos, mobiliários e arborização, colaboram com a oferta de segurança no espaço público. As áreas verdes possuem vegetação abundante, com nenhuma área edificada, sendo o localizado mais ao norte um parque natural, onde fica a sede do projeto EcoBrisa. O contato com a natureza auxilia no desenvolvimento saudável das crianças, na apropriação do espaço público para atividades de lazer, cultura e esporte e inventiva o brincar ao ar livre.

Mapa 6 - Área verde e arborização do Brisa do Lago

**ÁREA VERDE E
ARBORIZAÇÃO**



LEGENDA:

 Centro de Educação Infantil Prof^a Deusdeth Barbosa da Silva

 Escola de Ensino Fundamental em Tempo Integral Prof^a Maria Cleonice Barbosa de Almeida

 Praça Comunitária

 Área Verde

Fonte: Arapiraca (2016) adaptado (2023)



Fonte: Autorial (2023)

Com todos os problemas e potencialidades das áreas mostradas e como as crianças as acessam, é nítido que para um planejamento eficaz do residencial é necessário que as decisões precisam ser tomadas de forma participativa, incluindo as crianças. Estas são cidadãs com direitos e totalmente aptas para exercer seu direito à participação nos processos de tomadas de decisões que impactam a vida individual e coletiva

3.3 Brincando, desenhando, participando

Para a execução de todo o processo participativo com as crianças da primeira infância do centro de educação infantil, foi necessário o estudo de diferentes tipos de procedimentos metodológicos. É bem sabido que as crianças possuem um jeito particular de se expressar e de enxergar todo a sua volta, e para obter as melhores respostas de quais deveriam ser as diretrizes da intervenção nos caminhos, alcançando assim o objetivo da pesquisa, foram lidos artigos sobre Sociologia da Infância²⁵ e antropologia, além de propostas de atividades de autores como Sarmento e Mayumi Lima. Esses estudos serviram para justificar as escolhas pelas dinâmicas que foram propostas para as crianças.

É necessária muita cautela em trabalhar com o público infantil. Os adultos possuem uma visão que considera a criança um ser sem tantas vivências e socializações, o que dificulta o entendimento sobre as diversas infâncias que existem. Tentou-se, aqui, romper com o modelo tradicional de socialização e compreender a forma da criança de se relacionar com o meio, pois é dessa forma que ela interpreta o mundo, considerando que “em suas práticas, existe, para além

²⁵ Segundo Sarmento (2011, p.27) “[...]estudar as crianças como actores [*sic*] sociais de pleno direito, a partir do seu próprio campo, e analisar a infância como categoria social do tipo geracional é o objectivo [*sic*] a que se tem proposto a Sociologia da Infância [...]”.

da estereotipia, uma singularidade nas produções simbólicas e artefatos infantis que configuram o que a sociologia da infância define como cultura infantil” (Sarmiento, 2004, p. 20)

Como já dito, a brincadeira é a principal forma que a criança tem de compreender o entorno. Foi escolhida para que ocorressem as interações e já se obter algumas das percepções que elas possuem.

A ludicidade constitui um traço fundamental das culturas infantis. Brincar não é exclusivo das crianças; é próprio do homem e uma das suas actividades sociais mais significativas. Porém as crianças brincam contínua e abnegadamente. Contrariamente aos adultos, entre brincar e fazer coisas sérias não há distinção, sendo o brincar muito do que as crianças fazem de mais sério (Sarmiento, 2004, p.25).

Os momentos de brincadeira permitem conhecer as crianças e adentrar no seu mundo, da forma que escolherem representá-lo, que geralmente é ressignificando o mundo dos adultos e os cenários em que estão expostas. As situações imaginárias que fazem parte do brincar definem os significados dos ambientes em que acontecem as trocas e interações, evidenciando como experimentam o mundo a sua maneira, com uma linguagem própria e individual, que pertence a cada criança e infância investigada. Sendo assim, antes de tudo, é preciso saber as compreender através que suas expressões verbais ou não verbais, respeitando os seus direitos como atores sociais (Carvalho *et al*, 2022).

De acordo com Sarmiento (2011), as crianças têm muito a dizer, basta querer ouvi-las, já que,

O seu modo de interpretar e significar o mundo, [é] permeado pelas culturas nas quais se inserem, é marcado pela sua condição biopsicológica e pelo estatuto social dependente em que se encontram. Nas suas relações com os adultos e nas suas relações com outras crianças, partilham, reproduzem, interpretam e modificam códigos culturais que são actualizados [*sic*] nesse processo interactivo [*sic*] (Sarmiento, 2011, p.43).

Escutar as crianças diz respeito a se conectar com expressões de seus corpos, gestos, produções artísticas, comportamentos, entre outros. Ao adulto cabe não interferir, e sim, se colocar na posição de quem está aprendendo, registrando não só o que observa e escuta, mas também o que percebe ao se conectar com as crianças. Cabe facilitar caminhos e ferramentas para que os menores se expressem com desenhos, fotos, colagens, escritas, leituras, representações, e acolher as ideias criativas que podem vir a terem. Entender que as crianças têm um conhecimento que provavelmente o pesquisador desconhece e que fazer várias perguntas sobre pode, muitas vezes, fazer com que elas respondam aquilo que o adulto quer ouvir (Friedmann, [s.d.]).

O desenho é umas das formas mais comuns de representação utilizada para expor a percepção sobre os contextos sociais e o mundo que estão inseridas. Primeiramente por se

manifestar antes mesmo da comunicação escrita, e depois, porque o desenho, não é apenas uma representação da realidade exterior, mas transporta “formas infantis de apreensão do mundo- no duplo sentido que esta expressão permite de “incorporação” pela criança da realidade externa e de “aprisionamento” do mundo pelo acto [*sic*] de inscrição[...]” (Sarmiento, 2011, p.28). Desse modo, os rabiscos agem de modo distinto e além do que a linguagem verbal pode fazer (Sarmiento, 2011).

Ainda assim, o desenho é frequentemente acompanhado por uma explicação verbal, sobre as figuras e motivos pelos quais estão no papel, às vezes com informações ditas e desenhadas que não conversam, faltando clareza aos adultos. Sarmiento (2011) sugere acompanhar a elaboração do desenho, para contribuir com a maior compreensão dos significados atribuídos. O estudo da produção infantil e não apenas uma análise, amplia a compreensão do contexto que conduziram ao desenho e como foi refletido no papel (Sarmiento, 2011).

Dinâmicas lúdicas, como desenhos, passeios pelo entorno e atividades lúdicas, foram utilizadas pelas arquiteta Mayumi Lima para maior apropriação de futuros usuários de uma escola infantil. Essas atividades tinham como objetivo estimular a conscientização sobre as possibilidades de apropriação das crianças e democratização do espaço público urbano.

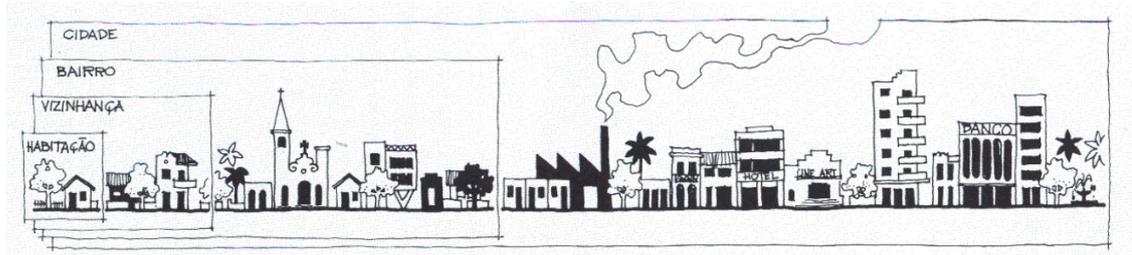
Permeando tudo isto estava a tentativa de colocá-las como sujeitos de sua realidade, capazes de transformá-la a partir do seu entendimento, através de sua ação e na direção da satisfação de suas necessidades. Para isto utilizávamos atividades de desenho, pintura e colagem, onde as crianças reproduziam a sua casa, o bairro, o surgimento da nova escola etc., onde foi possível perceber a falta de liberdade de criação em que vivem (Lima, 1984, *apud* Buitoni, 2009, p.55).

Fazer pesquisa com crianças não é simplesmente transcrever o que dizem ou elaborar atividades com brincadeiras, por trás, significa que as reconhecemos como sujeitos com diretos, qualificadas para contribuir com a sociedade, principalmente quando elaboramos “[...] propostas metodológicas que coloquem as crianças no centro de processos de investigação, que permitam não apenas ouvir as suas vozes, como atribuir-lhes significado real na construção da sua identidade cidadã” (Fernandes; Trevisan, 2018, p.135).

Para a interação com as 23 crianças do Pré 2, ou seja, com idade entre 5 e 6 anos, do CEI Profª Deusdeth Barbosa da Silva, foram propostas atividades que envolvem o brincar, desenhar e principalmente participar. As atividades foram pensadas com o objetivo de fomentar diferentes formas que pensar e se apropriar do espaço urbano, descobrindo a percepção que possuem do entorno, fazendo com que exponham experiências de suas infâncias urbanas e

principalmente afirmando sua cidadania. As escalas de usos assim como a apropriação da cidade como um todo, como mostrado na figura 50, é feita de forma gradual, e, apesar de muito novos, a intenção é descobrir quais vivências já ocorreram nessas diferentes escalas.

Figura 50 - Escalas de usos e apropriações da cidade



Fonte: Santos (1988)

Praticamente todas as atividades sofreram alterações e aconteceram diferentemente ao modo que estava previsto no roteiro, que está disponível no final desse documento (apêndice A). Essas mudanças, que serão explicadas mais detalhadamente no próximo capítulo, ocorreram devido a dinâmica da turma, que pode ser justificado pela pouca idade, pela sensação de novidade, a imperatividade da turma, o que faz com que se distraiam com muita facilidade ou pelo curto tempo para a realização das atividades, que deveriam se adequar ao período que as crianças possuem entre lanches.

A primeira tarefa discorre sobre seus hábitos e impressões cotidianas do trajeto casa-escola. Foi planejado que no momento inicial houvesse perguntas em as crianças relatariam como são seus caminhos escolares atualmente, sendo eles diversos por serem diversas crianças. Também seria perguntado quem as acompanha, afinal as intervenções atingem todos os públicos, além de como elas descreveriam o trajeto, para ser percebido como enxergam o entorno. As perguntas aconteceram de forma similar ao mostrado na figura 51, esta que corresponde a um trecho do roteiro de atividades.

Figura 51 - Recorte do roteiro de atividade



- Para dar início, será feita uma pequena escuta. Por meio de conversas, será perguntado como as crianças se deslocam até a escola e como é o deslocamento de volta para a casa, se a pé, de carro, de moto, bicicleta. Depois, quem os acompanha até a escola, se a mãe, o pai, um irmão, outra criança, até se vão sozinhas. Se elas enxergam vantagens e desvantagens em fazer o trajeto a pé. Por fim, tentar resumir o trajeto em uma palavra, feio, bonito, sujo, perigoso, tranquilo, cansativo, entre outras.

Fonte: Autoral (2023)

Em seguida foi pedido que desenhassem o que o trajeto tem de positivo e negativo e como gostariam que ele fosse, para que, posteriormente, os elementos negativos sejam modificados e se disponha de instruções de como seria possível as melhorias e qual seria o órgão responsável por essas, e os elementos positivos encontrados nos desenhos sejam classificados de acordo com a possibilidade ou não de se tornarem plausíveis para a intervenção. Um detalhe sobre essa atividade é que estava planejado para acontecer no mesmo dia das perguntas, no entanto, por todos os motivos já citados para justificar as alterações, os desenhos foram realizados primeiro e as perguntas em outra oportunidade.

A terceira atividade trabalharia com a relação entre rua, brincadeiras e exploração da vizinhança. Seria inventada uma história, em que o objetivo era descobrir se as crianças brincam nas ruas, do que brincam, o que acontece nas brincadeiras e no cotidiano, ou se o contrário acontece, o porquê não o faz. Esta atividade não foi realizada, contudo, permanece no roteiro, com a explicação de como seria executada, para auxiliar a quem interessar realizá-la com turmas de crianças mais velhas ou mais quietas.

A atividade efetivada no dia foi a escrita de uma carta, a fim de resgatar tudo que foi discutido e pontuarem o que é primordial para que se faça uma boa intervenção. A finalidade é que percebam que podem reivindicar seus direitos à gestores como cidadãos, e que exercer a cidadania não se limita apenas a pessoas adultas.

Além das atividades principais descritas, há outras complementares. A primeira, foi elaborada para que as crianças saibam sobre o que se refere a pesquisa e assentem sua vontade de contribuir e se apresentem à autora. Na última atividade, por fim, foi realizado o reconhecimento de todo trabalho realizado pelos alunos para o desenvolvimento dessa monografia e a entrega de um certificado fictício, agradecendo toda a contribuição dada. Novamente, alguns pontos planejados não funcionaram, como a exposição dos resultados

obtidos neste trabalho de conclusão de curso e a leitura de algum recado enviado em resposta a terceira atividade.

O roteiro há orientações gerais para uma boa realização das dinâmicas, objetivos, descrição das atividades, materiais que serão utilizados e tempo médio necessário para sua realização. Os resultados de todas as referências citadas, livros, artigos e sites, de todo o estudo que envolveu o período da infância e a relação com o espaço urbano, serão mostradas no capítulo seguinte.

4 XUXALELÊ OBA, EU QUERO VER ESSA CIDADE BALANÇAR²⁶: INTERVINDO COM AS CRIANÇAS

Esse capítulo tem como objetivo a explanação dos resultados obtidos através da realização dos procedimentos metodológicos apresentados, buscando o cumprimento do objetivo geral. A primeira sessão, traz registros das interações com as crianças, exibindo fotos, gráficos e narrações marcantes, organizando as informações a respeito da visão das crianças sobre seus trajetos, além de apresentar os alunos escolhidos para terem seus caminhos estudados com minúcia, baseando-se em seus próprios relatos. Em seguida, seleciona os pontos de destaque nos desenhos e falas, também mostrando detalhadamente o trajeto de alguns alunos, a fim de criar diretrizes de projeto baseado nas informações. Por fim, será exibido o resultado da intervenção, com imagens das diretrizes aplicadas em projeto e textos explicativos que como tudo que foi pensado foi empregado.

4.1 Quem quiser brincar com a gente, pode vir, nunca é demais²⁷: construindo uma nova cidade

Antes da realização das atividades, algumas ações foram necessárias. Inicialmente enviando um ofício, descrevendo-as, à superintendência pedagógica da Secretária Municipal de Educação e Esporte. Com a devida autorização, no dia 26 de outubro foi realizada uma visita ao CEI, com o objetivo de conhecer os profissionais e as instalações, além de decidir dentre as diversas turmas disponíveis para a participação no trabalho. A intenção era se trabalhar com as crianças com idade entre 5 e 6 anos, devida a facilidade no entendimento das instruções dos exercícios e de suas respectivas falas. A seriação escolhida foi a da 2ª etapa da pré-escola, turma D, pois de acordo com relato da diretora e professora, esses alunos possuem uma melhor psicomotricidade da escrita, que poderia servir como mais um meio para que os alunos se expressassem.

A turma do Pré 2D é composta por 25 alunos matriculados, sendo que, 2 destes possuem faltas em demasia, tendo então, 9 meninas e 14 meninos que frequentam as aulas

²⁶ XUXALELÊ. Intérprete: Xuxa. Compositores: Fred Pereira e Zeh Enrique. In: XUXA só para Baixinhos 6-Festa. Intérprete: Xuxa. Rio de Janeiro: Som Livre, 2005. (2:53). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ndaLOWf7NWQ>. Acesso em: 03 jun. 2023.

²⁷ ILARIÊ. Intérprete: Xuxa. Compositores: Ceinha, Cid Guerreiro e Dito. In: XOUBA 3. Intérprete: Xuxa. Rio de Janeiro: Som Livre, 1988. (5:41). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e3TVk1v4jng>. Acesso em: 03 jun. 2023.

regularmente. Estas têm a duração das 13h às 17h, com horário de intervalo, sendo aconselhado pela professora que o melhor horário para as dinâmicas seria 13h30. As três primeiras atividades foram realizadas nos dias 6, 7 e 8 de novembro, com aprovação da docente responsável.

Conforme descrito, a primeira atividade teve como objetivo a apresentação, da autora, do trabalho e das crianças. Com a participação de 18 alunos, foi explicado que era necessário o auxílio deles para a sequência da monografia e o que seria feito nas próximas atividades, com todos assentindo. Por fim, foi pedido para que não faltassem no próximo dia e que observassem bem o trajeto que realizam de casa até a escola. Nesse mesmo dia, houve a entrega de um termo de autorização de imagem e som para a obtenção da assinatura do responsável legal de cada criança, concordando com a exposição, principalmente em fotos, do menor de idade. Sendo assim, todos os alunos que aparecem nas imagens tiveram aval para tal, diferentemente das crianças que aparecem com o rosto censurado.

Figura 52 - Foto do primeiro dia de atividade



Fonte: Autoral (2023)

4.1.1 Conhecer o trajeto

Para o segundo dia, estava programado no roteiro das atividades algumas perguntas sobre o trajeto e a elaboração de desenhos em seguida. No entanto, a turma se mostrou bastante dispersa e agitada, preferindo, assim, a realização somente dos desenhos, programando as questões para o dia seguinte. As 20 crianças presentes foram divididas nos 3 grupos determinados (cavalinho, cachorrinho e gatinho), onde ficariam responsáveis pela produção de

desenhos individuais sobre as diferentes perspectivas que possuem sobre o próprio caminho escolar.

Figura 53 - Foto do segundo dia de atividade



Fonte: Autoral (2023)

Foi explicado que todos deveriam desenhar o próprio caminho entre a casa e a escola, enfatizando, um grupo, o que não gostavam, outro grupo, o que gostavam, e o último, por fim, deveria representar como gostaria que esse percurso fosse. Cada grupo teria sua própria folha, onde os desenhos se concentrariam, e cada aluno poderia desenhar e pintar livremente. Conforme terminavam, era perguntado o que cada elemento significava para não haver erro de interpretação.

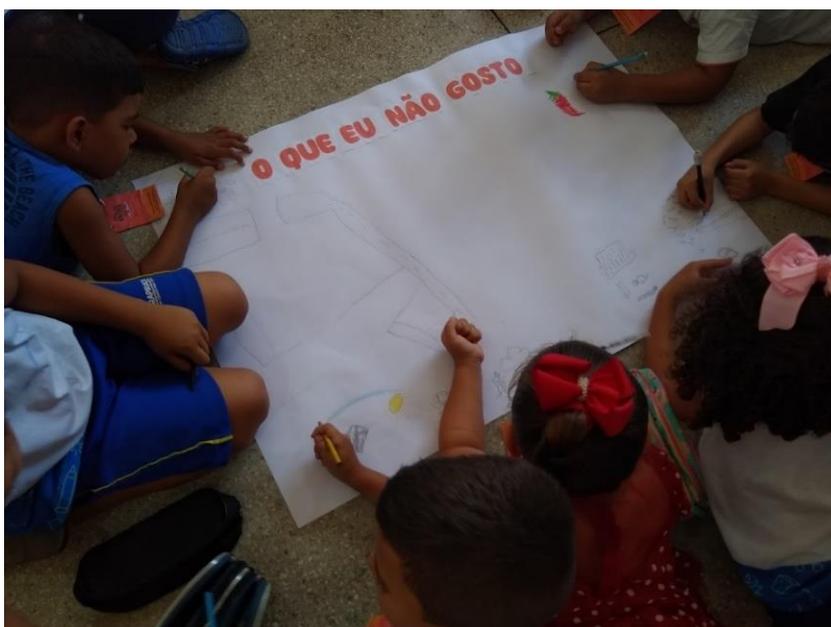
Figura 54 - Início da elaboração dos desenhos



Fonte: Autoral (2023)

Apesar de certa dificuldade, muitas falas interessantes foram registradas e elementos importantes representados. O grupo cavalinho, responsável por desenhar o que não gostava no trajeto (figura 55), contou com 7 crianças que relataram, entre outras coisas, desaprovar a ladeira, a chuva e a noite.

Figura 55 - Desenhos do grupo “cavalinho”



Fonte: Autoral (2023)

Outros elementos que podem ser vistos nos desenhos são animais, especificamente, um rato, uma criança chorando, o sol representando o calor e uma rua, um carro e uma pessoa preocupada, mostrando um sinistro de trânsito que por coincidência aconteceu dois dias antes da atividade, próximo ao CEI.

Figura 56 - Detalhes dos desenhos do grupo “cavalinho”



Fonte: Autoral (2023)

O grupo cachorrinho, responsável por desenhar o que gostava no trajeto (figura 57), contou com 6 crianças que relataram, entre outras coisas, aprovar os animais, principalmente cachorros e gatos, arco-íris e edificações que vendem frutas.

Figura 57 - Desenhos do grupo “cachorrinho”



Fonte: Autoral (2023)

Outros elementos que podem ser vistos nos desenhos são árvores, grama, o sol e casas. Diferente da equipe anterior, nesta, é possível perceber que as crianças se desenharam nos caminhos, podendo significar que elas realmente gostam de estar envoltas no cenário que representaram e que se enxergam como pertencentes ao contexto urbano.

Figura 58 - Detalhes dos desenhos do grupo “cachorrinho”





Fonte: Autoral (2023)

Finalmente, o grupo gatinho, responsável por desenhar o que gostaria que existisse no trajeto (figura 59), contou com 7 crianças que relataram que, expressando todo o potencial criativo da infância, estimam tanto por um foguete, paredes falsas para proteger do lobo mau e corações, quanto por elementos mais comuns como mais árvores e mais pessoas na rua.

Figura 59 - Desenhos do grupo “gatinho”



Fonte: Autoral (2023)

Outros elementos que podem ser vistos nos desenhos são melancias, arco-íris, um túnel formando um caminho para gatos passarem por dentro e, em meio a tanta imaginação, chama atenção uma placa de sinalização e um semáforo, sendo descoberto que anteriormente as crianças foram submetidas a aulas sobre educação no trânsito, que provavelmente reforçaram a

prioridade aos veículos e mostraram apenas como resguardá-las, assim como outros pedestres, e outras questões problemáticas já abortadas sobre o assunto.

Figura 60 - Detalhes dos desenhos do grupo “gatinho”



Fonte: Autoral (2023)

Por fim, é importante citar algumas situações que prejudicaram a execução e finalização da atividade. Percebeu-se após o início, que, por mais que fosse explicado, algumas crianças não conseguiram expressar muito bem o que foi pedido, principalmente no grupo responsável pelos apontamentos negativos. Um exemplo disso foi um dos alunos que desenhou uma pimenta e quando perguntado, relatou que na casa em que residia tinha pimenta e ele não gostava. Outro ponto observado foram as repetições de certos elementos, que pode representar tanto que as ruas do conjunto habitacional são similares, fazendo com os caminhos também sejam, quanto que uma criança copiou da outra, sendo mais eficiente a produção dos desenhos em folhas individuais. Ao final, enquanto algumas crianças ainda finalizavam suas respectivas ilustrações, outras que já haviam terminado rasuraram e desenharam elementos que não possuíam relação com o pedido, em maior parte em áreas em branco, ocasionando a não apresentação das folhas com todos os desenhos finalizados nesse trabalho.

4.1.2 Conhecer também os direitos

Para o terceiro dia, estava programado no roteiro uma dinâmica sobre brincar na rua, com o objetivo de averiguar se essa prática é comum entre eles. No entanto, foi preferido por sua não realização, já que ficaria uma sequência de tarefas muito longa, fazendo com as atividades principais (a carta para o prefeito, já programada e as perguntas sobre o caminho, que deveriam ter sido realizadas anteriormente) fossem prejudicadas, já que as crianças fazem pausas para lanches e jantar. A penúltima atividade contou com a participação de 19 alunos, que responderam a 6 perguntas sobre seus respectivos caminhos escolares.

Figura 61 - Foto do terceiro dia de atividade



Fonte: Autoral (2023)

No que diz respeito ao modo de deslocamento das crianças pelas ruas para a realização do trajeto entre suas respectivas casas e a escola, a maioria o realiza caminhando, como pode ser observado no gráfico 1, sendo moto e o ônibus escolar as outras duas opções. É curioso notar a ausência de outros meios de transporte bem comuns, como bicicleta e carro, levantando teorias do porquê isso pode acontecer. Para a não utilização da bicicleta, poderia ser em decorrência a topografia que faz com que a escola fica em uma parte mais alta do residencial, causando um grande esforço para cumprir o percurso e, para o uso de carro, a renda da própria população, por ser um veículo mais caro para obtenção e manutenção.

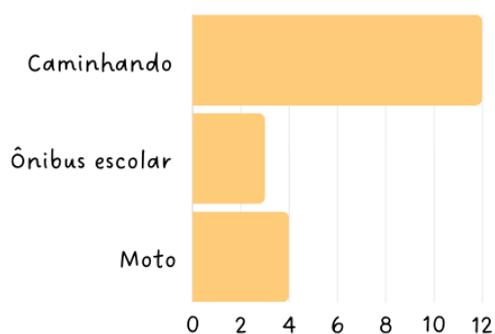
Ainda no gráfico 1 é mostrado quem os acompanha durante o deslocamento, reforça

o aspecto mostrado anteriormente sobre as mulheres como chefe de família. Das 19 crianças, 14 são conduzidas por mulheres, que envolvem mãe, avó ou prima, reforçando que a intervenção também deve atender as cuidadoras, já que, excluindo o motorista do ônibus escolar, que poderia ser de qualquer gênero, apenas um homem cumpre esse papel. Por fim, um relato que chama atenção é que um aluno vai à escola acompanhado por um amigo da mesma faixa etária, mostrando como o incentivo para o alcance da autonomia atende mais os meninos do que meninas.

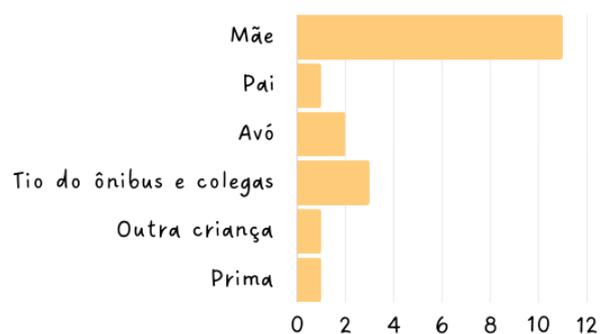
Gráfico 1 - Modo de deslocamento das crianças até a escola

DESLOAMENTO DAS CRIANÇAS ATÉ A ESCOLA

COMO É FEITO:



QUEM OS ACOMPANHA:



Fonte: Autoral (2023)

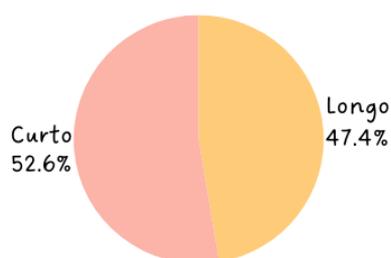
Para a segunda questão, foi perguntado sobre como descreveriam o caminho de casa até a escola em uma única palavra. Houve uma certa dificuldade para os alunos conseguirem entender a pergunta, tanto que, assim que o primeiro aluno disse a característica, os demais ou concordavam ou falaram o adjetivo antônimo, resultando, por fim, nas duas duplas, longo/curto e feio/bonito (gráfico 2). Cruzando com as informações dos gráficos anteriores, é curioso que as 4 crianças que realizam o trajeto de moto relatam que moram perto da escola, havendo assim, uma possibilidade de abandono do automóvel se o caminho for qualificado ou simplesmente elas têm essa sensação por seus trajetos serem feitos de maneira mais rápida. Ainda sobre as que se deslocam de moto, duas destas acham o caminho feio, tendo duas interpretações para isto, das quais, ou vão desta forma por acham o percurso cansativo, ruim ou alguma outra característica negativa e o transporte auxilia nesse aspecto, ou julgam assim justamente por viajarem em uma maior velocidade e não observam os detalhes que possuem no trajeto,

observado pelas outras 16 crianças que o julgam como bonito, com apenas uma criança que anda a pé acreditando no contrário.

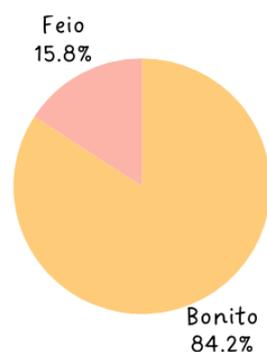
Gráfico 2 - Características do trajeto casa- escola

CARACTERÍSTICAS DO TRAJETO CASA-ESCOLA

LONGO OU CURTO



FEIO OU BONITO

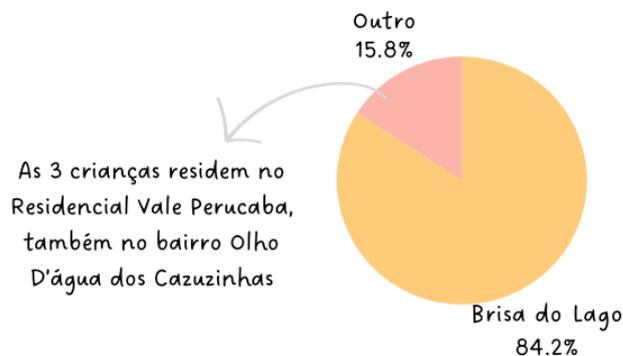


Fonte: Autoral (2023)

Uma das perguntas que não estavam no roteiro foi sobre onde residiam. Foi observado a necessidade em se descobrir sobre isso, após o relato sobre as 3 crianças se deslocam graças ao ônibus escolar. Justamente estas são as únicas que não moram no Residencial Brisa do Lago, conforme o gráfico 3.

Gráfico 3 - Localização da residência das crianças

ONDE MORAM



Fonte: Autoral (2023)

Em decorrência da não realização a dinâmica sobre brincar a rua, houve a substituição por outra pergunta que não estava programada. Foi questionado se as crianças realizavam tal ato, ao que 12 responderam que o fazem costumeiramente, conforme o gráfico 4. Um ponto observado sobre esse tema durante as caminhadas pelas ruas do residencial, é que praticamente não há carros transitando pelas vias locais e mesmo assim, as crianças brincam nas calçadas estreitas e tantas outras talvez não o possam. Isso pode demonstrar como os adultos impõem o seu medo e preocupação nas crianças, o que de certa forma é inconsciente, já que a ideia de os automóveis terem a prioridade nas ruas já está enraizada e há muita falta de sensibilidade de motoristas quanto a crianças aproveitarem a rua para brincar, vide o relato de um dos alunos.

Gráfico 4 - Sobre brincar na rua

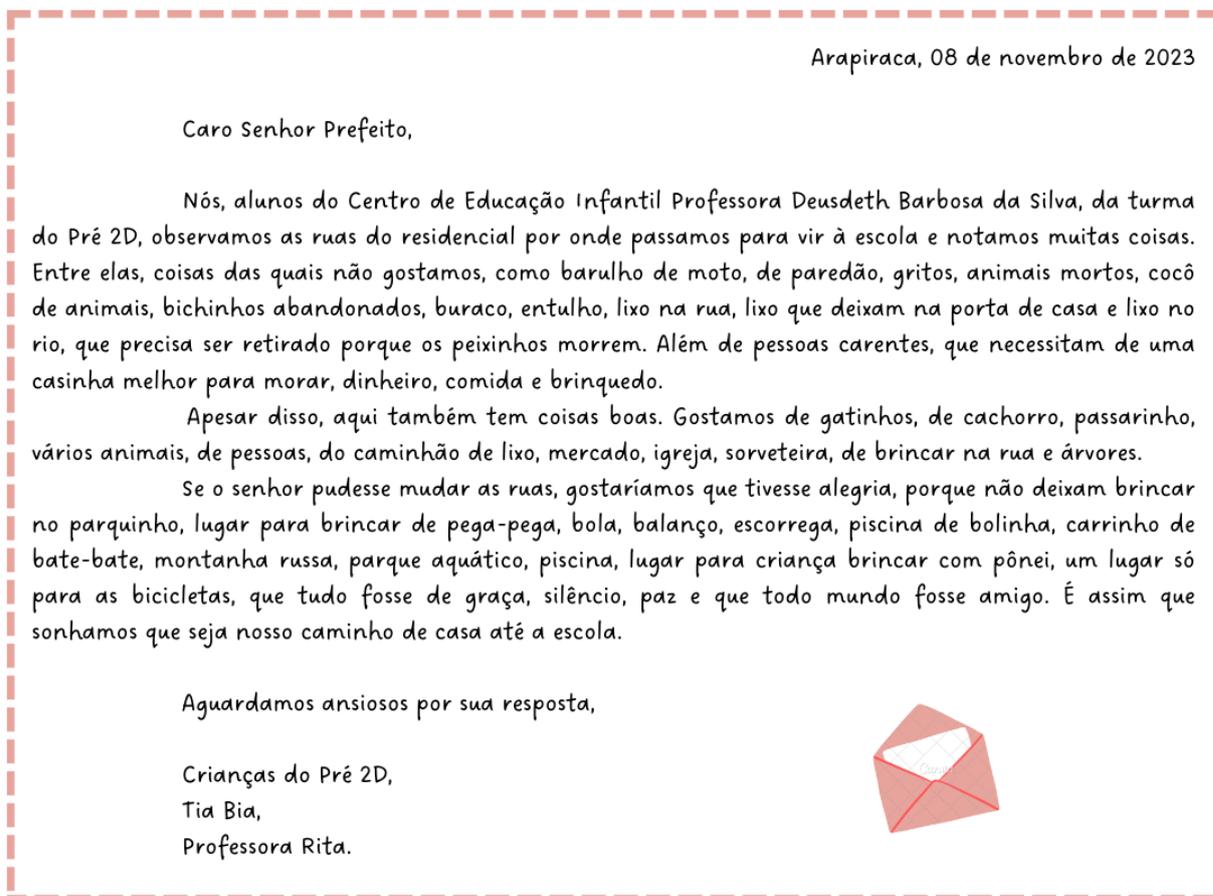
BRINCAR NA RUA



Fonte: Autoral (2023)

A última atividade do dia foi a realização conjunta de uma carta endereçada ao prefeito da cidade de Arapiraca. A carta teve como finalidade demonstrar que as crianças também são cidadãos e que merecem ter suas reivindicações consideradas, além de incentivá-las a pensar no entorno e introduzi-las no planejamento urbano da cidade. Nela, foram reforçados os aspectos negativos e positivos dos trajetos, além de apontamentos sobre como gostariam que estes fossem. Supreendentemente, muitos elementos novos, ou seja, que não apareceram em nenhum desenho, foram abordados, como a grande quantidade de lixo e buracos nas ruas, os ruídos de automóveis e aparelhos de som, animais mortos, além de citarem pessoas em maior vulnerabilidade social. Sobre o que gostariam, foram bastante criativos quando mencionaram um lugar para brincar com pônei, junto de brinquedos comumente achados em parques de diversões e os mais tradicionais.

Figura 62 - Carta para o prefeito produzida pelas crianças



Fonte: Autoral (2023)

A devolutiva, que não foi realizada, seria de grande importância para concluir os objetivos da atividade, além de demonstrar para os alunos como a participação infantil é realmente significativa. Para finalizar todas as atividades, no dia 4 de dezembro, aconteceu a entrega do certificado “Pequeno Grande Cidadão” (figura 63), para os 19 alunos presentes, que reforça a aptidão que as crianças possuem para participar do planejamento do lugar onde vivem e frequentam. Com o término, é possível a continuidade das análises de maneira mais minuciosa.

Figura 63 - Foto do último dia de atividade



Fonte: Autoral (2023)

4.2 Chame todo mundo para brincar de amarelinha²⁸: análise das informações coletadas

Com a conclusão das atividades e comentários iniciais, é possível realizar uma análise mais detalhada sobre os principais elementos e falas. Para essa etapa, serão utilizados os aspectos observados durante a descrição do que não gostam e o que gostariam que tivesse no trajeto, distribuindo-os em quadros e destrinchando os desafios para atendimento do componente, juntamente com o setor do qual essas ações fazem parte, para, por fim, criar as diretrizes que melhorariam o caminho entre casas e a escola para crianças, principalmente na primeira infância e cuidadoras.

Foi utilizado como base, para se categorizar os elementos, a publicação “O jogo como ferramenta: boas práticas urbanísticas para a primeira infância brasileira”, parceria entre o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), a Fundação Bernard van Leer e a Lila Coletiva. O jogo tem como proposta oferecer uma linguagem universal, entendida por acadêmicos, técnicos, gestores públicos e população, onde todos consigam dialogar com o mesmo instrumento. Traz soluções baseados em normas, conhecimento técnico, experiências empíricas

²⁸ AMARELINHA (Pulando Pulando). Intérprete: Xuxa. Compositores: Fred Pereira e Zeh Enrique. In: XUXA só para Baixinhos 7. Intérprete: Xuxa. Rio de Janeiro: Som Livre, 2007. (2:45). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_Dv7e2IOJzI. Acesso em: 03 jun. 2023.

e diretivas do Manifesto Urban95 para a Primeira Infância²⁹, reunindo diferentes eixos para o desenho urbano, contribuindo com o estabelecimento de soluções e guiando decisões que se adequem a diferentes vivências no contexto brasileiro (Urban95, 2021b).

A elaboração dos quadros com as análises das escutas que pontuaram os aspectos negativos, sucedeu novamente o resgate do que foi mencionado durante as explicações sobre os desenhos e a carta. Contudo, esses pontos vêm acompanhados de uma análise que considera se sua extinção ou mitigação é executável, qual é o desafio por trás para que se alcance a concretização dos desejos infantis e ainda qual o eixo em que o problema se encaixa, para estruturação das diretrizes.

Nos desenhos, é observado que os aspectos dos quais não gostam que se apresentam em maior quantidade são relacionados à infraestrutura (quadro 1), que, quando comparado a outros eixos, é o mais está presente no residencial. Ou seja, as crianças só podem criticar aquilo que elas observam diariamente, conhecem e convivem, sendo que dificilmente elas mencionariam, por exemplo, a falta de mobiliários urbanos, pois nunca tiveram acesso a eles naquele local. No eixo da mobilidade, o sinistro de trânsito que ocorreu poucos dias antes nas proximidades da escola merece muita atenção e a menção a ladeira diz respeito a topografia levemente acidentada do residencial, que pode causar uma sensação maior de cansaço em decorrência a um caminho sem estímulos.

²⁹ Esse manifesto, resumidamente, propõe um movimento onde as cidades seriam planejadas considerando uma visão de 95cm a partir do chão, pois essa é a altura de uma criança e 3 anos, onde crianças pequenas e as pessoas que cuidam deles têm o direito de serem realmente consideradas e que as ruas sejam pensadas para crianças (Urban95, 2021a).

Quadro 1 - Análise dos pontos negativos apontados nos desenhos

O QUE NÃO GOSTAM	VIÁVEL	DESAFIO	EIXO
Ladeira	Sim	Qualificar o desenho da via e calçadas.	Mobilidade
Chuva	Não		
Noite	Sim	Reforçar iluminação pública e incentivar uso misto e comércio noturno.	Infraestrutura
Rato	Sim	Garantir saneamento, expandindo o serviço de limpeza urbana e esgotamento sanitário.	Infraestrutura
Criança chorando	Não		
Calor	Sim	Reforçar arborização e parque naturalizado, a fim de mitigar as ilhas de calor.	Infraestrutura
Sinistro de trânsito	Sim	Redução de sinistros de trânsito, principalmente por comumente envolver crianças.	Mobilidade

Fonte: Autoral (2023)

Na carta, outros aspectos não mencionados anteriormente se destacam (quadro 2). Referente a infraestrutura, se observa uma grande deficiência na limpeza urbana, onde se apresentam a variedade de resíduos que as crianças encontram nas ruas e no rio. Visualizando a mobilidade, foi citado o ruído de automóveis, principais responsáveis por esse tipo de poluição que pode causar, além de danos à audição, como perda auditiva e o zumbido, efeitos extra auditivos, como perturbação, desconforto e prejuízo cognitivo, principalmente em crianças (ProAcústica, 2014). Outro ponto a ser destacado é o eixo social, que não será tratado mais profundamente neste trabalho, mas que se mostra bastante urgente sua extinção, já que diz sobre pessoas em vulnerabilidade social extrema, animais abandonados também vulneráveis e outra forma de poluição sonora, os volumes elevados de sons automotivos.

Quadro 2 - Análise dos pontos negativos apontados na carta

O QUE NÃO GOSTAM	VIÁVEL	DESAFIO	EIXO
Ruídos de automóveis	Sim	Mitigar poluição sonora.	Mobilidade
Ruído de música	Sim	Promover campanhas de conscientização em combate a esta fonte de poluição sonora.	Social
Animais mortos/ Entulho/ Lixo/ Cocô	Sim	Garantir saneamento, expandindo o serviço de limpeza urbana.	Infraestrutura
Lixo no rio	Sim	Garantir saneamento, expandindo o serviço de limpeza urbana e preservar a mata ciliar.	Infraestrutura
Animais abandonados	Sim	Levá-los à abrigo de animais e incentivar a adoção solidária.	Social
Buraco	Sim	Qualificação da pavimentação de vias e calçadas.	Infraestrutura
Moradores carentes	Sim	Garantir o acionamento do CRAS.	Social

Fonte: Autoral (2023)

Para elaboração dos quadros com as análises das escutas que pontuaram os aspectos positivos que gostariam de encontrar, o procedimento foi similar. Antes, todavia, os pontos foram distribuídos em colunas que consideram a possibilidade de realização do que foi pedido, dividindo-os em aspectos possíveis e prováveis de serem materializados, falas que podem ter seu sentido literal ressignificado e adaptado, que normalmente diz respeito a brincadeiras, pontos inviáveis ou fora de alcance, onde sentimentos, brinquedos e comportamentos não podem ser determinados pelas intervenções, apesar de poder contribuir com a sua prática e execução, conforme mostrado no quadro 3.

Quadro 3 - Viabilidade dos pontos desejados apontados nos desenhos e carta

POSSÍVEL	PROVÁVEL	RESIGNIFICÁVEL	INVIÁVEL	FORA DE ALCANCE
Mais árvores	Melancias	Corações	Foguete	Mais pessoas na rua
Placa de sinalização	Balanço	Arco-íris	Piscina de bolinha	Alegria
Semáforo	Escorrega	Paredes falsas para proteger do lobo mau	Carrinho de bate-bate	Pega-pega
Lugar só para bicicletas		Túnel formando um caminho para os gatos	Piscina	Bola
		Montanha-russa	Lugar para brincar com pônei	Silêncio
		Parque aquático		Paz
		Tudo de graça		Todo mundo ser amigo

Fonte: Autoral (2023)

Após a divisão das análises em suas respectivas colunas, os pontos que se enquadram em aspectos possíveis, prováveis e ressignificáveis foram dispostos em outro quadro (quadro 4). Neste é exibido qual é o desafio por trás para que se alcance a concretização do que almejam as crianças e ainda qual o eixo em que o ponto se encaixa, para estruturação das diretrizes, assim como feito anteriormente. Como resultado, outros três eixos foram criados (espaços livres, atividades e planejamento), evidenciando como as crianças gostariam de passar mais tempo ao ar livre, a necessitando de um espaço qualificado e atividades educacionais, culturais e de lazer. Para ações a favor da mobilidade, é um desafio o controle do tráfego de veículos e apoio a mobilidade ativa, assim como no diz que a infraestrutura, com o desejo por reforçar a arborização, que apesar de bastante presente, principalmente nas áreas verdes e canteiro central, parecem ser insuficientes para atender as demandas da primeira infância.

Quadro 4 - Análise dos pontos desejados e viáveis apontados nos desenhos e carta

O QUE GOSTARIAM	DESAFIO	EIXO
Mais árvores	Reforçar arborização nas vias e praças, considerando aspectos que vão além do sombreamento e também outros portes.	Infraestrutura
Placa de sinalização e semáforo	Implementação de componentes para melhorar a mobilidade, principalmente no entrono da escola, para reduzir possíveis sinistros de trânsito que ali ocorram.	Mobilidade
Lugar só para bicicletas	Qualificar o desenho da via, apoiando a mobilidade ativa.	Mobilidade
Melancias	Criação de atividade comunitária de hortas urbanas e incentivo a árvores frutíferas.	Atividades
Balanço e escorrega	Habitados com brinquedos tradicionais, as crianças não conhecem outros equipamentos mais apropriados para o desenvolvimento da autonomia e espontaneidade. É possível a instalação dos elementos citados, mas é preciso incentivo à brinquedos e mobiliários menos padronizados.	Espaços livres
Corações e arco-íris	O elemento é desenhado com o sentido de se gostar do trajeto e achá-lo agradável e bonito. Para isso, as crianças precisam expressar suas opiniões e sugestões, assegurando a participação das crianças no planejamento das cidade.	Planejamento
Paredes falsas para proteger do lobo mau/ Túnel formando um caminho para os gatos/ Montanha-russa	As falas podem inspirar para a criação e adequação de mobiliário para o público infantil, que possibilitem a consciência corporal e liberdade de movimentação.	Espaços livres
Parque aquático	Adequação de espaços para o público infantil, como parques naturalizados, que utilizam elementos naturais, como madeira, areia e água.	Espaços livres

O QUE GOSTARIAM	DESAFIO	EIXO
Tudo de graça	Criação e divulgação de atividades culturais, educacionais e de lazer em espaços públicos, que usufruam dos elementos e benefícios que ocorrerão nos espaços pós intervenções. Ocupação de lotes vazios, tanto com as atividades como com mobiliários lúdicos e de apoio a cuidadoras.	Atividades

Fonte: Autoral (2023)

Com a criação de cinco eixos, embasados nos principais desafios relatados pelas crianças, mostra-se necessária a criação de um sexto eixo, que busque garantir a perpetuação das intervenções e melhorias nas diretrizes, baseando-se nas percepções de outras crianças, de outras idades e realidades, e na vivência diária em comunidade. Assim, além dos eixos de mobilidade, espaços livres, atividades, infraestrutura e planejamento, será mostrado as diretrizes para monitoramento, com estratégias e ações imprescindíveis para requalificar o espaço livre público, pensado por crianças de 5 ou 6 anos, exclusivamente para o residencial Brisa do Lago.

4.3 Eu quero ver, tindolelê, nheco nheco, xique, xique, balancê³⁰: implementação das diretrizes

Os desenhos e falas das crianças evidenciaram diversos problemas que precisam ser solucionados com ações de curto prazo, porém efetivas, duráveis e que se adequem ainda mais as todas as crianças, para criar espaços que atendam suas necessidades e, conseqüentemente, de demais moradores. Como dito anteriormente, o Plano Diretor de Arapiraca, especificamente o capítulo 3 sobre mobilidade e acessibilidade, e o Plano Municipal da Primeira Infância, com a ação de ofertar atividades pedagógicas extramuros, apresentam algumas diretrizes das quais se repetem, no entanto, aqui é detalhado como essas questões podem ser postas em prática. Esse resultado só foi possível após a realização das atividades com as crianças e passeios pelas ruas do conjunto habitacional, já que “nas áreas urbanas existentes, um ponto de partida óbvio seria estudar a vida na cidade como de fato é e, então, utilizar essa informação para elaborar planos sobre como e onde reforçá-la” (Gehl, 2015, p. 209).

³⁰ TINDOLELÊ. Intérprete: Xuxa. Compositores: Cid Guerreiro e Dito. In: XOU da Xuxa 4. Intérprete: Xuxa. Rio de Janeiro: Som Livre, 1989. (4:04). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OrMyaNuYLM0>. Acesso em: 03 jun. 2023.

É importante ressaltar a participação infantil, isso porque dar a autoria às crianças abre novas possibilidades de perspectivas além das que são reconhecíveis e enquanto à pesquisa, deve sustentar a autoria composta entre adultos e crianças (Dornelles, Fernandes, 2015).

Como pesquisadores de crianças que somos, agimos como “crianças” que não sabem previamente a resposta, porque os problemas que se colocam interrompem seus hábitos de pensar e de ser, ensaiam pensar diferentemente desses modos ao aceitar o desafio de investigar com crianças, mesmo que isso implique na mudança do que são em si ou para si mesmos e para os outros.

Buscamos o movimento em que, concomitantemente, o pesquisador se emancipa e é o cúmplice da infância [...] (Dornelles, Fernandes, 2015, p.73).

Além das crianças, a publicação “O jogo como ferramenta: boas práticas urbanísticas para a primeira infância brasileira”, também foi de grande importância, para a confirmação da efetividade e aplicabilidade das diretrizes. Estas têm como objetivo a melhoria das condições de deslocamentos que ocorrem de uma maneira ativa, principalmente a pé, priorizando a primeira infância, qualificando as principais vias que conectam as casas até a escola, evidenciando todo o potencial do território. Essa experiência pode servir como base para a realização de ações concretas no residencial ou referência para interações com crianças de outras áreas da cidade, melhorando territórios de menor escala para atrair mais crianças para o espaço livre público, aumentando a qualidade de vida dos moradores e fomentando a vitalidade urbana.

Como dito, foram adotados 6 eixos: mobilidade, espaços livres, atividades, infraestrutura, planejamento e monitoramento, cada qual com diretrizes, estratégias e ações específicas, baseadas na literatura sobre a temática, estudos de projetos em outras localidades, experimentação do cotidiano no residencial e experiências relatadas pelas crianças.

4.3.1 Mobilidade

Durante este trabalho, foi bastante comentado sobre a via arterial que compreende todo a malha viária, seu impacto e como as pessoas se aproveitam daquele espaço de uma outra maneira. Todavia, um elemento das vias que também merece destaque são as calçadas, onde ocorrem muitas das interações entre os moradores, além de manifestar para pessoas que estão na localidade de passagem sobre a identidade e a cultura daquele lugar. O lazer coletivo, mais do que em praças, acontece no passeio, pela proximidade de suas casas, por serem mais bem vigiadas, pela familiaridade com os vizinhos, onde a calçada vira uma espécie de praça linear (Santos, 1988). Além da via arterial e das calçadas, o quadro 5 e a figura 64 apresentam diretrizes para o eixo mobilidade, que aborda sobre sinalização e mobilidade ativa.

Quadro 5 - Diretrizes para o eixo mobilidade

Eixo: Mobilidade		
<p>Diretriz 01: "Para brincar no parquinho"- Davi, 5 anos. Instruções sobre modificações nas vias.</p>		
<p>Estratégia 01: Modificar a configuração viária atual para atender os quesitos considerados nestas diretrizes.</p>		
<p>Ação 01: Bloquear o leito carroçável à direita (se observado pelos mapas exibidos anteriormente) da Rua Cacilda Soares da Silva e parcialmente a Rua Odilon Tenório Cavalcante, para veículos, através de balizadores e sinalizações.</p>	<p>Ação 02: Alterar a rota para veículos que se deslocam em direção a saída do residencial (sentido AL-115), encaminhando-os até as vias coletoras, tanto à direita (Rua Damiana Correia de Albuquerque), quanto à esquerda (Rua Manoel Vitalino da Silva).</p>	<p>Ação 03: Adequar o canteiro central, promovendo sua conexão em cruzamentos de vias, impedindo que algum veículo invada a pista destinada às crianças e sua abertura nos meios de quadra, possibilitando a passagem de pedestres de um lado ao outro da via. Caso a impossibilidade de conexão entre os trechos do canteiro central, utilizar outro meio para garantir sombreamento, como caramanchão.</p>
<p>Diretriz 02: "Parede falsa para proteger do lobo mau"- Lorryne, 6 anos. Instruções sobre sinalização para a segurança das crianças.</p>		
<p>Estratégia 01: Prever sinalizações para segurança viária, principalmente das crianças e dos moradores que se aproveitarem da mobilidade ativa.</p>		
<p>Ação 01: Instalar sinalizações para motoristas, visando a redução da velocidade e controle de tráfego. Essas sinalizações, verticais e horizontais, indicarão zonas com velocidade reduzida, zona escolar, pintura do leito carroçável para extensão da calçada e faixa de pedestre em locais que usualmente os moradores podem atravessar, como em frente a UBS e a via que dá acesso a EEFTI Prof^a Maria Cleonice Barbosa de Almeida, entre outros.</p>	<p>Ação 02: Conceber a elevação de piso em todo o trecho do cruzamento associado com o uso de balizadores, para delimitar a circulação de veículos e forçar os motoristas a diminuir a velocidade.</p>	

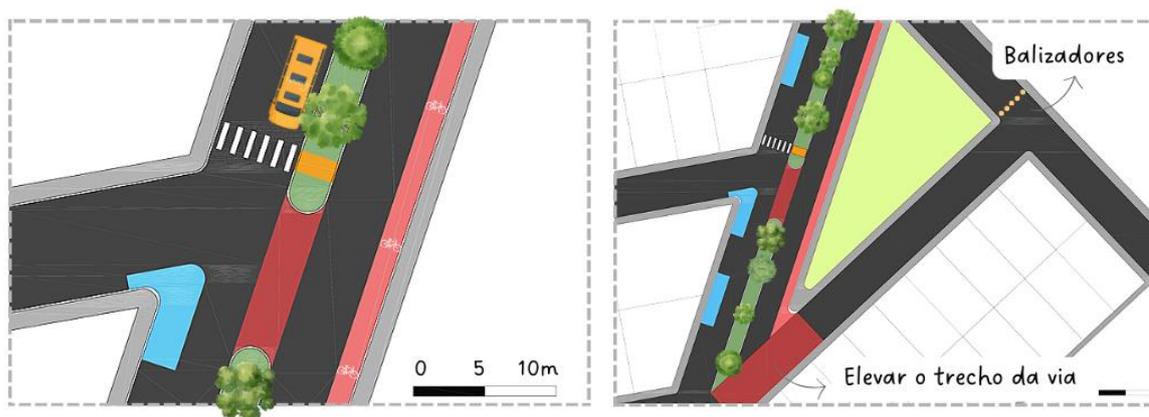
Eixo: Mobilidade	
Estratégia 02: Prever sinalizações direcionada às crianças, estimulando a aprendizagem ativa e preservação dos equipamentos públicos.	
Ação 01: Instalar sinalizações que reforcem a interação da criança com o meio, utilizando de uma identidade visual lúdica, com cores e ilustrações que encorajem a leitura, a fala, escrita e observação do entorno, também estimulando a coordenação motora.	
Diretriz 03: “Um lugar só para as bicicletas”- Leoni, 6 anos. Instruções sobre mobilidade ativa.	
Estratégia 01: Possibilitar um espaço acessível para caminhar, aumentando a segurança viária e interação social, qualificando áreas de convivência comunitária.	
Ação 01: Qualificar as calçadas existentes, adaptando- as conforme a NBR 9050 e fiscalizando para as alterações serem realizadas, garantindo a maior dimensão possível e a acessibilidade, sendo um espaço confortável aos pedestres.	Ação 02: Estender as calçadas, avançando sobre a faixa de estacionamento da via arterial, em meios de quadra onde não se tenha algum serviço onde veículos precisam de acesso, como a UBS, por exemplo. Mudar cor do asfalto, adicionar infraestrutura verde, mobiliário, balizadores e mobiliário lúdico.
Estratégia 02: Adequar a via para a criação de uma ciclofaixa, estimulando o transporte não motorizado	
Ação 01: Viabilizar a criação de uma ciclofaixa ao longo da Rua Cacilda Soares da Silva, possibilitando com transporte seguro, confortável, acessível e eficiente, instalando também bicicletários.	

Fonte: Autoral (2023)

Figura 64 - Representação das diretrizes do eixo mobilidade



DIRETRIZ 1 E 2: MODIFICAÇÃO NAS VIAS/ SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA



LEGENDA:

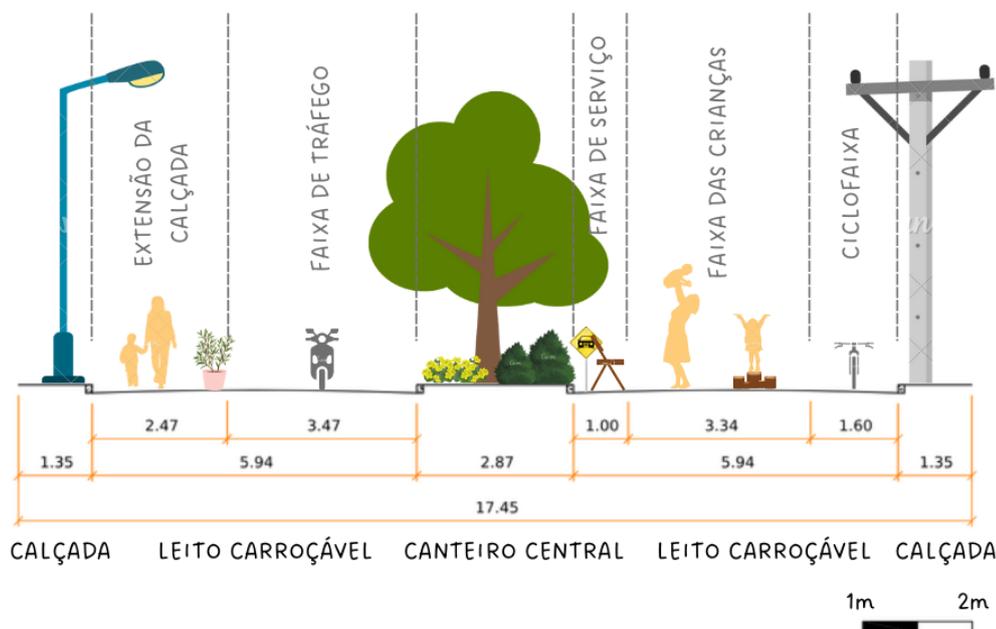
- | | | |
|---|--|---|
| Centro de Educação Infantil Profª Deusdeth Barbosa da Silva | Escola de Ensino Fundamental em Tempo Integral Profª Maria Cleonice Barbosa de Almeida | Praça Comunitária |
| Rota de veículos AL-> Bresa do Lago | Rota de veículos Bresa do Lago-> AL 115 | Rota da intervenção |
| Construir | Demolir | Extensão da calçada |
| | | Ciclofaixa |
| | | Trajeto mais longo entre uma casa e a via |

EIXO MOBILIDADE

DIRETRIZ 03: MOBILIDADE ATIVA



A única porcentagem que permanece igual é o canteiro central, com 16,45%. Agora para bicicleta são 9,17% da via, veículos com 34,04% e crianças e pedestres com 40,34%. Quando há possibilidade de extensão da calçada, o percentual chega a 19,88% para automóveis e 54,50% para pedestres.



Fonte: Autorial (2023)

4.3.2 Espaços livres

Defendido por Jane Jacobs, o uso das ruas, além da segurança, oferece aprendizado e noções do mundo que apenas se adquire nelas. Para a autora, um requisito para que esse aprendizado ocorra é que locais de trabalho e comércios se mesquem às residências, viabilizando, assim, oportunidades para as crianças brincarem e crescerem em um cotidiano composto por pessoas de todos os tipos, em espaços diversificados e com vida. Em virtude disso, tirar os pequenos das calçadas e ruas, para colocá-los em *playgrounds* e parques, além de não os proteger, os priva de uma fase primordial de aprendizado (Jacobs, 2011).

Para promover a volta das crianças às ruas, uma estratégia de implementação de projetos de uma maneira rápida e eficiente é o urbanismo tático. As intervenções acontecem utilizando de materiais de baixo custo, como tinta, balizadores, tachões e cones, atrelados a mobiliários urbanos, normalmente de materiais naturais, como madeira e o uso de *pallets*, vasos de planta, jardineiras, guarda-sol, entre outros. Essa prática é mais utilizada em contextos que,

além da necessidade de uma mudança imediata, não se consiga realizar projetos mais onerosos, não significando, necessariamente, que as intervenções que utilizam do urbanismo tático são de qualidade inferior, sendo justamente o contrário e conseguindo atribuir novos sentidos para os lugares, criando ambientes mais agradáveis.

Quadro 6 - Diretrizes para o eixo de espaços livres

Eixo: Espaços livres		
Diretriz 01: "Gostamos de pessoas" - Lana, 6 anos. Instruções sobre contribuir com o brincar.		
Estratégia 01: Devolver as crianças às ruas, com ações permanentes na Rua Cacilda Soares da Silva e Odilon Tenório Cavalcante.		
<p>Ação 01: Transformar uma pista da Rua Cacilda Soares da Silva e a Rua Odilon Tenório Cavalcante em ruas de brincar através do urbanismo tático a partir das demandas da primeira infância, priorizando pedestres. É necessária a inserção de mobiliários, melhorias na infraestrutura, espaços verdes, atividades, entre outros componentes que serão citados em outros eixos. Com isso, torna-se uma rota segura para a permanência das crianças e circulação dentro do residencial, inclusive direcionando até o CEI. É importante demonstrar o bloqueio definitivo para veículos de um lado da via com a implementação de balizadores</p>	<p>Ação 02: Criar pontos brincantes na outra pista da Rua Cacilda Soares, sendo extensões da calçada para melhor mobilidade, ocupando a faixa reservada para o estacionamento com mobiliários. Poderia receber o nome de "criafaixa", em referência à ciclofaixa, mas sendo a área de crianças, com mobiliários lúdicos.</p>	
Estratégia 02: Adequar a Praça Comunitária, espaço que já era destinada às crianças, e as áreas verdes para ampliar a rede de espaços verdes e de convívio e contemplação.		
<p>Ação 01: Transformar a Praça Comunitária em um parque naturalizado, utilizando de elementos naturais, como madeira, pedra, areia, bambu, água, entre outros, incentivando experiências sensoriais e corporais e criando um local lúdico que promove o brincar livre na natureza.</p>	<p>Ação 02: Aproveitar da grande massa arbórea da área verde no limite inferior do residencial para criação de uma área de permanência e contemplação, com a presença de mobiliários e diversificação de massas arbóreas.</p>	<p>Ação 03: Incentivar a preservação e continuação do EcoBrisa, com visitas de mais crianças e promoção de mais atividades culturais, de lazer e saúde, podendo essas atividades se estenderem as vias da intervenção.</p>

Eixo: Espaços livres

Diretriz 02: "Que tudo fosse de graça" - Leoni, 6 anos.
Instruções sobre mobiliários.

Estratégia 01: Elaboração e instalação de mobiliários que reforcem o uso pelo público infantil, gerando aprendizagens ativas por parte as crianças.

Ação 01: Planejar mobiliários adequados para a primeira infância, com diferentes alturas e funções, que auxiliam no desenvolvimento cognitivo e motor, além de estimular a criatividade e autonomia, com uso de materiais naturais, que promovem diferentes texturas e experiências. Pode-se oferecer os brinquedos tradicionais, preferencialmente seguindo os mesmos materiais.

Ação 02: Instalar mobiliários urbanos, como bancos, revitalização de pontos de ônibus, entre outros, que atendam aos moradores e favorecem sua permanência no espaço público, atrelando a uma perspectiva lúdica e que se adeque a escala infantil.

Estratégia 02: Elaboração e instalação de mobiliários para apoio das cuidadoras, estimulando a presença delas e das crianças nos espaços públicos.

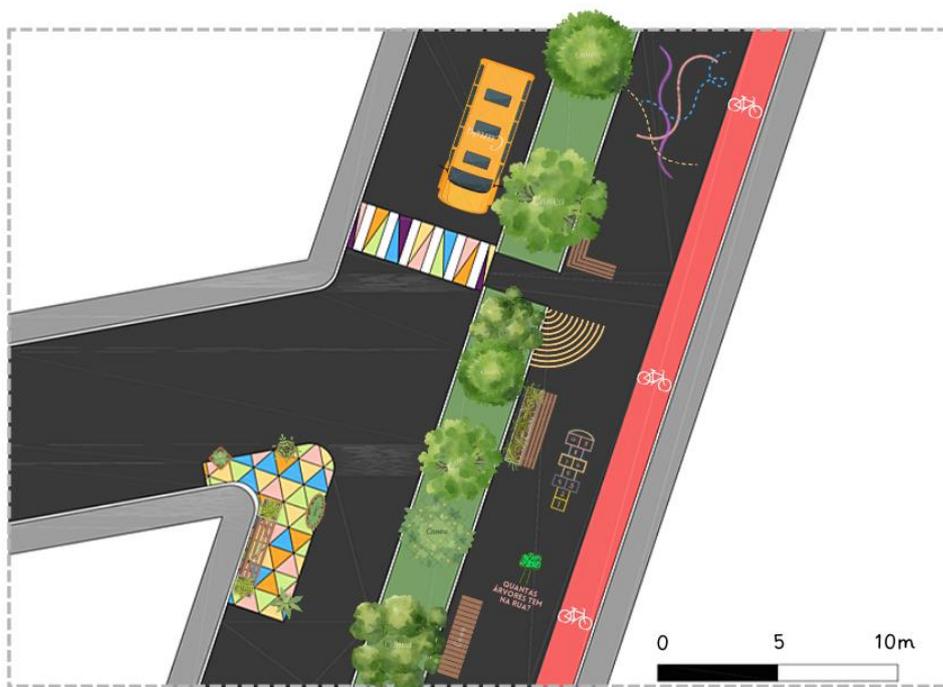
Ação 01: Instalar mobiliários como trocadores, aparadores e bancos mais confortáveis para a amamentação, facilitando o cotidiano e tornando o cuidado com as crianças mais agradável, incentivando a permanência delas e de crianças, principalmente as mais novas.

Fonte: Autoral (2023)

Figura 65 - Representação das diretrizes do eixo espaços livres

EIXO ESPAÇOS LIVRES

DIRETRIZ 1 E 2: SOBRE URBANISMO TÁTICO E MOBILIÁRIOS



DIRETRIZ 1: SOBRE PRAÇA NATURALIZADA

Proporcionar oportunidades para: Ficar em pé



Escalar



Engatinhar



Equilibrar-se



Fonte: Urban95 (2019)

Fonte: Autoral (2023)

4.3.3 Atividades

Ao se pensar em atividades para serem realizadas pelas crianças, principalmente em espaços livres públicos, é preciso considerar todo o potencial educativo do território, como expressa Lima (1983), onde, para que um espaço se apresente como um pilar educador é preciso de se ofereça a oportunidade de apropriação pela criança, e isso só ocorre com a oferta de programas para serem realizadas ao ar livre. É preciso também pensar na relação entre a escola e o território, já que os saberes tradicionais são transmitidos dessa instituição, podendo proporcionar uma integração entre esses conhecimentos com os aprendidos na rua, através da brincadeira, da exploração e do convívio com a vizinhança. Atividades que integram e potencializam as ruas ao entorno podem ser vistas no quadro 7.

Quadro 7 - Diretrizes para o eixo atividades

Eixo: Atividades	
Diretriz 01: "Que todo mundo fosse amigo"- Sara, 5 anos. Instruções sobre a integração entre as crianças, as ruas a escola e a comunidade.	
Estratégia 01: Devolver as crianças às ruas, engajando-as a se apropriarem do residencial e estimulando o desenvolvimento da autonomia infantil.	
Ação 01: Implementar um projeto semelhante ao Carona a Pé, criando na cidade de São Paulo-SP, que consiste em conduzir um grupo de crianças que moram próximas até a escola, acompanhados por adultos treinados para tal responsabilidade, incentivando e tornando mais segura o deslocamento a pé das crianças entre a casa e a escola. Pode até atender os alunos que moram em outra localidade, com o ônibus escolar os deixando em um ponto para que juntem aos demais que já moram no residencial.	Ação 02: Possibilitar as brincadeiras nas vias, principalmente as locais, com o fechamento total ou parcial para os pedestres, de forma temporária, aos finais de semana e feriados, favorecendo a execução de atividades recreativas voltadas para o público infantil.

Eixo: Atividades	
Estratégia 02: Integrar o CEI Professora Deusdeth Barbosa da Silva ao Brisa do Lago, fortalecendo a convivência comunitária.	
<p>Ação 01: Ampliar os espaços escolares, apropriando-se de espaços livres públicos que ficam no entorno, como a própria rua e a Praça Comunitária, com visitação constante para diversificar as vivências escolares e ampliar o tempo ao ar livre.</p>	<p>Ação 02: Promover atividades além das educacionais na escola, como lazer, culturais, de geração de renda e esporte, para as crianças e familiares, ampliando a interação da escola com a comunidade. Essa ação poderia ser intensificada com as crianças no período chuvoso de Arapiraca, já que dificilmente aproveitariam a rua.</p>
Diretriz 02: "Gostaria que tivesse melancia" - Lorrayne, 6 anos. Instruções sobre integração entre criança e natureza.	
Estratégia 01: Integrar as crianças a natureza com o auxílio do projeto EcoBrisa, promovendo a educação ambiental.	
<p>Ação 01: Criar hortas urbanas comunitárias, se aproveitando dos lotes vazios ao longo da via arterial. São cultivadas pelos próprios moradores, podendo destinar os alimentos produzidos para a própria escola.</p>	<p>Ação 02: Promover a compostagem comunitária, para abastecer a própria horta urbana, com a reciclagem de resíduos orgânicos e sensibilização de crianças e seus familiares.</p>

Fonte: Autoral (2023)

Figura 66 - Representação das diretrizes do eixo atividades

EIXO ATIVIDADES

DIRETRIZ 01: CRIANÇA NAS RUAS

Carona a Pé

Um adulto acompanhando as crianças, que possuem identificação, até a escola.



Fonte: Instituto Alana (2017)



Fonte: Cultura Jundiaí (2023)

Ruas de Brincar

Fechamento da via para brincadeiras, sendo necessária sinalizações para motoristas.

DIRETRIZ 02: CRIANÇA E NATUREZA



Fonte: CicloVivo (2017)

Hortas comunitárias com direito a minhocários e plantas medicinais.

Fonte: Autorial (2023)

4.3.4 Infraestrutura

O eixo de infraestrutura foi o mais citado como problemático pelas crianças, e,

mesmo que superior se comparado com outros conjuntos habitacionais, se mostrou insuficiente. Investir em saneamento básico, arborização, iluminação e pavimentação, pode melhorar consideravelmente a mobilidade, sendo potencializado quando instalados pontos para incentivar a permanência no espaço. Aperfeiçoar esses elementos são as medidas mais demoradas de toda intervenção, mas extremamente importante para o total aproveitamento do espaço. Sem elementos de infraestrutura, as pessoas depredariam as vias, descartando lixo em locais inadequados, não frequentaram em dias de sol e no período noturno, reclamariam do calor e da sensação de insegurança. As medidas para prover infraestrutura adequada, estão no quadro 8.

Quadro 8 - Diretrizes para o eixo infraestrutura

Eixo: Infraestrutura	
Diretriz 01: "Deixam lixo na nossa porta"- Lah, 6 anos. Instruções sobre melhorias na infraestrutura.	
Estratégia 01: Reforço ao saneamento ambiental, principalmente a coleta de resíduos sólidos, aumentando a salubridade no residencial e melhorando a qualidade de vida.	
Ação 01: Realizar a limpeza das vias, e campanhas de conscientização para que os moradores descartem seus resíduos de uma forma adequada.	Ação 02: Projetar lixeiras urbanas, preferencialmente as que incentivem a separação do lixo para reciclagem, atrelado com políticas públicas de coleta desse lixo.
Estratégia 02: Qualificação da arborização nas vias, diminuindo as ilhas de calor, formando um microclima mais ameno e intensificando o elo entre criança e natureza.	
Ação 01: Em parceria com o EcoBrisa, realizar o plantio de mais árvores, examinando os detalhes das espécies para evitar danificação de estrutura de calçadas, do canteiro central ou atração de animais indesejados e espécies com algum tipo de toxicidade. Diversificar as espécies, integrando as frutíferas e com florações variadas, contribuindo com diferentes estímulos para as crianças.	Ação 02: Projetar um paisagismo brincante, incluindo outros portes, como arbustos, nas bordas do canteiro central, para a proteção contra a fumaça dos escapamentos dos veículos, já que é um proteção natural na altura da respiração das crianças. Além de gramas e forrações, que possibilitam novas texturas para engatinhar e caminhar descalço.

Eixo: Infraestrutura	
Estratégia 03: Reforço à iluminação urbana, aumentando a segurança da população e possibilitando brincadeiras e mobilidade ativa a noite.	
Ação 01: Mapear os postes de iluminação existentes e verificar se são adequados, no que se refere a distanciamento, altura, se estão presentes nos dois lados da via arterial, uso de lâmpadas de LED.	Ação 02: Instalar iluminação de piso, poste balizador e poste de luz de jardim (que são mais baixos que o convencional). No entanto, não banalizar a iluminação usual, já que esses tipos de iluminação mencionados podem gerar sombras no rosto, dificultando a visualização e identificação das pessoas.
Estratégia 04: Utilizar, de maneira sustentável, de pavimentos que permitem o conforto térmico, a drenagem da água da chuva e a redução de ruídos, além da acessibilidade.	
Ação 01: Utilizar da pavimentação urbana sustentável na construção de qualquer equipamento comunitário nos lotes vazios ao longo da via arterial, incluindo pavimentos permeáveis, como grama e seixos, bloco de concreto vazados e intertravados. É importante pensar sempre na acessibilidade, como de carrinhos de bebê e cadeira de rodas, por exemplo.	
Diretriz 02: "Brincar na rua e árvores"- Lavi, 6 anos. Instruções sobre infraestrutura de apoio às crianças.	
Estratégia 01: Executar maneiras de apoiar crianças, cuidadoras, pedestres e comerciantes de rua a ficarem durante mais tempo nas vias de intervenção.	
Ação 01: Projetar banheiros comunitários e bebedouros públicos com abastecimento de água potável, que fiquem localizados em um ponto estratégico da via, em um lote atualmente vazio, com dimensões adequadas à primeira infância e auxilie as cuidadoras.	

Fonte: Autoral (2023)

4.3.5 Planejamento

Para o planejamento de qualquer intervenção na cidade é fundamental a consulta e participação de diferentes representações dos grupos sociais. Podem participar das escutas e dinâmicas, o poder público, associações de moradores, ONGs, toda uma comunidade, em casos de possibilidade e escala de intervenção reduzida, instituições de ensino, entre outros. O que verdadeiramente importa é a valorização do saber informal, onde quem concebe o espaço urbano é quem vive no lugar, independente de conhecimento técnico. Em uma intervenção que

se propõe incentivar a volta das crianças à rua, a etapa de escuta é primordial, contudo, não deve se resumir a isso, ofertando a possibilidade da participação em todas as etapas da intervenção, incluindo sua execução, conforme quadro 9.

Quadro 9 - Diretrizes para o eixo de planejamento

Eixo: Planejamento		
Diretriz 01: "Lugar para criança brincar com pônei"- Carol, 5 anos. Instruções sobre participação das crianças no planejamento das cidades.		
Estratégia 01: Introduzir a representatividade das crianças na tomada de decisão das políticas públicas, reconhecendo sua cidadania e direito a participar.		
Ação 01: Proporcionar a escuta ativa para compreender as diferentes necessidades das crianças, diversificar soluções e aumentar sensação de apropriação do espaço, através de produção de desenhos e rodas de conversas, como a realizada neste trabalho, perfil em rede social para reunir e receber mídias que retratem o olhar da criança para a cidade.	Ação 02: Criar instrumentos de cooperação, como associação dos moradores com conselhos formados por crianças, editais que apoiem projetos que incluem a primeira infância e políticas públicas de promoção de encontros, para a criação de propostas que consideram a infância, como o Comitê das Crianças, em Jundiaí-SP, já citado neste trabalho.	Ação 03: Envolver as crianças na execução da intervenção realizada, para também aumentar sensação de apropriação do espaço e pertencimento.

Fonte: Autoral (2023)

4.3.6 Monitoramento

O objetivo do monitoramento é assimilar a forma em que os moradores e principalmente o público-alvo usufrui do espaço a das atividades propostas nas diretrizes anteriores, provocando mudanças, atualizações e melhorias nas diretrizes e equipamentos, adição de outras ações ou retirada, manutenção, reflexões e inspirações para outros locais da cidade. Antes de fiscalizar o resultado físico de uma intervenção, é preciso criar formulários com perguntas, entrevistas, ou atividades, como rodas de conversa, para entender que informação se quer descobrir sobre o espaço e como serão trabalhados os dados coletados. As ações de monitoramento, por ora, mais adequadas para a intervenção proposta no residencial

Brisa do Lago estão descritas no quadro 10.

Quadro 10 - Diretrizes para o eixo de monitoramento

Eixo: Monitoramento		
Diretriz 01: "Que tivesse alegria" - Kawe, 6 anos. Instruções sobre como monitorar a intervenção nas vias.		
Estratégia 01: Acompanhar os impactos da intervenção, para manutenção e possíveis atualizações das políticas públicas locais.		
Ação 01: Aplicar questionários qualitativos sobre qualidade e satisfação sobre aspectos elementos físicos, como do eixo mobilidade, infraestrutura e espaços de brincar, como de atividades, ouvindo, claro, a opinião das crianças. Esses questionários podem ser realizados de maneira <i>online</i> , ou durante reuniões com lideranças comunitárias, quanto <i>in loco</i> .	Ação 02: Mapear o comportamento dos usuários, podendo até haver uma contagem, principalmente nos horários de entrada e saída da escola, usos e atividades, para levantamento das potencialidades e conclusão das intervenções.	Ação 03: Observar os espaços públicos que sofreram a intervenção, com o objetivo de identificar qualquer problema, como equipamentos quebrados, pintura desbotada, entre outros, para realização de manutenção, incentivando também o cuidado comunitário com o bem público.

Fonte: Autoral (2023)

As diretrizes sintetizam ações rápidas planejadas para as duas vias e seu entorno, configurando uma escala menor que conseguiria impactar toda a vizinhança e pode ser materializado de modo colaborativo, com uma parceria entre órgãos públicos e iniciativas populares, sendo inicialmente implementadas no residencial Brisa do Lago, e com o engajamento popular, se expandindo para outros lugares.

O que se espera é que as crianças tenham todo o suporte para se desenvolverem e que seu direito à cidade seja garantido e respeitado, que aprendam em ambientes fora do domínio escolar e vivam em uma comunidade afetuosa. Esse trabalho tem como intenção, permitir que as crianças estudantes do EEFTI Prof^a Maria Cleonice Barbosa de Almeida e, principalmente, os alunos do CEI Prof^a Deusdeth Barbosa da Silva, caminhem até a escola de uma forma segura e autônoma, brincando e sendo feliz.

5 EU MANDAVA LADRILHAR...

A criança, como qualquer outro cidadão, tem o direito à cidade. Ela deve poder vivenciar as próprias experiências desde cedo, ir e vir com autonomia, seguir ou parar de acordo com sua vontade ou se algo chamar sua atenção, e assim, ir conhecendo a rua, o bairro, a cidade e o mundo onde vive. Para isso, a cidade, e principalmente o bairro, deve ser pensada como com conjunto de equipamentos em que todos precisam ter acesso, onde o território precisa ser educador. O aprendizado não deve se limitar ao edifício educacional e o lazer ao *playground*, mas sim coexistir no espaço todo. E assim, o domínio da rua, leva ao domínio do bairro, que significa uma apropriação futura da cidade.

Tudo se inicia pelo domínio de seu trajeto casa-escola, que está inserido nesse contexto, conectando toda rede de equipamentos. No entanto, para que ocorra uma conexão efetiva, é necessário preparar as cidades para receber as crianças e preparar as crianças para atuar e investir nas cidades. Para isso, é preciso empoderar as crianças do seu direito de cidadão e do poder de transformação que elas podem gerar, através de suas necessidades e linguagens e conceber adultos sensibilizados para as questões das infâncias urbanas. Como diz Francesco Tonucci (2006),

Quando as crianças puderem ir sozinhas para a escola e sair para brincar com os amigos em espaços públicos, então os avós, as pessoas com deficiência e os cidadãos em geral poderão reviver a experiência do caminhar e do encontro. Somente quando as crianças puderem sair de casa, conhecer outras crianças e viver com elas as experiências do jogo sem o controle direto dos adultos é que poderão se envolver plenamente nesse jogo que os levará a grandes conquistas (TONUCCI, 2006, p.63, tradução nossa).

Entretanto, há outras questões envolvidas na relação entre criança e cidade que não puderam ser destrinchadas neste trabalho. Um exemplo são os argumentos relacionados à classe social, cor ou raça e gênero, atrelado a facilidade de acesso a espaços livres, com poucas menções à estratificação interna, provocando a sensação de que o grupo social composto por crianças seria homogêneo. Especificamente sobre gênero, meninas têm necessidade diferentes de meninos, sendo estes visivelmente mais atendidos nos espaços livres. Um exemplo disso é a construção de quadras poliesportivas, que incentivam o jogo de futebol, esporte ainda muito atrelado ao universo masculino. Tanto que, na figura onde aparece a placa de sinalização que mostra uma criança brincando, esta é representada por um menino jogando bola. No entanto, se esse menino for negro e pobre, é vítima mais frequentes de violência urbana, sendo constantemente criminalizado. Se buscou, com as diretrizes, o atendimento às mais diversas crianças, mesmo sem a discussão sobre essas questões, que são muito complexas e extensas.

Uma questão citada, mas novamente sem um aprofundamento sobre o tema, foi a necessidade de se pensar nos cuidadores, tratados no feminino no decorrer do trabalho por serem uma grande maioria, ao menos naquela localidade. É importante que, durante uma intervenção focada na infância, se escute também os pais e cuidadores, tanto para facilitar a permanência das crianças nos espaços, como para criarem uma rede de apoio, por enfrentarem desafios parecidos quanto ao desenvolvimento dos pequenos, aumentando a interação social entre eles. Isso pode ser feito ofertando rodas de conversa para que possam apontar suas necessidades ou outras atividades em grupo.

Outra dificuldade, além dos pontos não abordados de forma extensa no corpo do trabalho, foi a de encontrar referências. Grande parte dos estudiosos do assunto são estrangeiros, com obras não traduzidas, ou, quando traduzidas, de difícil acesso. Autores lusitanos, apesar da escrita um pouco diferente, são compreendidos com facilidade, no entanto, houve também a leitura de artigos principalmente em espanhol. Sobre pesquisadores brasileiros, seus trabalhos são de difíceis acesso tanto como *e-book*, não os encontrando ou apenas capítulos separados, como livros físicos, com preços elevados, o que fez com que esse trabalho possuísse uma grande quantidade de “citado por”.

Apesar disso, foi possível perceber como o afastamento das crianças das ruas é um processo histórico, pois, como mostrado, as crianças um dia compartilhavam e participavam das atividades oferecidas nas ruas, interagindo com adultos, e planejado, com a desqualificação consciente das vias, que ali adquiriam apenas funções de deslocamento de veículos. Cabe aos planejadores e gestores, inverter a ordem mercadológica e promover a requalificação urbana, viabilizando intervenções pontuais na cidade, principalmente em locais periféricos e vulneráveis, reduzindo a escala para o bairro ou residencial, para que seja mais efetiva a participação popular, e neste caso, das crianças.

Atualmente, esses profissionais revisam o Plano Diretor de Arapiraca e o Plano Municipal da Primeira Infância. É oportuno pensar em atividades que engajem as crianças a se apropriarem e explorarem a cidade, proporcionando a estas a oportunidade de observar e vivenciar as experiências oferecidas pelo entorno. Também pode ser pensando em atividades culturais, educativos, de esporte, saúde e lazer nos espaços livres públicos, incentivando a volta das crianças às ruas, valorização da cultura local e sociabilidade com a vizinhança.

O que se propôs neste trabalho foi ressaltar que não se deve pensar apenas em espaços destinados exclusivamente para as crianças, e sim, refletir no modo em que estas percorrem as vias a fim de chegar a esses espaços, visto que, um trajeto desqualificado pode desincentivar, tanto a criança como o cuidador, a realizar o deslocamento até o espaço. É preciso

ter humildade para conversar com as crianças sobre os caminhos que vivenciam diariamente e utilizar do conhecimento técnico para interpretar o que foi dito, além de caminhar pelas ruas como se tudo ali fosse desconhecido, sem criar suposições e permitir que as próprias convivências e relações entre as pessoas e o espaço transmita as necessidades para que seja essas sejam potencializadas.

Uma cidade pensada para as crianças é diferente de uma “cidade infantil”. Esta apenas colore os edifícios públicos destinados às crianças e oferece escorregadores e balanços em espaços reservados, ações que qualquer cidade pode realizar para autopromoção, sem ter realizado uma consulta a qualquer criança. A cidade para as crianças, destinada a estas, oferece a oportunidade de autonomia, de desenvolvimento integral de suas capacidades e abrange todas as camadas da sua vida urbana quanto cidadão.

Este trabalho busca incentivar a mudança de perspectiva do urbanista ou futuro profissional, para que enxergue as crianças e compreendam como estas percebem a cidade, e como as próprias cidades necessitam dessa visão. Que estimule a mudança de foco no planejamento urbano, tanto pensando em outros grupos desprivilegiados que precisam de um maior acesso à cidade, como os idosos, pessoas com deficiências, comunidade LGBTQIAPN+, indígenas, entre outros, quanto seguir dando continuidade em pensar os espaços urbanos para as crianças, considerando todas as suas facetas e diferenças.

REFERÊNCIAS

ABRAMET. **Internações de crianças e adolescentes por atropelamentos volta a subir em 2021; SUS já registra mais de 6 mil casos**. 1 nov. 2021. Disponível em: <https://abramet.com.br/noticias/internacoes-de-criancas-e-adolescentes-por-atropelamento-volta-a-subir-em-2021-sus-j-registra-mais-de-6-mil-casos/>. Acesso em: 7 fev. 2023.

ALIANÇA PELA INFÂNCIA. **Movimento OMO #livreparadescobrir busca reequilibrar os hábitos das crianças**. 18 maio 2016. Disponível em: <http://aliancapelainfancia.org.br/movimento-omo-livreparadescobrir-busca-reequilibrar-os-habitos-das-criancas/>. Acesso em: 22 jan. 2023.

ARAPIRACA. **Lei nº 3.181, de 03 de junho de 2016**. Institui o Plano Municipal pela Primeira Infância do Município de Arapiraca- PMPI e adota providências correlatas. 2016a. Disponível em: <https://web.arapiraca.al.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/3181.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

ARAPIRACA. **Lei nº 3.190, de 23 de agosto de 2016**. Cria o programa Arapiraca Garante a Primeira Infância – AGAPI. 2016b. Disponível em: <https://web.arapiraca.al.gov.br/arquivos/lei-no-3-1902016-cria-o-programa-arapiraca-garante-primeira-infancia-agapi/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

ARAPIRACA. **Plano Decenal de Arapiraca: desenvolvimento territorial sustentável no agreste alagoano**. Maceió: Manguaba Produções, 2012. 240p.

ARAPIRACA. **Plano Diretor Participativo do Município de Arapiraca**. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Arapiraca, 2006. 81p.

ARAPIRACA. **Plano Municipal pela Primeira Infância de Arapiraca- AL**. Prefeitura municipal. Arapiraca, 2016c. 85p.

ARAPIRACA. **Cidade ideal: alunos da rede pública de Arapiraca participam da atualização do Plano Municipal pela Primeira Infância**. 14 out. 2022a. Disponível em: <https://web.arapiraca.al.gov.br/2022/10/cidade-ideal-alunos-da-rede-publica-participam-da-atualizacao-do-plano-municipal-pela-primeira-infancia/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

ARAPIRACA. **Prefeitura de Arapiraca leva crianças para pensar projetos de revitalização das praças**. 20 out. 2022b. Disponível em: <https://web.arapiraca.al.gov.br/2022/10/prefeitura-de-arapiraca-leva-criancas-para-pensar-projetos-de-revitalizacao-das-pracas/>. Acesso em: 26 maio 2023.

ARAPIRACA. **Queda de avião, memória e aventura marcam a história da eterna “Praça da Prefeitura”**. 27 out. 2017. Disponível em: <https://web.arapiraca.al.gov.br/2017/10/queda-de-aviao-memoria-e-aventura-marcam-a-historia-da-eterna-praca-da-prefeitura/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

ARAPIRACA. **Setor imobiliário avança com a construção de 10 mil casas**. 13 set. 2010. Disponível em: <https://web.arapiraca.al.gov.br/2010/09/setor-imobiliario-avanca-com-a-construcao-de-10-mil-casas/>. Acesso em: 7 abr. 2023.

ARAÚJO, Maya Neves de Moura. **Recriando caminhos**: concepção de soluções de desenho urbano para o caminho casa- escola a partir de proposição metodológica para a participação infantil. 2019. 104 p. Trabalho Final de Graduação - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade em edificações, mobiliário e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020. Disponível em: https://www.caurn.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/ABNT-NBR-9050-15-Acessibilidade-emenda-1_-03-08-2020.pdf. Acesso em: 24 out. 2023.

BECKER, Daniel. *et al.* Benefícios da natureza no desenvolvimento de crianças e adolescentes. **Grupo de Trabalho em Saúde e Natureza**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2019. 28 p. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/pediatras-lancam-manual-sobre-os-beneficios-da-natureza-no-desenvolvimento-de-criancas-e-adolescentes/>. Acesso em: 8 fev. 2023.

BECKER, Daniel. *et al.* O papel da natureza na recuperação da saúde e bem-estar das crianças e adolescentes durante e após a pandemia de COVID-19. **Grupo de Trabalho Criança, Adolescente e Natureza**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2021. 6 p. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/o-papel-da-natureza-na-recuperacao-da-saude-e-bem-estar-das-criancas-e-adolescentes-durante-e-apos-a-pandemia-de-covid-19/>. Acesso em: 17 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de junho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 11 jun. 2001

BUITONI, Cássia Schroeder. **Mayumi Watanabe Souza Lima**: a construção do espaço para a educação. 2009. 229 p. Dissertação de mestrado- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CARVALHO, Janaína Nogueira Maia. *et al.* **A sociologia da infância**: possibilidade/s de voz e ação da criança e sua/s infância(s). Campo Grande: UFMS, 2022. *E-book* (223 p.). Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/5047>. Acesso em: 8 jul. 2023.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. 350 p.

COMITÊ CIENTÍFICO do núcleo ciência pela infância. **Estudo nº1**: o impacto do desenvolvimento na primeira infância sobre a aprendizagem. 2014. Disponível em: <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/o-impacto-do-desenvolvimento-na-pi-sobre-a-aprendizagem/>. Acesso em: 30 jun. 2023.

CONTRAN. **Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito**: sinalização vertical de advertência. Contran-Denatran. Brasília: Contran, 2007. 218 p. Disponível em: https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/arquivos-senatran/docs/copy_of__02__MBST_Vol._II__Sin._Vert._Advertencia.pdf. Acesso em: 24 mai. 2023

CORBUSIER, Le. **A carta de Atenas**. São Paulo: Edusp/ Hucitec, 1993. *E-book* (79 p.). Disponível

em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2974977/mod_resource/content/3/aula12_Corbusier_Le_A_Carta_de_Atenas.pdf. Acesso em: 24 mar. 2023.

DORNELLES, Leni Vieira; FERNANDES, Natália. Estudos da criança e pesquisa com crianças: nuances luso-brasileiras acerca dos desafios éticos e metodológicos. **Revista Currículo Sem Fronteiras**, v. 15, n. 1, p. 65-78, abr. 2015. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/39721>. Acesso em: 8 jul. 2023.

EDNIR, Madza; KOURY, Mariana; RIBEIRO, Raquel. **Crianças e seus caminhos**. Rio de Janeiro: CECIP, 2017. *E-book* (96 p.). Disponível em: https://www.cecip.org.br/site/wp-content/uploads/2018/09/@CECIP_CriancasEseusCaminhos_EBOOK.pdf. Acesso em: 5 jul. 2023.

ESTADÃO. **Brasil é o 2º país com mais mortes de crianças por covid**. 7 jun. 2021. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/saude/sem-escolas-e-sem-controle-da-pandemia-brasil-e-o-2-pais-que-mais-perdeu-criancas-para-a-covid/>. Acesso em: 17 set. 2023.

FERNANDES, Natália; TREVISAN, Gabriela de Pina. Cidadania ativa na infância: roteiros metodológicos. In: ALBERTO, Maria de Fátima Pereira e LUCAS, Antonia Picornell (org.). **Experiencias mundiales de ciudadanía de la infancia e adolescência**. João Pessoa: UFPB, 2018. p. 121-138. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/64625>. Acesso em: 8 jul. 2023.

FORTALEZA. **Prefeitura inicia projeto Caminhos da escola no Conjunto Palmeiras**. 13 jul. 2021. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-inicia-projeto-caminhos-da-escola-no-conjunto-palmeiras>. Acesso em: 20 mai. 2023.

FREITAS, Clarissa F. Sampaio. Insurgent planning? **City, analysis of urban trends, culture, theory, policy, action**, v. 23, n. 3, p. 285-305, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13604813.2019.1648030>. Acesso em: 30 set. 2023.

FRIEDMANN, Adriana. Por que é preciso escutar as crianças? [Entrevista cedida a] Projeto criança e natureza. **Criança e natureza**, [s.d.]. Disponível em: <https://criancaenatureza.org.br/pt/entrevistas/a-vez-e-a-voz-das-criancas/>. Acesso em: 08 jul. 2023

FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL. **Arapiraca- AL**. 2020. Disponível em: <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/arapiraca-al/>. Acesso em: 5 abr. 2023.

FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL. **Desigualdades e impactos da covid-19 na atenção à primeira infância**. [S. l.: s. n.], 2022. *E-book* (118 p.). Disponível em: <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/impactos-covid-2022/>. Acesso em: 4 set. 2023.

FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL. **O desenvolvimento cerebral**. [s.d.]. Disponível em: https://www.primeirainfanciaempauta.org.br/a-crianca-e-seu-desenvolvimento-o-desenvolvimento-cerebral.html#fn_28. Acesso em: 30 jun. 2023.

GDCI. **Caminhos da escola**: como o *Streets for Kids* transformou as ruas das escolas no bairro Planalto Ayrton Senna, em Fortaleza. 1 fev. 2023. Disponível em: <https://globaldesigningcities.org/update/caminhos-da-escola-how-streets-for-kids-transformed-school-streets-in-fortalezas-planalto-ayrton-senna-neighborhood/>. Acesso em: 24 maio 2023.

GDCI. **Caminhos da escola**: intervenções temporárias como ferramenta de participação comunitária. 6 fev. 2020. Disponível em: <https://globaldesigningcities.org/update/caminhos-da-escola-intervencoes-temporarias-como-ferramenta-para-participacao/>. Acesso em: 24 maio 2023.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015. 276p.

IBGE. **Arapiraca, panorama**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/arapiraca/panorama>. Acesso em: 30 jun. 2023.

INSTITUTO CAMINHABILIDADE. **Mapa Cidade Caminhável - Ações para caminhabilidade nas cidades brasileiras**. 2021. Disponível em: <https://www.premiocidadecaminhavel.org/mapa-de-projetos>. Acesso em: 24 maio 2023.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL; FUNDAÇÃO BERNARD VAN LEER. **Estruturação de políticas públicas**. Brasília: IAB, 2021. v. 1: Guias para o desenvolvimento de bairros amigáveis à primeira infância.

ISTITUTO DI SCIENZE E TECNOLOGIE DELLA COGNIZIONE. **La citta dei bambini**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.lacittadeibambini.org/es/> . Acesso em: 16 abr. 2023.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. 296p.

JUNDIAÍ. **Jundiaí, cidade das crianças**. [s.d.]. Disponível em: <https://cidadedascricancas.jundiai.sp.gov.br/>. Acesso em: 13 maio 2023.

JUNDIAÍ. **Programa Entre a casa e a escola**. 2020. Disponível em: <https://jundiai.sp.gov.br/planejamento-e-meio-ambiente/programas/programa-entre-a-casa-e-a-escola/#:~:text=Programa%20de%20requalifica%C3%A7%C3%A3o%20do%20entorno,de%20mobili%C3%A1rio%20e%20cria%C3%A7%C3%A3o%20de>. Acesso em: 19 jul. 2023.

LIMA, Rossana Batista Ferreira. **A criança e a cidade**: estudo de percepção ambiental em espaços infantis públicos em Uberlândia-MG. 2017. 234 p. Dissertação de mestrado- Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

MARICATO, Erminia. **É a questão urbana, estúpido!** In: MARICATO, Ermínia ... [et al.] **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARICATO, Erminia. **Habitação e cidade**. 7. ed. São Paulo: Atual, 1997. 79 p.

NEVES, Rafael Rust. **Autossegregação em cidades médias:** configuração intraurbana e práticas espaciais dos moradores de residenciais horizontais fechados, em Arapiraca- AL. 2022. 398p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

O COMEÇO DA VIDA 2: LÁ FORA. Direção: Renata Terra. Apresentado por: Fundação Grupo Boticário e Instituto Alana. Produção: Maria Farinha Filmes. Distribuição: Flow, 2020. 92min

OLIVEIRA, Dalila Andrade; SARAIVA, Ana Maria Alves. A relação entre educação e pobreza: a ascensão dos territórios educativos vulneráveis. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 17, n. 3, p. 614–632, 2015. DOI: 10.20396/etd.v17i3.8638257. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8638257>. Acesso em: 27 nov. 2023.

ONU. **Áreas urbanas.** Década das Nações Unidas da restauração dos ecossistemas 2021-2030, [s.d]. Disponível em: <https://www.decadeonrestoration.org/pt-br/types-ecosystem-restoration/areas-urbanas> . Acesso em: 03 fev. 2023.

PORTAL MIGALHAS. **Covid deixou órfãs ao menos 12 mil crianças com até seis anos no país.** 15 out. 2021. Disponível em: <https://arpenbrasil.org.br/portal-migalhas-covid-deixou-orfas-ao-menos-12-mil-criancas-com-ate-seis-anos-no-pais/>. Acesso em: 17 set. 2023.

PORTUGAL. **Decreto Regulamentar nº 22-A/98 de 1 de outubro.** Aprova o Regulamento de Sinalização do Trânsito. Diário da República n.º 227/1998, 1º Suplemento, Série I-B de 1998-10-01. Ministério da Administração Interna. 01 out. 1998. 118p. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-regulamentar/22-a-1998-302974> . Acesso em: 24 mai. 2023.

PROACÚSTICA. **Organização Mundial da Saúde considera a poluição sonora, um problema de saúde pública.** 2014. Disponível em: <https://www.proacustica.org.br/publicacoes/reportagens/oms-considera-poluicao-sonora-problema-de-saude-publica/>. Acesso em: 26 out. 2023.

QEDU. **Centro de Educação Infantil Profª Deusdeth Barbosa da Silva.** 2022. Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/27048926-centro-de-educacao-infantil-profa-deusdeth-barbosa-da-silva/censo-escolar> . Acesso em: 6 abr. 2023.

SANTOS. Amanda Cristina. **A cidade ideal:** um olhar sob a óptica infantil quanto à forma de se perceber e pensar os espaços urbanos. 2022. 155 p. Dissertação de mestrado — Universidade Estadual de Alagoas, Arapiraca, 2022.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A cidade como um jogo de cartas.** Niterói: Editora Universitária, 1988. 192 p.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: HUCITEC, 1993.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. *In:* SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA Ana Beatriz, (Coord.). **Crianças e miúdos. Perspectivas sociopedagógicas da infância e educação.** Porto: Asa, p. 9-34, 2004

SARMENTO, Manuel Jacinto. Conhecer a infância: os desenhos das crianças como produções simbólicas. In: MARTINS FILHO, Altino José; PRADO, Patrícia Dias, (org.). **Das pesquisas com crianças à complexidade da infância**. Campinas: Autores Associados, p. 27-60, 2011.

SARMENTO, Manuel Jacinto; FERNANDES, Natália; TOMÁS, Catarina. Políticas públicas e participação infantil. **Revista Educação, Sociedade & Culturas**, Porto, n. 25, p. 183-206, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. E-book (558 p.). Disponível em: https://www.academia.edu/36035969/Docslide_com_br_marcelo_lopes_de_souza_mudar_a_cidade_uma_introducao_critica_ao_planejamento_e_a_gestao_urbanos. Acesso em: 19 nov. 2023.

TONUCCI, Francesco. *Ciudades a escala humana: la ciudad de los niños*. **Revista de educación**, Madri, número extraordinário, p.147-168, 2009. Disponível em: <https://www.educacionyfp.gob.es/revista-de-educacion/numeros-revista-educacion/numeros-antteriores/2009/re2009/re2009-7.html> . Acesso em: 28 fev. 2023.

TONUCCI, Francesco. **La ciudad de los niños**. Barcelona: Graó, 2015. 189p.

TONUCCI, Francesco. *La ciudad de los niños. ¿Por qué necesitamos de los niños para salvar las ciudades?* **I.T.**, n.75, p.60-67, 2006. Disponível em: <https://www.serpajchile.cl/web/por-que-necesitamos-de-los-ninos-para-salvar-las-ciudades/> . Acesso em: 01 mar. 2023.

URBAN95. **Nós somos Urban95**. 2021a. Disponível em: https://urban95.org.br/wp-content/uploads/2021/06/BvLF_Urban95-Manifesto.pdf. Acesso em: 25 out. 2023.

URBAN95. **O jogo como ferramenta**: boas práticas urbanísticas para a primeira infância brasileira. 2021b. Disponível em: <https://urban95.org.br/o-jogo-como-ferramenta-boas-praticas-urbanisticas-para-a-primeira-infancia-brasileira/#:~:text=%E2%80%9CO%20jogo%20surge%20como%20um,cartas%2C%20possibilidades%20de%20cen%C3%A1rios%20urbanos>. Acesso em: 25 out. 2023.

VICENTE, Paula Martins. **Novos olhares**: uma leitura da cidade por suas crianças. 2018. 269 p. Dissertação de mestrado- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ATIVIDADES COM AS CRIANÇAS

DIA 1 SE CONHECER



Após autorização da coordenação da escola e das professoras e uma lista prévia com o nome das crianças, é hora de conhecer os pequenos cidadãos.



OBJETIVOS:

- Conhecer as crianças que auxiliarão na escolha de diretrizes para intervenção no residencial Brisa do Lago;
- Entregar autorização de uso de imagem para assinatura pelo responsável da criança;
- Obter o assentimento das crianças.



ATIVIDADES:

- Pedir para que as crianças se disponham sentados no chão em uma roda;
- Apresentação da pesquisadora e explicação do porquê ela estar ali, quais são os objetivos e as atividades que serão realizadas nos próximos dias;
- Para a apresentação das crianças, convidar para que cada um diga seu nome e como seria seu codinome caso virassem um super-herói ou super-heroína. Por exemplo: meu nome é Bia e eu seria a super sorriso. Assim por diante.



MATERIAIS:

- Autorização para os responsáveis impressas.



TEMPO:

- Média de 30 minutos.



OBSERVAÇÕES:

- Caso ocorra a recusa de alguma criança, será notificado a direção para que ela se desloque à outra sala durante as atividades.
- Para a recusa de uso de imagem: serão tiradas fotos com a criança presente, no entanto, apenas as autorizadas aparecerão na monografia.



DIA 2 CONHECER O TRAJETO

A professora irá, um dia antes, incentivar que as crianças se atentem ao trajeto casa- escola que elas realizam. Elas precisam conhecer o caminho.



OBJETIVOS:

- Estimular a criticidade das crianças acerca dos problemas urbanos;
- Perceber a visão das crianças sobre as ruas que percorrem, verificando aspectos negativos e positivos através de conversas e desenhos;
- Incentivar que reflitam o que gostariam que existisse para melhorar o caminho.



ATIVIDADES:

- Pedir para que as crianças se disponham em pé, formando uma roda;
- Antes da atividade ser realizada, haverá uma dinâmica para a separação das crianças em 3 grupos: cachorro, gato e cavalo.

Bichinhos no caminho...

Previamente, imagens de cachorro, gato e cavalo são selecionados, impressos e recortados. Na sala de aula, as crianças serão perguntadas sobre animais que encontram no caminho de casa até a escola, provavelmente citando os três bichos escolhidos e alguns outros. Será combinado com os alunos quais são as vozes desses animais, com o cachorro fazendo "au au", o gato "miau" e o cavalo "iiiiirrrri". As crianças irão, por meio de sorteio, pegar um desses papeis, sem mostrar ou falar com o colega. Será explicado que os bichinhos se perderam e o objetivo é conseguir fazer com que eles se encontrem e se reúnam através de suas vozes em comum. Dependendo da desenvoltura das crianças, será pedido para que fechem os olhos durante a procura aos integrantes do grupo.

- Com a separação dos grupos, cada aluno receberá um crachá com o bichinho do seu grupo, contendo sua identificação.
- Para dar início, será feita uma pequena escuta. Por meio de conversas, será perguntado como as crianças se deslocam até a escola e como é o deslocamento de volta para a casa, se a pé, de carro, de moto, bicicleta. Depois, quem os acompanha até a escola, se a mãe, o pai, um irmão, outra criança, até se vão sozinhas. Se elas enxergam vantagens e desvantagens em fazer o trajeto a pé. Por fim, tentar resumir o trajeto em uma palavra, feio, bonito, sujo, perigoso, tranquilo, cansativo, entre outras.



DIA 2 CONHECER O TRAJETO

- Após o processo de escuta e feitas devidas anotações, terá início a produção de desenhos. Para todos será perguntado "Como é seu caminho até a escola?". Para definir o que cada aluno desenhará, os grupos atuarão de acordo com as cores: ao grupo cavalinho, será perguntado "O que você não gosta no seu trajeto?". Ao grupo cachorrinho "O que você gosta no seu trajeto?" e finalmente ao gatinho "O que você gostaria que tivesse no seu trajeto? Como gostaria que ele fosse?".

Crianças e seus caminhos

No e-book intitulado "Crianças e seus caminhos" essa atividade também é proposta. Além dessas perguntas principais, também é sugerido que outras sejam feitas, como perguntas provocativas:

1. Quando você sai de casa, qual é a primeira coisa que vê?
2. Você atravessa a rua?
3. Tem algum cheiro que você costuma sentir no seu caminho?
4. Tem algum ponto em que sente dificuldade para passar?
5. Tem alguém que sempre encontra?
6. Você faz alguma parada durante o trajeto?
7. Tem algum ponto do caminho em que você sente medo?
8. Tem algum ponto que você fica feliz em passar? (EDNIR; KOURY; RIBEIRO, 2017, p. 90)

- Mesmo que a primeiro momento sejam sugeridos elementos impossíveis, não limitar a imaginação da criança.
- Para finalizar, uma conversa com as crianças sobre os desenhos elaborados.



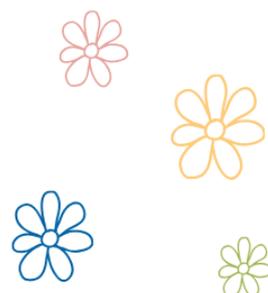
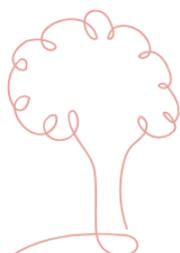
MATERIAIS:

- Imagens e crachás impressos e recortados;
- Papel 40;
- Giz de cera, lápis de cor, canetinha, tinta guache.



TEMPO:

- Média de 2 horas.



DIA 3 CONHECER OS DIREITOS

A professora irá, um dia antes, incentivar que as crianças relembrem as atividades anteriores e que pensem o que gostariam que mudasse no Brisa do Lago.



OBJETIVOS:

- Reforçar o direito a cidadania;
- Perceber o que foi absorvido pelas crianças sobre o lugar onde moram e como se deslocam.



ATIVIDADES:

- Pedir para que as crianças se disponham sentados no chão em uma roda;
- Para descontrair, antes da atividade será realizada uma dinâmica:

História por um fio

Com um barbante, lã ou algo parecido na mão, a pesquisadora irá começar uma história que envolva rua e brincar. O fio é jogado para alguma criança que irá continuar a história, enquanto a ponta do fio é segurada. Para dificultar, as crianças só podem falar 3 palavras cada. Assim será até todos terem contado a história e surgir uma teia de fio. Ao final, perguntar à professora se a história está aprovada. Caso ocorra a negativa, a turma pagará uma prenda.

- A atividade é enviar uma carta para o prefeito da cidade, a fim de expressar as reivindicações para mudanças no local. Para isso, a professora estará em frente a lousa para escrever o que será dito, enquanto a pesquisadora começará a carta com "Caro Prefeito, nós, do Centro de Educação Infantil Prof^a Deusdeth Barbosa da Silva..." e incentivará que todas as crianças colaborem com a carta.
- Pesquisadora e professora devem interferir o mínimo possível no conteúdo da carta, mas poderão lembrar a criança sobre falas que ela mesma já teve nas atividades anteriores. Por exemplo: as adultas podem falar coisas como "Ana, lembra o que você falou sobre os carros?" ou "Joaquim, você falou uma coisa muito interessante na explicação sobre seu desenho."



MATERIAIS:

- Rolo de barbante, lã ou alguma outra linha.



TEMPO:

- Média de 1h30min



DIA 4 SE RECONHECER CIDADÃO

Após um período sem atividades, é hora da pesquisadora retornar para a sala de aula, com os resultados das ações realizadas,



OBJETIVOS:

- Explicar os resultados das atividades realizadas com as crianças;
- Reforçar o direito a cidadania;
- Entregar o Certificado Pequeno Grande Cidadão.



ATIVIDADES:

- Pedir para que as crianças se disponham sentados no chão em uma roda;
- Apresentação de elementos da monografia, como capa ilustrada, mapas do Brisa do Lago, fotos das atividades realizadas com eles e resultado da implementação das diretrizes;
- Ler recado da orientadora da monografia, do profissional da prefeitura e/ou de quem mais se sentir à vontade para falar sobre o papel dos alunos na cidade, no bairro e residencial ou sobre as atividades.
- Cerimônia de entrega do Certificado Pequeno Grande Cidadão, com o certificado impresso e assinado.



MATERIAIS:

- Trechos da monografia impressos em papel A4 ou A3;
- Recados impressos ou escritos a próprio punho;
- Certificados impressos em papel A4.



TEMPO:

- Média de 45 minutos.

